

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E ARTES – PPGLA

RAQUEL SOUZA DE LIRA

**OS DISCURSOS DE VALOR ATRIBUÍDOS
À BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS**

MANAUS
2021

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E ARTES – PPGLA

OS DISCURSOS DE VALOR ATRIBUÍDOS
À BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas (PPGLA/UEA) como uma das exigências para obtenção do título de Mestre em Letras e Artes, na linha de pesquisa *Arquivo, memória e interpretação*, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Evany do Nascimento.

MANAUS
2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

L768d Lira, Raquel Souza de
Os discursos de valor atribuídos à Biblioteca Pública do Estado do Amazonas / Raquel Souza de Lira. Manaus : [s.n], 2021.
166 f.: color.; 30 cm.

Dissertação - PGSS - Letras e Artes (Mestrado) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.
Inclui bibliografia
Orientador: Maria Evany do Nascimento

1. Biblioteca Pública do Amazonas. 2. categorias de valor. 3. discursos de valor. 4. vocabulário normativo. I. Maria Evany do Nascimento (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Os discursos de valor atribuídos à Biblioteca Pública do Estado do Amazonas

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAQUEL SOUZA DE LIRA

OS DISCURSOS DE VALOR ATRIBUÍDOS À BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas (PPGLA/UEA) como uma das exigências para obtenção do título de Mestre em Letras e Artes, na área de concentração *Representação e Interpretação*.

Aprovada em 31 de março de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Evany do Nascimento
(Presidente – PPGLA/UEA)

Prof. Dr. Alexandre Santos Oliveira
(Membro Externo – IFS)

Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle
(Membro Externo – PPGICH/UEA)

Prof^a. Dr^a. Luciane Viana Barros Páscoa
(Membro Interno – PPGLA/UEA)

À memória de Larissa Fontenele de Lira,
meu amor eterno!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela saúde durante esse triste contexto pandêmico.

À Joana Souza, minha mãe, pelo cuidado, motivação e incentivo de sempre!

Ao Francisco Fontenele por partilharmos mais um sonho de vida!

Aos meus familiares por colaborarem em tudo para que eu pudesse concretizar este trabalho e, ainda, por compreenderem minhas inúmeras ausências.

A todos os meus amigos pelas palavras de incentivo.

À Secretaria Municipal de Educação (SEMED/Manaus) pela Licença para estudos, oportuna e necessária aos professores da educação básica, por meio do Programa Qualifica. E à Aldrey Noronha pela paciência durante este percurso profissional.

À Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (PPGLA) por oportunizar a realização desta pesquisa. E aos professores do PPGLA (UEA), pela generosidade em socializarem tantos conhecimentos durante as aulas.

À Professora Evany Nascimento, minha orientadora, por compartilharmos leituras sobre a cidade e acerca dos bens culturais; por ensinar-me a perceber e contemplar a cidade em seus pequenos detalhes, durante a caminhada pelas ruas de Manaus e ao longo das orientações nesta pesquisa, interlocuções que possibilitaram a concretude desta dissertação.

Aos integrantes da Banca Examinadora da Qualificação e Defesa; professores Dr. Alexandre Oliveira (IFS), Dr. Geraldo Valle (PPGICH-UEA) e Dr^a. Luciane Páscoa (PPGLA-UEA), pela leitura atenta, considerações e sugestões que enriqueceram sobremaneira esta pesquisa e a versão final desta dissertação.

À Daize Rocha, secretária do PPGLA-UEA, por sua atenção e habilidade em nos ajudar nas questões burocráticas.

A todos os colegas do curso de Mestrado (PPGLA-UEA, Turma 2019), que se tornaram amigos ao longo desta jornada acadêmica.

À Carla Aires e Welinton Farias pelas diversas caminhadas às bibliotecas e acervos em busca das fontes referenciais das nossas pesquisas; pela parceria nos estudos e pelas diversas indicações de leitura.

Aos integrantes do *Intercidade – Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão* por me acolherem tão bem e pela generosidade em socializarmos as leituras sobre a cidade, patrimônio cultural e iconografias urbanas, estudos que colaboraram para as reflexões durante a pesquisa e no processo de análise dos dados investigados, especialmente sobre o vocabulário normativo.

À Rachel Paterman por ceder-me uma cópia da dissertação *Monumento e Cotidiano: uma perspectiva etnográfica sobre o Palácio Gustavo Capanema*, contribuindo para as ideias iniciais deste projeto de pesquisa.

Ao Robério Braga por ceder-me um exemplar de seu livro *Biblioteca Pública do Amazonas*, na fase inicial dessa investigação científica.

À Ariadner Freitas pelos registros fotográficos, utilizados nesta dissertação.

Ao David Lima e aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas pela agradável recepção e indicações de leituras.

Ao Matheus Blach, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por intermediar a consulta ao Decreto de Tombamento do prédio sede da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

À Thalia, do IGHA, por permitir a consulta ao acervo jornalístico da instituição.

À Beatriz, da Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, pela paciência em procurar diversas obras no acervo e, ainda, indicar muitas outras para leitura.

Ao Samuel Souza, da Gerência de Acervos Digitais, e Judeth Costa, do Ateliê de Restauro, SEC/Governo do Estado do Amazonas, pelas socializações de diversos documentos, imprescindíveis para este estudo.

À Fátima Souza que, ao criar o grupo de estudo, fomentou a discussão de textos da seleção do mestrado, incentivando-nos a realizarmos sonhos de vida.

À Lourene Félix e Elizeu Moreira pelas conversas tão inspiradoras durante a elaboração do projeto, indicações de leituras e incentivo em momentos tão singulares durante o processo da seleção e ao longo do percurso desta investigação acadêmica.

Ao Gilson Ângelo e Alessandra Tomé por não medirem esforços em prol do sucesso de todos os colaboradores da EMEF. Professora Maria Auxiliadora Santos Azevedo.

Gratidão a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretude desta pesquisa.

JANELAS EM ARCO

Nesta fachada de pedra,
nestas varandas de ferro,
de fogo e formas de amor,
nestes frontões esculpidos
feitos de herança e memória,
nestes vidros coloridos
arco Íris de mistérios
de muitas tardes de sol
dos arcos destas janelas,
nos desenhos, monogramas,
nas datas de antigas placas,
renascem velhas histórias
no fundo d'alma escondidas,
encrustadas transparências
como se fossem mensagens
em cromos de olhar crispado

(ANDRADE, 1996, p. 16)

RESUMO

Os estudos sobre cidade permitem afirmar que a particularidade de cada lugar configura-se a partir de seus bens culturais, tornando-se necessário refletirmos acerca do patrimônio material edificado. Este estudo intitulado *Os discursos de valor atribuídos à Biblioteca Pública do Estado do Amazonas* teve como principal objetivo investigar a percepção valorativa atribuída à Biblioteca Pública do Estado do Amazonas (BPAM), proveniente de discursos propagados nas esferas política, histórica e jornalística, no contexto manauara, ao longo do período de existência dessa edificação. Justificando-se pela necessidade de valorizarmos os bens culturais regionais, sendo selecionada esta biblioteca por ser um edifício de grande relevância na visualidade poligonal do Centro Histórico de Manaus (AM), situado à Rua Barroso, n. 57. Quanto à metodologia, empregou-se abordagem qualitativa e procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, a partir de levantamento e coleta de dados em fontes primárias e secundárias, a respeito dos principais marcos históricos da BPAM. Para a análise, considerando-se este edifício como um patrimônio material e um objeto artístico, utilizou-se a iconografia e a intertextualidade, à luz das Categorias de Valor propostas pelos autores Argan, Choay e Riegl. A leitura dos aspectos arquitetônicos foi possível a partir de registros fotográficos e fac-similados analisados, por meio dos quais foram identificados os principais elementos simbólicos do estilo eclético empregado nesta estrutura predial. Na interpretação discursiva, foram usadas materialidades textuais veiculadas em relatórios governamentais, textos históricos e notícias publicadas nos portais A Crítica, Amazonas Em Tempo e Jornal do Commercio. Um percurso dissertativo permeado pelos conceitos de patrimônio e valor, culminando na compreensão das percepções valorativas atribuídas à BPAM, tendo como principal resultado o *valor utilitário ou de uso* como uma das categorias evidenciadas de forma recorrente nas três esferas discursivas investigadas. Esta pesquisa, de viés interdisciplinar, fomentou a reflexão acerca da significação e ressignificação desta biblioteca, propagada na contemporaneidade como um *bem cultural* de uso coletivo e perpetuada como uma edificação monumental, simbólica, memorial e artística na visualidade urbana da capital amazonense.

Palavras-chave: Biblioteca Pública do Amazonas; categorias de valor; discursos de valor; vocabulário normativo.

ABSTRACT

Studies on the city allow us to affirm that the particularity of each place is based on its cultural assets, making it necessary to reflect on the built material heritage. This study entitled *The speeches of value attributed to the Public Library of the State of Amazonas* had as main objective to investigate the evaluative perception attributed to the Public Library of the State of Amazonas (BPAM), coming from speeches propagated in the political, historical and journalistic spheres, in the context of Manaus, over the period of existence of this building. Justified by the need to value regional cultural assets, this library was selected because it is a building of great relevance in the polygonal visuality of the Historic Center of Manaus (AM), located at Rua Barroso, n. 57. As for the methodology, a qualitative approach and bibliographic and documentary research procedures were used, based on the survey and collection of data from primary and secondary sources, regarding the main historical landmarks of BPAM. For the analysis, considering this building as a material heritage and an artistic object, iconography and intertextuality were used, in the light of the Value Categories proposed by the authors Argan, Choay and Riegl. The reading of the architectural aspects was possible from photographic and facsimile records analyzed, through which the main symbolic elements of the eclectic style employed in this building structure were identified. In the discursive interpretation, textual material used in government reports, historical texts and news published in the portals *A Crítica*, *Amazonas Em Tempo* and *Jornal do Comercio* were used. A dissertation path permeated by the concepts of heritage and value, culminating in the understanding of the evaluative perceptions attributed to BPAM, with the main result being the utility or use value as one of the categories evidenced in a recurring way in the three investigated discursive spheres. This interdisciplinary research fostered reflection on the significance and resignification of this library, propagated in contemporary times as a cultural asset for collective use and perpetuated as a monumental, symbolic, memorial and artistic building in the urban visuality of the capital of Amazonas.

Keywords: Public Library of Amazonas; value categories; valuable speeches; normative vocabulary.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama estrutural das fontes bibliográficas.	22
Figura 2: Rua Barroso, Biblioteca Pública do Amazonas vista à esquerda.	62
Figura 3: Biblioteca Pública do Amazonas, vista da esquina da Rua Henrique Martins, s/d. .	62
Figura 4: Projeto arquitetônico do edifício sede da Biblioteca, s/d.	63
Figura 5: Planta baixa do edifício sede da Biblioteca, s/d.	64
Figura 6: Mapa Tátil do andar térreo.	65
Figura 7: Mapa Tátil do andar superior.....	65
Figura 8: Biblioteca Pública do Amazonas, vista da esquina da Av. Sete de Setembro, s/d. ..	66
Figura 9: Placa da inauguração, Arquivo Público e Repartição da Estatística.	66
Figura 10: Prédio da Redação do Diário Oficial (Imprensa Oficial). À direita, terreno das futuras instalações do edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas.....	68
Figura 11: Biblioteca Pública do Amazonas, vista pela Av. Sete de Setembro (antiga Rua Municipal).	69
Figura 12: Prédio da Biblioteca Pública do Amazonas após o incêndio em 1945.	70
Figura 13: Detalhes do desenho da fachada do edifício da Biblioteca Pública do Amazonas, s/d.....	79
Figura 14: Biblioteca Pública do Amazonas, esquina da Rua Henrique Martins com a Rua Barroso.	80
Figura 15: Brasão, exposto na fachada do edifício da Biblioteca.....	81
Figura 16: Brasão de Armas do Estado do Amazonas.....	81
Figura 17: Brasão e detalhes da fachada do edifício da Biblioteca Pública do Amazonas.....	83
Figura 18: Detalhes da fachada da Biblioteca Pública do Amazonas.....	84
Figura 19: Elementos decorativos na porta principal da Biblioteca Pública do Amazonas.....	85
Figura 20: Escadaria e hall de entrada da Biblioteca Pública do Amazonas.	86
Figura 21: Luminária acoplada à escadaria da Biblioteca Pública do Amazonas.	86
Figura 22: Escadaria de ferro da Biblioteca Pública do Amazonas, vista do andar superior...	87
Figura 23: Pisos do hall de entrada da Biblioteca Pública do Amazonas.	87
Figura 24: Piso e rodapé do salão Genesino Braga na Biblioteca Pública do Amazonas.....	87
Figura 25: Pisos dos salões Maria Luiza Cordeiro e Thália Phedra Santos, na Biblioteca.....	88
Figura 26: Salão Maria Luiza Cordeiro, na Biblioteca.	89
Figura 27: Entrada do Salão Thália Phedra Santos, na Biblioteca.	89

Figura 28: Triângulo adornado exposto acima das portas dos salões do segundo andar da Biblioteca.....	90
Figura 29: Salão Genesino Braga, andar térreo da Biblioteca Pública do Amazonas.	91
Figura 30: Base de coluna, com a marca do fabricante Walter Macfarlane.....	91
Figura 31: Tela Redenção do Amazonas, andar superior da Biblioteca Pública do Amazonas.	92
Figura 32: Estuque, teto do hall do andar superior, Biblioteca Pública do Amazonas, s/d.	92
Figura 33: Medalhões expostos no forro estucado, teto do andar superior da Biblioteca.	94
Figura 34: Prospecções de parte da pintura original, parede do andar superior da Biblioteca.	94
Figura 35: Parte do forro original, teto do salão Lourenço Pessoa, andar superior da Biblioteca.....	95
Figura 36: Piso original, entrada do Salão Thália Santos, andar térreo da Biblioteca.	95
Figura 37: Planta da Cidade de Manaus. ARANHA, 1852.....	102
Figura 38: Carta cadastral de Manaus e arrabaldes, levantada por João Miguel Ribas, 1895.	102
Figura 39: Placa informativa, detalhes da fachada da Biblioteca Pública do Amazonas.	105
Figura 40: Placa inaugural, detalhes da fachada da Biblioteca Pública do Amazonas.	106
Figura 41: Letreiro fixo à parede interna, andar superior da Biblioteca Pública do Amazonas.	106
Figura 42: Elevador e sinalização no piso do Salão Thália Phedra Santos, na Biblioteca. ...	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Vocabulário Normativo proveniente do contexto político.	24
Quadro 2: Vocabulário Normativo proveniente do contexto histórico.....	26
Quadro 3: Vocabulário Normativo proveniente do contexto jornalístico.....	29
Quadro 4: Síntese teórico-conceitual das Categorias de Valor.	39
Quadro 5: Síntese dos marcos históricos da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas (1868-1983).	75
Quadro 6: Síntese iconográfica do edifício-monumento Biblioteca Pública Estado do Amazonas.	98
Quadro 7: Síntese do processo analítico intertextual.	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Categorías de Valor, provenientes do discurso político.	114
Gráfico 2: Categorías de Valor, provenientes do discurso histórico.	129
Gráfico 3: Categorías de Valor, provenientes do discurso jornalístico.	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – Atribuição de valor no percurso histórico	30
1.1 Categorias de Valor	30
1.2 O discurso de valor patrimonial.....	40
1.3 O patrimônio cultural na perspectiva arquitetônica	49
CAPÍTULO II – Entre o discurso e a imagem: o patrimônio material monumental	56
2.1 Da idealização à materialidade das bibliotecas	56
2.2 Biblioteca Pública do Amazonas: o estado da arte	62
2.3 O edifício-monumento: uma leitura iconográfica.....	76
CAPÍTULO III – O discurso valorativo atribuído à Biblioteca Pública do Amazonas ..	99
3.1 Discurso Político	99
3.2 Discurso Histórico	115
3.3 Discurso Jornalístico	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	152
Artigos, Dissertações, Folheto, Informativo, Livros e Teses	152
Artigos Constitucionais, Decretos, Leis, Relatórios Técnicos	156
Relatórios dos Presidentes da Província e Governadores do Amazonas	157
Textos jornalísticos e institucionais	159
APÊNDICE A – Marcos históricos da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.	163

INTRODUÇÃO

A globalização mundial fomentou sociedades industrializadas e modernas, atribuindo-lhes novas características arquitetônicas e estruturais. Manaus, inserida nesse contexto, a partir dos recursos provenientes da comercialização da “goma elástica”, sobretudo no período áureo da borracha, teve contato com diversas culturas, tanto no contexto nacional quanto internacional. Essas influências possibilitaram o acesso a estilos artísticos e arquitetônicos que materializaram diversas construções manauaras, sobretudo instituições públicas que foram edificadas a partir de ideais sócio-político-culturais propagadas naquela época. Ações efetivadas por meio de projetos utilizaram recursos materiais oriundos de diversos lugares do mundo, visivelmente transformando a paisagem ribeirinha em espaços verticalizados e favorecendo construções de edifícios monumentais.

Em um breve passeio ao Centro Histórico de Manaus, tombado em 1990 pela Prefeitura de Manaus e em 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAN (NASCIMENTO, 2014), são notórios os discursos nostálgicos da *Belle Époque* (MESQUITA, 2019) e as políticas públicas de ocupação e requalificação dos espaços, dentre os quais podemos citar revitalizações de praças, restauros e reformas de monumentos e edificações e, ainda, tombamentos de patrimônios materiais representativos da memória coletiva (HALBWACHS, 2006) de toda uma sociedade que almejava um futuro promissor.

Embora as cidades tenham configurações semelhantes, percebe-se que a particularidade de cada uma delas nota-se a partir do patrimônio (GONÇALVES, 1996), tornando-se necessário refletirmos acerca dos espaços públicos das cidades e seu patrimônio urbano. Ana de Castro afirma que o legado patrimonial das cidades narra a história do tempo em que foram edificados, simbolizando a riqueza/decadência, ordem/desordem, intenções/realizações de uma época. Nesta perspectiva, reveste-se de maior relevância a investigação das cidades a partir de seus bens culturais, em vista da “compreensão do presente e como plataforma para se pensar rumos para o futuro” (DE CASTRO, 2015, p. 27).

Corroborando com essas ideias, Françoise Choay (2001) salienta a importância de voltarmos nosso olhar para a cidade como monumento histórico contemplativo, defendendo que as cidades são espelhos que refletem as identidades de seus habitantes. Desta forma, os sentidos atribuídos transmutam de acordo com a cultura vigente, tornando-

se necessário compreendermos os significados atribuídos aos monumentos/patrimônios, visto que abrangem sentidos históricos e memoriais, retratando a história cultural de seu povo.

Nesta perspectiva, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar a percepção valorativa proveniente de discursos atribuídos à Biblioteca Pública do Estado do Amazonas ao longo do percurso histórico de existência desse edifício, considerando-se os principais marcos históricos desta instituição pública. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se: **I)** Identificar as principais obras publicadas sobre a história da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas (BPAM); associando-as à concepção de patrimônio cultural material. **II)** Investigar quais valores foram atribuídos à BPAM em jornais locais nas versões digitais dos portais de notícias A Crítica, Amazonas Em Tempo e Jornal do Commercio e em publicações divulgadas no site da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas (SEC/AM) e em documentos históricos e governamentais; provenientes do recorte temporal entre 1907 a 2019. **III)** Analisar quais discursos valorativos atribuídos à BPAM foram perpetuados ao longo da História, à luz das Categorias de Valor propostas pelos teóricos Françoise Choay; Giulio Carlo Argan e Alois Riegl; a saber: nacional; cognitivo; econômico; artístico (CHOAY, 2001); estético/histórico (ARGAN, 2005); valor de antiguidade; valor histórico; valor volúvel de memória ou comemoração; valor utilitário ou de uso; valor de arte (RIEGL, 2014).

Segundo Choay (2005), o **valor nacional** é atribuído ao patrimônio relacionado à nação, que traz em seu bojo uma carga de sentido histórico do país (2001, p. 117-119). O **valor cognitivo** remete “aos conhecimentos abstratos e às múltiplas competências”, ativando a memória coletiva dos cidadãos e o “sentimento de orgulho” (p.117). O **valor econômico** corresponde à rentabilidade agregada ao bem e, também, ao capital financeiro que este representa enquanto patrimônio cultural voltado ao Turismo. O **valor artístico** é relativo à imagem estética, ao patrimônio enquanto obra de arte.

Argan (2005) postula as Categorias de **Valor estético e histórico**. Todavia, ele as concebe como um único valor, pois “(...) o valor histórico de um monumento consiste no fato de que existe e se vê, ou seja, se dá como forma sujeita a avaliação estética.” (2005, p. 227).

Para Riegl, o **valor de antiguidade** retrata o “tempo transcorrido desde a sua origem e que revela os traços de antiguidade” (RIEGL, 2014, p. 37). O **valor histórico** remete aos acontecimentos passados a tal ponto de constituir “(...) um elo insubstituível,

irremovível, de uma corrente evolutiva” (RIEGL, 2014, p. 25). O **valor volível de memória ou de comemoração** “transcende o valor histórico” (RIEGL, 2014, p. 25), podendo ser aquele transmitido pelo criador/autor do objeto artístico no momento de sua idealização ou, ainda, atribuído pelo espectador da obra de arte no intuito de “reconstruí-la pelo olhar ou pensamento, por meio de imagens ou da palavra” (RIEGL, 2014, p. 36). O **valor utilitário ou de uso** é “o valor que um monumento preserva mantendo-se apto para o uso” (RIEGL, 2014, p. 25). O **valor de arte** corresponde à idealização de arte “vigente à época de sua composição” (RIEGL, 2014, p. 24).

Quanto aos conceitos discursivos, são considerados os pressupostos teóricos de Quentin Skinner (1996, 2007) acerca do texto, contexto e intenções discursivas e os postulados sobre vocabulário normativo – palavras-chave; expressões – (SKINNER, 1996, 2007, NASCIMENTO, 2014) para compreensão e interpretação dos discursos de valor atribuídos ao patrimônio, pois as Categorias de Valor foram identificadas a partir dos vocabulários normativos recorrentes nos textos investigados, tendo em vista que “(...) é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas.” (SKINNER, 1996, p.11).

Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de voltarmos nosso olhar à cultura amazônica, valorizando os espaços característicos de sua configuração urbana e os bens culturais regionais. Para este estudo, delimitou-se a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas por ser a primeira biblioteca pública edificada no Amazonas e por sua perpetuação, até os dias atuais, na visualidade urbana de Manaus (AM), uma edificação monumental de grande relevância regional, situado à Rua Barroso, n. 57 – Centro. Projetado pelo arquiteto José Castro de Figueiredo (DUARTE, 2009, p. 210); construído entre os anos de 1905 a 1910 e inaugurado em 05 de setembro de 1910 (MESQUITA, 2019, p. 250; AMAZONAS, 1984, p. 28), edifício tombado como Monumento Histórico do Amazonas por meio do Decreto Estadual nº. 11.033 de 12/04/1988 (AMAZONAS, 1988, p. 5).

Para além das questões teóricas, a escolha dessa edificação também se ampara em minha experiência de leitura e pesquisa nas dependências desta instituição, visto que ao longo de minha formação acadêmica utilizei a Biblioteca Pública do Amazonas para consulta do acervo bibliográfico. Uma história que se iniciou ainda na formação básica, como aluna e continua, atualmente, como professora da rede pública de ensino. Esta

interação com as bibliotecas culminou em um hábito de leitura que me direcionou tanto à graduação em Letras – Língua e Literatura Portuguesa (UFAM) quanto a este projeto de pesquisa que, agora, se materializa em dissertação de mestrado, por meio do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas (PPGLA-UEA).

Diante desse panorama, refletiu-se acerca da seguinte indagação: Quais os valores atribuídos à Biblioteca Pública do Estado do Amazonas ao longo do período de sua existência? Para tanto, considerou-se os discursos oficiais atribuídos a essa edificação, considerada tanto como patrimônio cultural material quanto objeto artístico/arquitetônico e, à luz das Categorias de Valor, buscou-se as possíveis respostas para esse problema de pesquisa.

Quanto à metodologia, empregou-se a abordagem qualitativa desenvolvida a partir dos procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica e documental. As consultas foram realizadas em fontes primárias e secundárias; em obras de acervos públicos e institucionais na cidade de Manaus (AM); em portais de notícias dos jornais *A Crítica*, *Amazonas Em Tempo*, *Jornal do Commercio* e em publicações jornalísticas veiculadas na página da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, sobre o contexto manauara relacionado à história da Biblioteca Pública do Estado Amazonas. Além disso, foram consultados textos governamentais de mensagens/pronunciamentos divulgados em Relatórios Presidenciais da Província/Estado do Amazonas, relativo ao período de 1893-1930, com enunciados relacionados à primeira biblioteca pública do Amazonas, estes disponíveis no acervo digital do *Center for Research Libraries* (CRL)¹.

Quanto à coleta de dados, inicialmente, realizaram-se investigações acerca do estado da arte do patrimônio edificado Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, sendo norteada pela apreciação desse edifício-monumento tanto como patrimônio cultural material quanto objeto artístico. Assim, buscou-se identificar em acervos, da cidade de Manaus, obras relacionadas a essa edificação que remetessem integral ou parcialmente a sua história – idealização, construção, perpetuação – das quais destacam-se, com maior relevância, o artigo *Como Nasceu a Biblioteca Pública do Amazonas* (PINHEIRO, 1947) e os livros *Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas* (BRAGA, 1957, 1989), *Biblioteca Pública do Amazonas* (BRAGA, 2013), conforme mencionado no capítulo anterior.

¹ Disponível em: <<http://ddsnxt.crl.edu/titles/164/items?terms=&page=2>>.

As obras relacionadas à história desta biblioteca foram consultadas no acervo da própria instituição e, em seguida, nas principais bibliotecas ou acervos de Manaus, entre os quais: Biblioteca Municipal João Bosco Pantoja Evangelista, Biblioteca Setorial do Museu Amazônico, Biblioteca Setorial Norte (Universidade Federal do Amazonas – UFAM), Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas (Escola Superior de Artes e Turismo – ESAT e Escola Normal Superior – ENS), Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, Biblioteca da Imprensa Oficial do Amazonas, Biblioteca Cosme Ferreira Filho (Associação Comercial do Amazonas – ACA), Arquivo Público do Estado do Amazonas, Ateliê de Restauro da SEC/AM, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e Superintendência do IPHAN no Estado do Amazonas. Por fim, foram consultadas algumas obras dos acervos digitais da Biblioteca Virtual do Amazonas² e da Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital³.

Em contato com Samuel Souza, Bibliotecário na Gerência de Acervos Digitais⁴ (SEC/AM), foi possível ter acesso a obras relacionados a essa edificação; sobre o contexto histórico da cidade, o projeto arquitetônico original e algumas imagens facsímiles pertencentes ao acervo iconográfico da SEC/AM. Além disso, em contato com Judeth Costa, do Ateliê de Restauro (SEC/AM), outras imagens somaram-se à pesquisa sobre a história da instituição investigada. Em contato com Matheus Blach, da Superintendência do IPHAN/Amazonas, foi possível ter acesso ao Decreto Estadual de Tombamento como Monumento Histórico do prédio da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, Decreto n.º 11.033 de 12/04/1988, documento viabilizado por meio da solicitação via protocolo⁵.

Além disso, com intuito de identificar discursos veiculados na esfera jornalística manauara, consultaram-se as versões digitais das páginas eletrônicas dos jornais A Crítica, Amazonas Em Tempo, Jornal do Commercio e, ainda, publicações no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas (SEC/AM), e textos digitalizados e republicados no site da Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional).

Quanto aos registros fotográficos, tanto da fachada quanto de elementos artísticos internos dessa edificação, foram realizados pela fotógrafa Ariadner Freitas, em 21/08/2019, com intuito de compor o acervo iconográfico da pesquisadora, usado durante o processo analítico. A partir de uma prévia seleção, alguns desses registros ilustraram os capítulos

² Disponível em: <<https://issuu.com/bibliovirtualsec>>.

³ Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/>>.

⁴ Endereço eletrônico da Gerência de Acervos Digitais (SEC/AM): acervodigitalsec@gmail.com

⁵ Neste caso, em visita presencial às dependências do IPHAN/AM, gerou-se o Ofício N° 1054/2019/IPHAN-AM-IPHAN e o Processo n° 01490.000282/2019-51.

dessa dissertação, possibilitando uma possível leitura da edificação investigada e propondo um novo olhar para o patrimônio material manauara.

Após o acesso aos principais documentos supracitados foi possível estabelecer o Plano da Dissertação, organizada em três capítulos, nos quais se evidenciam o percurso investigativo de coleta e análise dos dados e os procedimentos metodológicos desenvolvidos ao longo do período de vigência desta pesquisa (2019 – 2021). A seguir, é possível compreender um panorama geral deste processo analítico, visto que, por meio de quadros, apresentamos os sujeitos enunciativos, as obras, o vocabulário normativo e as respectivas Categorias de Valor classificadas a partir do *corpus* delimitado e analisado nesta pesquisa.

O primeiro capítulo, intitulado *Atribuição de valor no percurso histórico*, é um capítulo teórico e conceitual, estruturado em três seções. A primeira, *2.1 Categoria de Valor*, inicia-se com a definição conceitual de Valor. Em seguida são expostos os conceitos das principais categorias valorativas expostas nas obras dos autores referenciais para esta pesquisa, Argan, Choay e Riegl. Na seção *2.2 O discurso de valor patrimonial* foram expostas algumas obras que analisam o patrimônio cultural material. Neste caso, no âmbito nacional, a tese de Gonçalves (1996) e, no contexto manauara, a tese de Nascimento (2014). Ademais, a teoria metodológica intertextual de Skinner (1996, 2007) compõe o quadro analítico desta pesquisa, visto que os termos vocabulares (palavras-chave e expressões) corroboraram significativamente na metodologia de classificação das Categorias de Valor. Do ponto de vista discursivo, ao longo dessa dissertação e em notas de rodapé foram descritas informações sucintas a respeito da biografia dos principais autores e sujeitos enunciativos citados, com intuito de compreender os contextos de produção e circulação dos discursos valorativos propagados sobre o patrimônio material arquitetônico investigado.

Na seção *1.3 O patrimônio cultural na perspectiva arquitetônica*, elaborada com o intuito de revisar os principais conceitos sobre patrimônio cultural material, especialmente associado às edificações arquitetônicas monumentais, destaca-se um panorama geral acerca da temática patrimonial por meio da exposição dos principais conceitos adotados nesta investigação, dentre os quais patrimônio, monumento, bem cultural. Considerando-se os pressupostos teóricos propostos por Alois Riegl, Françoise Choay, Giulio Carlo Argan, José Reginaldo Gonçalves, entre outros teóricos e fontes

citadas com o intuito de revisitar tais conceitos e suas reverberações valorativas na atualidade.

Entre o discurso e a imagem: o patrimônio material monumental é um capítulo de revisão da literatura e apreciação estética, subdividido em três seções. Ao delimitarmos o objeto artístico Biblioteca Pública do Estado do Amazonas como recorte para esta investigação valorativa, fez-se necessário um breve retorno às construções projetadas para abrigar os livros desde suas origens, como salas de leituras, até as efetivas bibliotecas públicas, nos moldes conhecidos atualmente. Na seção *1.1 Da idealização à materialidade das bibliotecas*, foram destacadas, especificamente, estruturas arquitetônicas de salas de leituras e bibliotecas edificadas, por meio de um breve passeio panorâmico mundial e local. Para tanto, consultou-se obras dos autores James W. P Campbell, por apresentar uma perspectiva contextual mundial mais detalhada, e Rubens Borba de Moraes, por nos apresentar o contexto brasileiro.

Posteriormente, no item *1.2 Biblioteca Pública do Amazonas: o estado da arte*, realizou-se a revisão da literatura a respeito das principais obras relacionadas à Biblioteca Pública do Amazonas, destacando-se as obras dos autores Geraldo Pinheiro (1947), Genesino Braga (1957, 1989) e Robério Braga (2013). Além das consultas às fontes primárias: leis, decretos, processos de tombamento, notícias veiculadas em jornais locais e algumas digitalizadas pela Hemeroteca Digital. Nesta seção, optou-se pelo uso de alguns registros fotográficos do acervo pessoal da pesquisadora e algumas imagens fac-similadas do arquivo cedido pelo Governo do Amazonas, por meio da SEC/AM. Estas complementam a compreensão textual das informações expostas na dissertação, especialmente quanto às fontes primárias. Corroborando a contemplação desse edifício como um bem cultural monumental e, também, como um objeto artístico.

Por fim, no tópico *1.3 O edifício-monumento: uma leitura iconográfica* propõe-se uma apreciação estética do edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas, objetivando aguçar a percepção dos espectadores desse espaço público. Esta leitura apoiou-se na análise iconográfica proposta por Panofsky (2017). Conforme exposto nesta seção, buscou-se identificar o estilo arquitetônico empregado na construção dessa edificação a partir da estrutura predial e dos principais elementos artísticos/arquitetônicos/monumentais. Para a compreensão simbólica, salientaram-se alguns aspectos específicos desta edificação, a fim de identificarmos possíveis significados associados ao contexto local do período relacionado à idealização/construção desta biblioteca.

O terceiro capítulo, *O discurso valorativo atribuído à Biblioteca Pública do Amazonas*, é analítico e foi organizado em três seções, a saber: *3.1 Discurso Político*; *3.2 Discurso Histórico*; *3.3 Discurso Jornalístico*, nos quais foram expostas as análises intertextuais das fontes primárias e secundárias selecionadas. Em cada seção, há um histórico sucinto sobre os sujeitos enunciativos, corroborando a compreensão do contexto de circulação dos discursos propagados nestas três esferas sobre o edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas. Na perspectiva discursiva, considerando-se que a “o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana é a palavra” (VOLOSHINOV, 1979, p. 35), aplicou-se a teoria intertextual/vocabular de Skinner e Nascimento associada às Categorias de Valor para identificar, classificar e compreender as percepções valorativas atribuídas e propagadas sobre a Biblioteca Pública do Amazonas, conforme diagrama estrutural das fontes selecionadas.

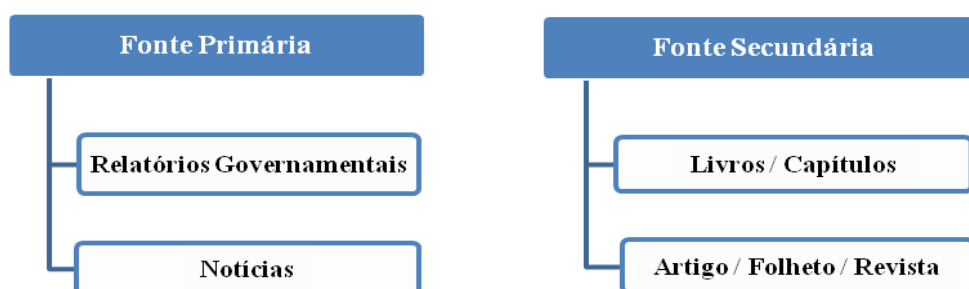


Figura 1: Diagrama estrutural das fontes bibliográficas.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2021.

No intuito de revelar um panorama geral do processo metodológico desenvolvido durante a pesquisa e análise dos dados, elaboramos três quadros contendo a lista dos textos selecionados. Delimitados a partir da abrangência vocabular relacionada à atribuição valorativa da edificação investigada. Considerando-se esse critério, na seção *3.1 Discurso Político* selecionamos 12 (doze) Relatórios Governamentais, dos quais foram identificados o vocabulário normativo (palavras-chave/expressões/enunciados) mais recorrentes. Em seguida, avançou-se para o nível de identificação/classificação das Categorias de Valor. Conforme observável no quadro a seguir:

Relatórios/Mensagens dos Presidentes/Governadores do Amazonas			
Sujeito Enunciativo	Publicação	Vocabulário Normativo (Palavras-chave / Expressões)	Categorias de Valor
<i>José Lustosa da Cunha Paranaguá</i>	25/03/1883	Bibliotheca Publica Provincial bibliotheca edifício apropriado	Valor utilitário ou de uso Valor cognitivo
<i>Eduardo Gonçalves Ribeiro</i>	10/07/1894	palacete Bibliotheca	Valor estético-histórico Valor histórico Valor artístico
<i>Silvério José Nery</i>	10/07/1901	“Aquisição de um prédio para a Bibliotheca . 487:225\$000” (MINHÓS apud NERY, 1901, s/n, quadro anexo N. 3)	Valor econômico
<i>Silvério José Nery</i>	10/07/1904	“criação de uma bibliotheca ”	Valor utilitário ou de uso
<i>Antonio Constantino Nery</i>	10/07/1905	“construção de um edifício ” (Vol. I) “melhores e mais vastos edifícios ” (Vol. II)	Valor econômico Valor histórico Valor artístico Valor estético-histórico Valor utilitário ou de uso
<i>Antonio Constantino Nery</i>	10/07/1906	“um dos nossos mais importantes edifícios ” belleza architectonica “melhores condições de solidez ” obras raríssimas novo edifício	Valor artístico Valor de arte Valor utilitário ou de uso Valor cognitivo
<i>Antonio Constantino Nery</i>	10/07/1907	“um dos mais bellos edifícios ” predio edifício apropriado	Valor artístico Valor de arte Valor estético-histórico Valor histórico
<i>Raymundo Affonso de Carvalho</i>	10/07/1908	inauguração, salões “ edifício de semelhante natureza”	Valor cognitivo Valor estético-histórico Valor histórico
<i>Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt</i>	10/07/1910	Bibliotheca Publica “Assentaram-se a balaustrada e ladrilhos do vestíbulo. (...) O custo foi de 3:445\$880 ”	Valor artístico Valor econômico
<i>Jonathas de Freitas Pedrosa</i>	10/07/1914	“ importante repartição ” estabelecimento departamento publico “ utilidade e (...) preciso conforto ” consulta e leitura	Valor nacional Valor utilitário ou de uso Valor cognitivo
<i>Pedro de Alcantara Bacellar</i>	10/07/1919	“ Bibliotheca (...) é um dos justos motivos de orgulho do nosso Estado ” “uma das melhores livrarias do Paiz” “A frequencia a esse departamento demonstra o alto apreço em que é tido, em nosso meio social”	Valor nacional Valor estético-histórico Valor histórico Valor cognitivo
<i>Alfredo Sá</i>	15/12/1925	Bibliotheca fachada nova pintura prédio imponente edifício “aspecto novo e elegante ”	Valor de arte Valor estético-histórico Valor histórico

Quadro 1: Vocabulário Normativo proveniente do contexto político.
 Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2021.

Para essa análise, inicialmente havia 48 (quarenta e oito) Relatórios Governamentais de pronunciamentos/mensagens de representantes políticos do Amazonas, dos quais o Relatório referente ao ano de 1883 foi disponibilizado pela Gerência de Acervos Digitais (SEC/AM) e os demais constam disponíveis no acervo digital do *Center for Research Libraries* (CRL). Logo, o recorte temporal e a delimitação das fontes utilizadas tornaram-se necessários devido à quantidade de relatórios disponíveis, sendo inviável a análise de todos devido à proposta desta investigação, que também abrange a análise de textos históricos e jornalísticos.

No tópico 3.2 *Discurso Histórico* há uma breve contextualização do período histórico de construção da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, considerando-se, especialmente, obras históricas do *corpus* textual selecionado. Nesta seção foram analisados todos os textos identificados durante a coleta de dados, um total de 08 (oito) obras, das quais constam livros completos, capítulos (integrais ou parciais), artigo, folheto e revista. Seguiu-se o mesmo critério analítico utilizado na seção anterior acerca do vocabulário normativo, buscamos evidenciar enunciados que atribuíssem valor ao edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas, vislumbrado, de forma resumida, no quadro abaixo:

Textos Históricos				
Sujeito Enunciativo	Obra	Publicação	Vocabulário Normativo (Palavras-chave / Expressões)	Categorias de Valor
Geraldo Pinheiro	<i>Como Nasceu a Biblioteca Pública do Amazonas</i>	1947 Artigo	Biblioteca Pública Provincial salão de leitura livros prédio imponente edifício	Valor nacional Valor utilitário ou de uso Valor estético-histórico Valor histórico Valor cognitivo
Genesino Braga	<i>Nascença e vivência da Biblioteca Pública do Amazonas</i>	1957 (1ª ed) 1989 (2ª ed) Livro	história Biblioteca Pública do Amazonas Sala de leitura biblioteca edifício novo edifício-próprio patrimônio bibliográfico incêndio	Valor cognitivo Valor volível de memória ou de comemoração Valor nacional; Valor histórico Valor estético-histórico Valor artístico Valor de arte Valor utilitário ou de uso Valor econômico
			Sala de Leitura	

Etelvina Garcia	<i>Biblioteca Pública do Amazonas</i>	c. 1994 Folheto	Biblioteca Pública Provincial Palácio para os livros majestoso edifício belo prédio imponente escadaria incêndio novo acervo restauração patrimônio arquitetônico características de origem funcionamento	Valor artístico Valor de arte Valor estético-histórico Valor histórico. Valor utilitário ou de uso Valor cognitivo Valor volível de memória ou de comemoração
Márcio Páscoa	<i>O Indivíduo e o Cotidiano</i> <i>A vida musical em Manaus na época da borracha (1850-1910)</i>	1997 Fragmento, Capítulo 2.	Sala de Leitura acervo Biblioteca Pública prédio próprio “prédio amplo e suntuoso”	Valor artístico Valor de arte Valor estético-histórico Valor histórico Valor utilitário ou de uso Valor cognitivo
Otoni Mesquita	<i>Arquitetura Eclética de Manaus</i> <i>Manaus: história e arquitetura (1669-1915)</i>	1999 (1ª ed) 2019 (4ª ed) Fragmento, Capítulo IV.	história Biblioteca Pública do Amazonas criação conservação do acervo edifício / prédio restauração manutenção fachada obra arquitetônica obra eclética monumentalidade Monumento Histórico elementos decorativos pinturas marmorizadas	Valor cognitivo Valor volível de memória ou de comemoração Valor nacional Valor utilitário ou de uso Valor histórico; Valor estético-histórico Valor artístico Valor de arte
Arquivo Público do Estado do Amazonas	<i>Biblioteca Pública</i>	2001 Revista	Biblioteca Pública histórico acervo leitura manuscritos obras raras atividades culturais riqueza arquitetônica Patrimônio Estadual Planta da Biblioteca	Valor cognitivo Valor volível de memória ou de comemoração Valor nacional Valor utilitário ou de uso Valor histórico Valor estético-histórico
Durango Duarte	<i>Bibliotecas</i> <i>Manaus entre o passado e o presente</i>	2009 Fragmento, Capítulo IX.	Sala de Leitura Biblioteca Pública Provincial Biblioteca Pública do Estado do Amazonas acervo construção do prédio sede própria palacete / palácio restauração reforma Monumento Histórico	Valor nacional Valor histórico Valor estético-histórico Valor artístico Valor de arte Valor cognitivo Valor utilitário ou de uso
			Sala de Leitura	Valor nacional

Robério Braga	<i>Biblioteca Pública do Amazonas</i>	2013 Livro	Biblioteca Pública prédio / sede própria suntuoso edifício memória tombamento patrimônio histórico preservação patrimonial restauração novas funções visitação	Valor cognitivo Valor volúvel de memória ou de comemoração Valor econômico Valor artístico Valor de arte Valor estético-histórico Valor histórico Valor utilitário ou de uso
---------------	---------------------------------------	---------------	---	---

Quadro 2: Vocabulário Normativo proveniente do contexto histórico.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2021.

Na seção 3.3 *Discurso Jornalístico* foram selecionados, inicialmente, 71 textos relacionadas à Biblioteca Pública do Amazonas veiculados nas versões eletrônicas dos jornais A Crítica (26 notícias), Em Tempo (42 notícias) e Jornal do Commercio (03 notícias), publicados entre os anos de 2007-2019, período correspondente às publicações disponíveis nas páginas midiáticas dos jornais supracitados. Porém, durante a análise das notícias, observou-se que em muitos textos constavam o seguinte enunciado: “*com informações da assessoria*” e, ao compará-los com os textos publicados pela Secretaria de Cultura do Amazonas (SEC/AM), constatou-se que em alguns deles havia a reprodução integral ou parcial de conteúdos informativos veiculados pela Assessoria de Imprensa da SEC/AM⁶. Do ponto de vista discursivo, o Jornal Em Tempo foi o veículo de comunicação que mais se apropriou e propagou o discurso da SEC/AM⁷, tendo em vista que de um total de 42 notícias selecionadas, 21 possuem o enunciado “*com informações da assessoria*” ou referências ao endereço eletrônico desta Secretaria.

Logo, por tal motivo, 33 textos foram descartados para critérios analíticos nesta pesquisa, das quais 12 (doze) são publicações veiculadas no Jornal A Crítica e 21 (vinte e uma) no Jornal Em Tempo. Todavia, das 38 (trinta e oito), delimitou-se o *corpus* analítico também tomando por base o critério usado na seção 3.1, acerca da maior materialidade vocabular atribuída à edificação da Biblioteca Pública do Amazonas. Desta forma, no quadro abaixo estão listadas apenas as notícias analisadas, um total de 19 (dezenove) textos, a saber: 01 (uma) notícia do Jornal do Commercio; 08 (oito) notícias do Jornal A Crítica e 10 (dez) notícias do Jornal Amazonas Em Tempo, ressaltadas no quadro abaixo.

⁶ Página eletrônica da SEC/AM: <<https://cultura.am.gov.br/portal/>>.

⁷ A exemplo disso, sugere-se a leitura dos textos veiculados nas páginas da SEC e Portal EM TEMPO, respectivamente, <<https://cultura.am.gov.br/portal/domingo-tem-feira-de-troca-de-livros-e-gibis-na-biblioteca-publica/>>, <<https://d.emtempo.com.br/cultura/162268/domingo-tem-feira-de-troca-de-livros-e-gibis-na-biblioteca-publica>>.

Textos Jornalísticos				
Sujeito Enunciativo	Notícia	Publicação	Vocabulário Normativo (Palavras-chave / Expressões)	Categorias de Valor
Jornal do Comercio – Evaldo Ferreira	<i>Bibliotecas para livros e outras opções de lazer</i>	28/03/2019	Belo casarão <i>Feira de Troca de Livros e Gibis</i> Bibliotour história arquitetura leitura exposições temáticas espaço dinâmico	Valor cognitivo Valor volúvel de memória ou de comemoração Valor artístico Valor estético-histórico Valor histórico Valor nacional
Jornal A Crítica – Auriane Carvalho	<i>Bibliotecas de Manaus tentam sobreviver na era da Internet</i>	09/04/2015	bibliotecas públicas acervo “ lugar mais calmo e tranquilo para estudar” “ espaço para fazer pesquisa ou mesmo ler”	Valor nacional Valor cognitivo Valor utilitário ou de uso
Jornal A Crítica – Silane Souza	<i>Bibliotecas de Manaus sofrem com o descaso e com a burocracia</i>	24/02/2016	Descaso burocracia acervo atendimento ao público acessibilidade	Valor cognitivo Valor utilitário ou de uso
Jornal A Crítica – Silane Souza	<i>Já leu? Que tal trocar?</i>	23/04/2016	<i>Feira de Troca de Livros e Gibis</i> Regulamento difusão da leitura “tornar a biblioteca cada vez mais conhecida”	Valor cognitivo Valor utilitário ou de uso
Jornal A Crítica – Silane Souza	<i>Aprovada: 'Feira de Troca de Livros e Gibis' conquista público amazonense</i>	25/04/2016	Acervos difusão da leitura “tornar a Biblioteca Pública cada vez mais conhecida”	Valor utilitário ou de uso Valor cognitivo
Jornal A Crítica – Alik Menezes	<i>Você sabe quanto vale o patrimônio público do Amazonas?</i>	12/03/2017	patrimônio estadual preservação histórica ou artística valor histórico Biblioteca Pública do Estado	Valor econômico Valor histórico Valor estético-histórico
Jornal A Crítica – Portal ACRITICA.COM	<i>Biblioteca Pública oferece jornais impressos de mais de 150 anos para consulta gratuita</i>	29/12/2017	Biblioteca Pública do Amazonas História do Estado jornais edições históricas periódicos acervo beleza estilo neoclássico	Valor nacional Valor histórico Valor estético-histórico Valor artístico Valor de arte Valor cognitivo Valor volúvel de memória ou de comemoração Valor utilitário ou de uso
Jornal	<i>Mais rigor contra o</i>		prédios históricos patrimônio histórico	Valor nacional;

A Crítica – Alik Menezes	<i>vandalismo: projeto de lei prevê a prisão de quem pichar monumentos</i>	07/01/2018	monumentos tombados pichação Biblioteca Pública do Amazonas	Valor histórico; Valor volível de memória ou de comemoração
Jornal A Crítica – Portal ACRITICA.COM	<i>Vigésima edição da 'Feira de Troca de Livros e Gibis' acontece neste domingo (29)</i>	28/04/2018	Biblioteca Pública do Amazonas <i>Feira de Troca de Livros e Gibis</i> lançamento de livro incentivo à leitura Bibliotour	Valor utilitário ou de uso Valor volível de memória ou de comemoração Valor cognitivo Valor nacional Valor histórico Valor estético-histórico
Jornal Amazonas Em Tempo – Portal EM TEMPO	<i>Reabertura da Biblioteca Pública é novamente adiada</i>	18/01/2013	Biblioteca Pública do Amazonas vistoria / laudo reabertura reinaugurar	Valor utilitário ou de uso
Jornal Amazonas Em Tempo – Portal EM TEMPO Colaborador: Gaspar	<i>Biblioteca pública volta a funcionar após cinco anos fechada</i>	31/01/2013	Biblioteca Pública do Amazonas reforma prédio centenário “voltou a funcionar” “sistema de proteção contra incêndio”	Valor de arte Valor utilitário ou de uso Valor histórico Valor volível de memória ou de comemoração Valor cognitivo
Jornal Amazonas Em Tempo – Portal EM TEMPO	<i>Em Manaus, feira de troca reúne diferentes gerações de leitores para troca de livros</i>	29/05/2016	Biblioteca Pública <i>Feira de Troca de Livros e Gibis</i> livros leitura “ espaço para troca de informações, cultura e lazer”	Valor utilitário ou de uso Valor nacional Valor histórico Valor cognitivo
Jornal Amazonas Em Tempo – Bárbara Costa	<i>Bibliotecas tradicionais de Manaus caem no esquecimento</i>	26/03/2017	primeira biblioteca Biblioteca do Amazonas Acervos / obras internet pesquisa virtual	Valor histórico Valor utilitário ou de uso.
Jornal Amazonas Em Tempo – Bruna Chagas	<i>Você acredita em fantasmas? Veja lugares mais 'assombrados' de Manaus</i>	31/10/2018	lugares antigos lugares assombrados prédio Biblioteca Pública “causo”	Valor cognitivo
Jornal Amazonas Em Tempo – Lucyleny Rocha	<i>Conheça 15 pontos turísticos para 'viajar pela história' de Manaus</i>	17/06/2019	Biblioteca Pública do Amazonas edifício-sede arquitetura estilo neoclássico restauração acervo espaço multiuso <i>Feira de Troca de Livros e Gibis</i>	Valor volível de memória ou de comemoração Valor cognitivo Valor nacional Valor histórico Valor estético-histórico Valor artístico Valor de arte Valor utilitário ou

				de uso
Jornal Amazonas Em Tempo – Bruna Oliveira	<i>Biblioteca Pública tem atividades durante Virada Sustentável Manaus</i>	26/07/2019	Biblioteca Pública do Amazonas palestras popularização do conhecimento	Valor utilitário ou de uso
Jornal Amazonas Em Tempo – Bruna Oliveira	<i>Conheça a programação da 2ª Semana do Livro e da Biblioteca em Manaus</i>	12/10/2019	atividades lúdicas incentivar a leitura Feira de Troca de Livros e Gibis Biblioterapia	Valor utilitário ou de uso
Jornal Amazonas Em Tempo – Nathalie Torres	<i>Biblioteca Pública do Estado tem acervo inclusivo sem muitos adeptos</i>	19/10/2019	Acessibilidade mobilidade mapas de alto-relevo acervo literário	Valor utilitário ou de uso
Jornal Amazonas Em Tempo – Nathalie Torres	<i>Biblioteca Pública do Estado entre modernização e preservação</i>	26/10/2019	história do local arquitetura atividades culturais acervo leitura “a Biblioteca pública preserva a história” “mostrar a Biblioteca para a sociedade”	Valor nacional Valor histórico Valor volível de memória ou de comemoração Valor utilitário ou de uso Valor cognitivo

Quadro 3: Vocabulário Normativo proveniente do contexto jornalístico.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2021.

A partir da materialidade textual coletada das três esferas discursivas foram investigadas as atribuições de valor associadas à Biblioteca Pública do Amazonas, conforme análise apresentada no terceiro capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO I – Atribuição de valor no percurso histórico

São os homens que atribuem um valor às pedras e todos os homens, não apenas os arqueólogos ou os literatos.

(ARGAN, 2005, p. 228)

Este capítulo inicia-se a partir da definição conceitual de Valor. Em seguida, são detalhadas as principais Categorias de Valor postuladas pelos autores Françoise Choay, Giulio Carlo Argan e Alois Riegl, a saber: nacional; cognitivo; econômico; artístico (CHOAY, 2001); estético/histórico (ARGAN, 2005); valor de antiguidade; valor histórico; valor volúvel de memória ou comemoração; valor utilitário ou de uso; valor de arte (RIEGL, 2014). Além disso, apresentam-se os conceitos teóricos da Análise Intertextual, considerando-se os pressupostos teóricos de Quentin Skinner (1996, 2007) acerca do texto, contexto e intenções discursivas e os postulados sobre vocabulário normativo (SKINNER, 1996, 2007; NASCIMENTO, 2014) para a compreensão e interpretação dos discursos valorativos atribuídos ao patrimônio edificado, neste caso a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. Por fim, aborda-se o conceito de patrimônio cultural, propondo-se uma breve contextualização do conceito de bens culturais, especialmente relacionado à materialidade arquitetônica.

1.1 Categorias de Valor

De acordo com Abbagnano, a palavra *Valor* designa “o que deve ser objeto de preferência ou de escolha”, nossos antepassados a utilizavam para “indicar a utilidade ou o preço dos bens materiais e a dignidade ou o mérito das pessoas”. Todavia, ao longo dos anos esse vocábulo adquiriu nossos sentidos, passando a ser usado em diversos campos das ciências. Na Filosofia, seu caráter conceitual passou a “indicar *qualquer* objeto de preferência ou de escolha” (ABBAGNANO, 2000, p. 989).

Quanto ao conceito de patrimônio, no livro *A alegoria do patrimônio* (2001), a historiadora da arte Françoise Choay⁸ propõe, entre outras questões, uma análise do

⁸ Estudiosa do espaço urbano, com destaque para questões voltadas ao debate sobre o patrimônio cultural material. A respeito da biografia da autora, sugere-se a leitura do artigo *A escrita da história como um processo: as práticas historiográficas de Françoise Choay (1965-1973)* (PEIXOTO, 2017), disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/download/3221/2450>>.

patrimônio arquitetônico edificado. Nessa obra a autora menciona o conceito de “patrimônio” partindo da definição do *Dictionnaire de la langue française de É. Littré*, que propagava esse termo como herança associada “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade” (CHOAY, 2001, p. 11). Todavia, historicamente, essa palavra assumiu outros sentidos a partir da inserção de alguns adjetivos ao termo base, passando a significar algo mais amplo, abrangendo bens coletivos “destinados ao usufruto de uma comunidade” (CHOAY, 2001, p. 11).

O conceito de *patrimônio histórico* estava atrelado à significação de um “passado comum”, além de remeter “a uma instituição e a uma mentalidade” (p. 11). Diante disso, a autora problematiza o culto patrimonial, pois, segundo ela, os patrimônios históricos retratam “uma condição da sociedade e das questões que ela encerra”. Diante da amplitude de significados e da crescente quantidade de tais bens, Choay delimitou sua abordagem apenas ao patrimônio edificado, especificamente nesse livro supracitado.

Os estudos da autora revelam que, na França, as edificações eram classificadas em arquiteturas: erudita, menor, vernacular e industrial. A arquitetura **erudita** contemplava as construções representativas da Idade Média; a **menor** seriam aquelas consideradas “não monumentais”; a **vernacular** corresponderia às edificações “locais”; e a **industrial** àquelas associadas à indústria; considerando-se tais definições a partir do advento da Comissão dos Monumentos Históricos (1837). Porém, Choay ressalta que tais definições passaram a abranger também “aglomerados de edificações e a malha urbana” (CHOAY, 2001, p. 13), seguindo critérios estabelecidos pela UNESCO.

De acordo com a autora, ao longo da história muitas edificações desapareceram, descartadas por não serem reconhecidas como patrimônio histórico por grande parte da sociedade naquela época, em favor de outras construções compreendidas como “modernas”. Todavia, ressalta-se que naquele contexto histórico não havia, ainda, discussões sobre questões patrimoniais ou o entendimento acerca de bens culturais compreendidos na contemporaneidade, as quais tanto temos acesso quanto é possível colaborarmos com possíveis intervenções.

A esse respeito, a autora cita a demolição de algumas edificações, tais como: Maison du Peuple (Horta/1968); Hotel Imperial de Tóquio (Wright/1968); Les Halles (Baltard/1970); entre outras. A partir desse cenário, a França estabeleceu “critérios e uma tipologia para não deixar escapar nenhum testemunho historicamente significativo”

(CHOAY, 2001, p. 13). Essas ações também foram adotadas em outros países, com intuito de preservar os “monumentos como testemunhos do passado” (CHOAY, 2001, p. 14).

A Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, sediada em Atenas (1931), versou sobre essas questões, agitando a Europa. A partir da segunda edição, ocorrida em Veneza (Itália, 1964), dialogou também com países de outros continentes, igualmente preocupados com a manutenção e preservação de seus bens culturais, quer seja devido ao crescimento urbano, pela ação natural do tempo ou, ainda, por influências da ação humana provenientes do turismo, considerando-se que os bens “não devem ser fixados por uma idéia de conservação intransigente, mas sim manter sua dinâmica” (CHOAY, 2001, p. 16).

Nesse viés, a autora retoma os conceitos de monumento e monumento histórico para corroborar as reflexões elencadas por ela ao longo do texto. A respeito do monumento, Choay discorre que esse termo é de origem latina “*monumentum*”, palavra derivada de “*monere*”, compreendida por trazer “à lembrança alguma coisa” e “tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2001, p. 18). Partindo desse entendimento, ela afirma que inicialmente o sentido de monumento estava associado a tudo que era erigido pela humanidade, com o intuito de trazer à memória acontecimentos representativos de uma época e, assim, constituir uma “garantia das origens” (CHOAY, 2001, p. 18).

Segundo Choay, a partir dos estudos de Furetière em 1689, esse termo passa a expressar um “valor arqueológico em detrimento de seu valor memorial”, sendo os monumentos representativos de um período glorioso de épocas passadas. Posteriormente, passa a ser situado no momento presente, ressaltando “valores estéticos e de prestígio” (p. 19). No século XVII os monumentos passam a representar “o poder, a grandeza, a beleza” retratados por meio de estilos artísticos. A partir desse contexto, os monumentos buscaram expressar a “proeza técnica” capaz de suscitar o “encantamento ou o espanto” (p. 19) de seus apreciadores. E, em consequência disso, revelou-se uma nova atuação “no instante, substituindo seu *status* de signo pelo de sinal” (p. 20). A autora menciona a distinção entre monumento e monumento histórico que, nas palavras dela, podem ser compreendidos como:

O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo – neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história

da arte em particular –; ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso “desejo de arte” (*Kunstwollen*): neste caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história. (CHOAY, 2001, p. 26).

Dessa forma são relacionados diretamente ao tempo, memória e/ou ao saber. Ela ressalta que a origem da concepção de monumento histórico data inicialmente por volta de 1420, em Roma, sobretudo a partir das ruínas antigas em alusão ao seu “passado fabuloso” (p. 31). Entretanto, a relação patrimonial estabelecida pelos apreciadores ou usuários de diversos monumentos ainda não era a ideal. A exemplo disso a autora cita que as edificações não eram propagadas pelos membros da igreja cristã, naquele período, como dignos de perpetuação ou valor, ocasionando

[...] a indiferença em relação aos monumentos que haviam perdido seu sentido e seu uso, a insegurança e a miséria: os grandes edifícios da Antigüidade são transformados em pedreiras, ou então recuperados e desvirtuados; em Roma, no século XI, os arcos do Coliseu são fechados, ocupados por habitações, depósitos, oficinas, enquanto na arena se constrói uma igreja e a fortaleza dos Frangipani [...] (CHOAY, 2001, p. 35).

Atendendo às expectativas “proselitistas”, naquele contexto social europeu, muitos monumentos foram desfigurados, se comparados à planta original, com intuito de inserir outros estilos artísticos emergentes ao longo do percurso histórico, muito dos quais perderam totalmente sua fachada, parcialmente alguns espaços idealizados na construção ou, simplesmente, assumiram novos usos, citados por Choay como “reutilização” (p. 40), tais como ocorreram em muitos templos pagãos erigidos durante a antiguidade e posteriormente transformados em espaços de culto cristão.

Nesse contexto, o período da Revolução Francesa foi marcado pela perda de muitos patrimônios culturais. Entretanto, também foi uma época de grandes transformações acerca da preservação dos monumentos, porque,

Com efeito, a invenção da conservação do monumento histórico com seu aparelho jurídico e técnico, o mais das vezes atribuída à Monarquia de Julho, foi antecipada pelas instâncias revolucionárias: seus decretos e “instruções” prefiguram, na forma e no fundo, a abordagem e os procedimentos desenvolvidos na década de 1830 por Vitet, Mérimée e pela primeira Comissão des Monuments Historiques. (CHOAY, 2001, p. 95).

Esse entendimento possibilitou ações efetivas para a concepção do que compreendemos atualmente como tombamento patrimonial, pois tal Comissão, responsável em preservar os monumentos, tinha por finalidade:

Em primeiro lugar, ela deve *tomb* as diferentes categorias de bens recuperados pela Nação. Em seguida, cada categoria é por sua vez *inventariada* e estabelecido o estado em que se encontra cada um dos bens que a compõem (decreto de 13 de outubro de 1790). Por fim, e sobretudo, antes de qualquer decisão sobre sua destinação futura, estes são protegidos e postos “fora de circulação” em caráter provisório, seja reunindo-se em “depósitos”, seja pela aposição de selos, especialmente no caso de edifícios. (CHOAY, 2001, p. 99-100).

No entanto, muitas edificações não mais funcionavam segundo os preceitos de suas concepções estruturais originais, fomentando debates a respeito dos bens nacionalizados e reutilizados de diferentes formas, a exemplo disso Choay cita que algumas igrejas foram utilizadas como depósitos ou como instalações para mercados públicos ou museus. Práticas normalizadas naquele período que, a partir desses debates, possibilitaram questionamentos acerca da atribuição valorativa associada aos patrimônios tombados ou em vista de serem preservados. Dessa forma, a autora evidencia as Categorias de Valor: nacional; cognitivo; econômico e artístico.

O **valor nacional** é atribuído ao patrimônio relacionado à nação, por ser representativo da memória cultural, ao trazerem em seu bojo uma carga de sentido histórico do país e de seus habitantes. Ela classifica esse valor como imprescindível para uma compreensão de todos os demais valores a serem atribuídos ao patrimônio. Nesse sentido, Choay destaca a importância desse valor a ponto de, por exemplo, influenciar decisões a respeito das “medidas de conservação tomadas pelo Comitê de Instrução Pública” (CHOAY, 2001, p. 116), seguindo preceitos vigentes em países europeus.

O **valor cognitivo**, segundo a autora, remete “aos conhecimentos abstratos e às múltiplas competências”, ativando a memória coletiva dos cidadãos devido à carga de sentido comunicacional que os bens culturais agregam em suas estruturas físicas. A esse respeito, Choay ressalta que tais “monumentos históricos são portadores de valores de conhecimento específico e gerais, para todas as categorias sociais” (CHOAY, 2001, p.117). Logo, de acordo com ela, esse “sentimento de orgulho” ou de pertencimento pode tornar-se um instrumento pedagógico cívico por meio da interpretação histórica representada.

Quanto ao **valor econômico**, este corresponde à rentabilidade agregada ao bem e, também, ao capital financeiro que este representa enquanto patrimônio cultural voltado ao

turismo. Segundo a autora, os monumentos históricos idealizados nesse viés econômico têm o intuito de “atrair os visitantes estrangeiros” (CHOAY, 2001, p.118) e, com isso, lucrar e/ou superar os investimentos aplicados em tais construções.

A respeito do **valor artístico**, Choay salienta que este é relativo à imagem estética, ao patrimônio monumental reconhecido como obra de arte. Este valor, em relação àqueles supracitados, em uma sequência hierárquica é destacado em último plano, visto que esta posição é “(...) condição compreensível numa época em que, salvo num meio culto e esclarecido, o conceito de arte ainda é impreciso e a noção de estética mal acaba de surgir” (CHOAY, 2001, p.118).

É importante ressaltar a relevante contribuição da obra *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem* (RIEGL, [1903] 2014) para os estudos patrimoniais. Anterior aos estudos elaborados por Choay a respeito da valorização atribuída aos bens culturais, essa obra é considerada um marco referencial para compreensão da arte como reflexo de anseios idealizados e potencializados por aqueles que contemplam tais objetos artísticos à luz das culturas propagadas em épocas específicas, estes considerados representativos do período histórico de idealização/construção de tais patrimônios erigidos.

Alois Riegl (1858-1905)⁹, pesquisador e crítico da História da Arte, presidiu a Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos no ano de 1902, sendo “encarregado de esboçar uma nova legislação para a conservação dos monumentos” (CHOAY, 2001, p. 167), tais resultados foram publicados no livro *Der moderne Denkmalkultus* (1903) que, segundo Choay, foi uma obra precursora da atribuição de valor aos monumentos históricos.

Nessa obra, traduzida no Brasil sob o título *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e sua origem* (2014), Riegl evidencia os **Valores de Memória**: valor de antiguidade; valor histórico; valor volível de memória ou comemoração; e os **Valores de Atualidade**: valor utilitário ou de uso; valor de arte.

O **valor de antiguidade** retrata o “tempo transcorrido desde a sua origem e que revela os traços de antiguidade.” (RIEGL, 2014, p. 37), um exemplo facilmente identificado desse valor é destacado em ruínas de edificações que se perpetuaram “levando em consideração apenas aquelas propriedades que indicam o desfazer-se do monumento na

⁹ Integrou o *Instituto Warburg* contribuindo significativamente para os estudos das Artes Visuais. Foi conservador/curador no Museu de Artes Decorativas em Viena (CHOAY, 2011, p. 147). Para mais informações sobre o autor, sugere-se a leitura do artigo *Alois Riegl, o conceito de Kunstwollen e o Barroco: algumas considerações em História da Arte* (OLIVEIRA, 2013), disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/18186>>.

universalidade (traços de antiguidade)” (RIEGL, 2014, p. 45). Embora se encontrem em tal estágio evolutivo, são representativos da história do período de sua edificação e muitos deles são tombados com objetivo de preservar tais memórias. Inicialmente esse valor estava relacionado à valoração canônica clássica atribuída à arte elaborada pelas civilizações antigas, sobretudo, a partir do período Renascentista devido à crença de que havia “um ideal artístico e absoluto, que seria a aspiração de todos os artistas” (RIEGL, 2014, p. 34). Todavia, esse pensamento canônico não se perpetuou nos ideais propagados durante o século XIX, que naquela época já ecoava as distinções e as representações estilísticas, buscando retratar a importância histórico-artística de cada período.

O **valor histórico** remete aos acontecimentos passados a tal ponto de constituir “(...) um elo insubstituível, irremovível, de uma corrente evolutiva” (RIEGL, 2014, p. 25), visto que “a distinção entre monumentos ‘artísticos’ e ‘históricos’ não é apropriada, pois os primeiros estão contidos nos últimos e se confundem com eles” (RIEGL, 2014, p. 33). Seguindo esse entendimento, tal categoria valorativa coaduna-se com a concepção de valor postulada por Argan a partir do valor estético-histórico, na qual há valores indissociáveis atrelados à obra apreciada, o que conseqüentemente ativarà a percepção daqueles que contemplam um objeto artístico de valor histórico no intuito de compreender essa relação de sentidos e significados materializados no monumento.

O **valor volível de memória ou de comemoração** “transcende o valor histórico” (RIEGL, 2014, p. 25), podendo ser aquele transmitido pelo criador/autor do objeto artístico no momento de sua idealização ou, ainda, atribuído pelo espectador da obra de arte no intuito de “reconstruí-la pelo olhar ou pensamento, por meio de imagens ou da palavra” (RIEGL, 2014, p. 36), o que remete à subjetividade dessa atribuição de valor instigada pela apreciação de uma determinada obra. Nessa perspectiva, o autor ressalta que, embora o monumento histórico referencie, rememore um período ou um acontecimento específico, a atribuição de valor proveniente de determinadas escolhas é, segundo Riegl, “resultado da nossa vontade subjetiva” (2014, p. 39).

O **valor utilitário ou de uso** é “o valor que um monumento preserva mantendo-se apto para o uso” (RIEGL, 2014, p. 25). Relativo à concessão prática, considerando-se a finalidade efetivamente atual atrelada à durabilidade de tal bem. Esse valor está relacionado à manutenção/restauração a qual a obra é submetida a fim de proporcionar a continuidade de utilização do objeto artístico em uso.

O **valor de arte** corresponde à idealização de arte “vigente à época de sua composição” (RIEGL, 2014, p. 24). Riegl classifica a arte de duas formas: absoluta e relativa. A primeira busca atender ao ideal estético universal reconhecidamente canônico. A segunda refere-se às características do período da criação artística da obra. Essa categoria é subdividida pelo autor em **valor de novidade** e **valor de arte relativa**. A novidade seria “o valor de arte construído pela integralidade do seu estado original” (RIEGL, 2014, p. 81), associada à noção de forma e cor (aparência/aspectos de novo) da obra idealizada no momento da criação. A arte relativa é subjetiva e “se expressa na natureza específica da obra, em suas propriedades, tal como caracterizadas pelo querer da arte de determinada época” (RIEGL, 2014, p. 25).

Consoante às ideias propostas por Choay a respeito de atribuições valorativas dos monumentos históricos, acrescenta-se ao quadro valorativo dessa investigação a Categoria de Valor **estético e histórico**, concebida por Giulio Carlo Argan (1909-1992)¹⁰ que foi historiador da arte e investigou, sobretudo, a temática da arte relacionada às cidades, deixando um grande legado crítico para os estudiosos da temática patrimonial por meio de suas publicações sobre arte, arquitetura e urbanismo. No livro *História da arte como história da cidade* (2005), Argan inicialmente argumenta a respeito das atribuições de valor dos objetos artísticos. Ele cita que diante de uma obra de arte nossa postura pode ser associada apenas à contemplação do objeto ou a uma tentativa de compreender as reverberações de tais atribuições valorativas, pois, neste caso,

Para quem trata de coisas artísticas, estas têm um valor intrínseco, que o especialista reconhece a partir de certos sinais, como a pureza de um diamante, mas cuja essência não procura saber, nem sustenta ser impossível sabê-la. Para quem lida com o valor, a coisa é apenas a oportunidade de produzi-lo, a prova da sua existência, o meio pelo qual se comunica. (ARGAN, 2005, p. 13).

Segundo Argan, é nesta fronteira entre experiência prática e conhecimento teórico que se insere a História da Arte como “procedimento que permite enquadrar os fenômenos artísticos no contexto da civilização” (p. 14) com intuito de interpretá-los, pois, ele acrescenta que

¹⁰ Na esfera política romana foi eleito prefeito e senador. Mais informações sobre a biografia do autor podem ser conferidas na resenha *Arte como resistência* (SANTOS, 2006), disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.056/3133>>.

A consciência não receberia a obra de arte se não fosse previamente orientada, intencionada a recebê-la, e o que a intencionou só pode ter sido a experiência adquirida, histórica, da arte. No exato momento em que a recebe, a consciência prepara-se para inseri-la na história, na história especial da arte, e, portanto, na história da civilização. (ARGAN, 2005, p. 33).

Nessa perspectiva compreende-se a importância da investigação de objetos artísticos situados no campo metodológico da História da Arte, fomentando a percepção dos apreciadores de tais objetos e rompendo os possíveis equívocos de uma linguagem que nem sempre é ou está acessível a todos os sujeitos espectadores, visto que, nas palavras de Argan, “cada um entende na medida da sua experiência dos fatos artísticos ou de seus conhecimentos de história da arte” (p. 33). Assim, partindo desse campo de estudo e, ainda, considerando sua experiência empírica na gestão pública romana, Argan projeta a cidade como um espaço visual vislumbrado como uma obra de arte. No entanto, é uma arte urbana em constante construção e transformações e que, por tal motivo necessita ser preservado em detrimento de tantos outros bens culturais que por motivos diversos não resistirão à ação do tempo. A exemplo disso ele pondera a respeito da arte em Mântua (Itália) ao citar que

O que qualifica e caracteriza um contexto urbano é o *monumentum*, um edifício que é histórico porque é antigo ou destinado de um modo ou de outro a durar, que exprime valores históricos como os que são comuns a todos os membros da comunidade urbana e determinam sua coesão, que manifesta na estabilidade das suas formas a estabilidade da ordem social e das suas principais instituições. (ARGAN, 2005, p. 123).

Tal concepção pode ser aplicada a qualquer contexto sociocultural, pois as cidades também podem ser observadas como a materialização “de toda uma história que se cristaliza e manifesta” (ARGAN, 2005, p. 244) na busca de compreender as transformações e, conseqüentemente, as perpetuações arquitetônicas devido às possíveis aceitações de seus habitantes, no intuito de conservar ou inovar a estrutura urbanística ao longo do percurso histórico.

Quanto à categoria de valor, Argan afirma que o valor **estético e histórico** é concebido como uma única categoria, configurando-se um único valor, visto que a apreciação estética não pode ser dissociada de uma concepção histórica atrelada à obra de arte, pois “quando falamos de valor histórico e estético, não aludimos a dois valores distintos, mas a um só. De fato, o valor histórico de um monumento consiste no fato de que existe e se vê, ou seja, se dá como forma sujeita a avaliação estética.” (ARGAN, 2005, p.

227). Diante do exposto, no quadro a seguir é possível visualizar os conceitos gerais referentes às dez Categorias de Valor utilizadas nesta pesquisa:

Teóricos Categorias	CHOAY (1925-)	ARGAN (1909-1992)	RIEGL (1858-1905)
Valor de antiguidade			Revelador das marcas temporais na estrutura da obra, traços do que se considera inatual.
Valor nacional	Representativo testemunhal da cultura (regional/nacional).		
Valor histórico			Ressalta aspectos históricos, considerando-se a concepção artística intrínseca ao valor histórico.
Valor estético-histórico		Destaca aspectos artísticos indissociáveis do contexto histórico associado à obra.	
Valor artístico	Relativo à estética, aspectos estilísticos e/ou estruturais/formais.		
Valor de arte			Busca um ideal de arte, subdividida em valor de novidade (integralidade predominante; estilo atual renovador) e valor de arte relativa (caráter subjetivo da obra).
Valor cognitivo	Ativador da memória coletiva dos espectadores, possibilitando novos conhecimentos.		
Valor volível de memória ou de comemoração			Memória impulsionada pelo idealizador da obra rememorativa ou por seu espectador que a associa à determinada época ou acontecimento histórico.
Valor econômico	Corresponde à rentabilidade financeira da obra.		
Valor utilitário ou de uso			Refere-se à durabilidade do bem ao preservar e manter a obra apta ao uso, em contexto atual.

Quadro 4: Síntese teórico-conceitual das Categorias de Valor.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2020.

Assim, nota-se a relevância dos estudos valorativos propostos pelos teóricos Alois Riegl, Françoise Choay e Giulio Carlo Argan, no intuito de evidenciar as atribuições de valor associadas aos bens culturais que de alguma forma se perpetuaram ao longo do percurso histórico e, ainda, corroboram na compreensão das reverberações discursivas propagadas.

1.2 O discurso de valor patrimonial

Pesquisador dos processos de patrimonialização no Brasil, José Reginaldo Gonçalves¹¹ aborda em seu livro *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil* (1996) um panorama geral acerca do discurso atribuído ao patrimônio cultural brasileiro, a partir da perspectiva antropológica. Nessa obra, considerada referencial para as investigações científico-culturais sobre o patrimônio, Gonçalves expõe os discursos patrimoniais do período histórico entre as décadas de 1930 a 1980, no país, tomando como ponto de partida as narrativas oficiais que propagam a existência tanto da “memória” quanto da “identidade” nacional. Tais termos são empregados “enquanto construções discursivas” historicamente elaboradas sobre o patrimônio e, conseqüentemente, difundidas socialmente à nação por meio de práticas culturais cotidianas (GONÇALVES, 1996, p. 11-14). Nesse sentido, ele ressalta que

No contexto dos discursos sobre o patrimônio cultural, a apropriação é entendida como uma resposta necessária à fragmentação e à transitoriedade dos objetos e valores. Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio. (GONÇALVES, 1996, p. 24).

Dessa forma, ele propõe, a partir de uma perspectiva alegórica¹², a contemplação do patrimônio como um “objeto de desejo”, visto que pode representar uma ideia, princípios, ou projetar “um sentido de transitoriedade e um desejo de redenção” (1996, p. 27). Compreendido dessa maneira, os bens culturais ilustram “ideias e valores” (1996, p. 28)

¹¹ Graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Antropologia; docente na disciplina Antropologia Cultural (PPGSA/UFRJ). Mais informações sobre o autor estão disponíveis na Plataforma *Lattes* <<http://lattes.cnpq.br/8759132068825242>>.

¹² Para Gonçalves, a partir da visão proposta por estudiosos da teoria cultural, alegoria “pode ser entendida como uma estória narrada sobre uma situação histórica presente na qual existe um forte sentimento de perda, transitoriedade, ao mesmo tempo em que existe um desejo permanente e insaciável pelo resgate de um passado histórico ou mítico além de uma permanente esperança de um futuro remido” (Gonçalves, 1996, p. 27).

representativos de uma nação. Todavia, há uma constante tensão que emerge, sobretudo, devido ao caráter perecível dos patrimônios culturais, especialmente o patrimônio material, que se transformam em ruínas em curto espaço de tempo e trazem à tona a “retórica da perda”. Tal contexto discursivo é ressaltado nas palavras de Gonçalves:

As narrativas nacionais sobre patrimônio cultural estão estruturalmente articuladas por essa oposição entre transitoriedade e permanência, sendo que as práticas de resgate, restauração e preservação incidem sobre objetos que podem ser pensados como análogos a ruínas, quando não se constituem literalmente em ruínas. Como tais, esses objetos estão sempre em processo de desaparecimento, ao mesmo tempo em que provocando uma permanente reconstrução. Esse interminável jogo entre desaparecimento e reconstrução é que move as narrativas nacionais sobre patrimônio cultural em sua busca por autenticidade e redenção. (1996, p. 28).

Esse discurso da “perda” corrobora a valorização patrimonial, a partir da apropriação das ideias propagadas em narrativas nacionais, tanto em publicações oficiais quanto por meio de textos não oficiais que, segundo Gonçalves, exercem “a função de realizar uma mediação simbólica entre linguagem e experiência, entre o passado ou a identidade nacional e os indivíduos que compõem a nação” (1996, p. 29-30).

Assim, com o intuito de produzir uma imagem representativamente brasileira, buscou-se identificar “valores regionais” (p. 42) que evidenciassem essa autenticidade. Para tanto, Gonçalves elenca dois discursos que propagam ideias e valores correspondentes ao período de idealização alegórica do patrimônio cultural nacional. Durante o período que liderou o SPHAN, entre 1937 a 1969, Rodrigo Melo Franco de Andrade propagou em suas narrativas a valorização da cultura tradicional, concebida a partir de origens multiculturais “produzidas pelas contribuições das populações indígenas, africanas e européias no Brasil” (p. 44). Dessa forma, Rodrigo Andrade justificou seu posicionamento na defesa do patrimônio material como representativo da “identidade” brasileira (p. 45) que, na concepção dele, seria capaz de “civilizar” o Brasil preservando uma “tradição” (p. 53).

A partir de 1979 a direção do SPHAN esteve a cargo de Aloísio Magalhães que, diferente de Rodrigo, valorizou a diversidade cultural tanto material quanto imaterial/intangível, propagando-a como “integrada, contínua e regular” (p. 52) e, conseqüentemente, revelaria “a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja levada em conta no processo de desenvolvimento.” (p. 53). Nessa perspectiva, Aloísio amplia os pressupostos teóricos e conceituais formulados por Rodrigo ao substituir, inclusive, o termo “patrimônio histórico e artístico” por “bens culturais”, visto que tal

classificação atende às demandas desenvolvimentistas desse período, em constantes transformações, ao abranger a diversidade imaterial/intangível existente na cultura brasileira e que, até aquele momento histórico, não havia sido devidamente valorizada.

Nesse viés, Aloísio propõe “um caráter” genuinamente brasileiro e representativo da nação, considerando-se além das influências compreendidas por seu antecessor como “civilizadoras/tradicionais”, que, ao ser apropriado no presente, projeta-se para o futuro, no qual, nas narrativas dele, vislumbrava-se a valorização da heterogeneidade cultural brasileira, tendo em vista que,

As práticas de preservação histórica nas modernas sociedades nacionais estão associadas a narrativas que se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento. Os intelectuais que se dedicam a pensar esse tema assumem tal situação como um dado, e vêem a perda do chamado “patrimônio cultural” como um processo histórico objetivo, desdobrando-se no tempo e no espaço. Em suas narrativas, a perda pressupõe uma situação original ou primordial de integridade e continuidade, enquanto a história é concebida como um processo contínuo de destruição daquela situação. Sua missão é, conseqüentemente, definida como a de proteger aqueles valores ameaçados e redimi-los em uma dimensão de permanência e transcendência. (GONÇALVES, 1996, p. 89)

Diante do exposto, percebe-se que por meio da materialidade textual é possível identificar tais atribuições valorativas propagadas à sociedade e confrontá-las à materialidade estrutural dos bens culturais, visto que “são os elementos que compõem o patrimônio cultural que prometem acesso simbólico tanto a um distante e evanescente passado quanto a um desejado futuro” (GONÇALVES, 1996, p. 132).

Considerando-se os pressupostos teóricos elencados por Gonçalves sobre o patrimônio cultural material, para essa investigação, adotou-se a proposta teórico-metodológica elaborada por Quentin Skinner¹³, historiador e estudioso da Teoria das Ideias. Sua obra magna é resultado da compilação de suas investigações sobre a História das Ideias Políticas, livro intitulado *The Foundations of Modern Political Thought*¹⁴ (1978), originalmente publicado em dois volumes, nos quais aborda um estudo do pensamento político moderno e propõe uma metodologia para interpretação textual. Essa obra é fruto de suas pesquisas ao longo de doze anos de estudos e de alguns ensaios

¹³ Pesquisador integrante da Escola de Cambridge. Para mais informações sobre o autor, sugere-se a leitura da entrevista *La historia de mi historia: una entrevista con Quentin Skinner* (SKINNER, 1996, p. 45-60).

¹⁴ Neste trabalho foi consultada a versão brasileira dessa obra, traduzida por Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Moita. SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

publicados, dos quais muitos foram, a princípio, elaborados como introdução às disciplinas ministradas por ele na Universidade de Cambridge.

A metodologia interpretativa proposta por Skinner, exposta com mais detalhes no ensaio *Meaning and understanding in the history of ideas* (SKINNER, 1969)¹⁵, tem por objetivo identificar os *motivos* e as *intenções* dos escritores para compreender os textos, fundamentado na abordagem da *História das Ideias*. Tal método foi questionado por alguns estudiosos da linguagem, os quais divergem dos termos empregados por Skinner, alegando que

No es difícil en retrospectiva elegir un número de escuelas diferentes de pensamiento que convergen en la conclusión de que las cuestiones sobre los autores, intenciones y significado de los textos no debería ya plantearse. Los exponentes de la Nueva Crítica lanzaron un influyente ataque contra la idea de recobrar la intencionalidad de la autoría cuando declararon que tal proyecto nos implicará ineludiblemente en una forma falaz de razonamiento. (SKINNER, 2007, p. 109).¹⁶

Esses estudiosos ponderam suas críticas considerando a ideia da impossibilidade de identificar tanto os motivos quanto as intenções de um autor tomando por base seus escritos/obras. Eles alegam existência de ambiguidades de interpretações que determinadas obras podem suscitar por serem polissêmicas ou metafóricas. Outra justificativa se respalda na atribuição de possíveis interpretações do que o autor pensou ou quis dizer, das quais eles jamais imaginaram durante o período de produção de seus postulados, considerando-se o contexto histórico de sua época. Ademais, questionam a contribuição de determinado postulado teórico do qual o autor não teria idealizado ou argumentado determinada terminologia interpretada, entre outras pontos evidenciados (SKINNER, 2007).

Logo, para defender sua tese, Skinner publicou outros ensaios dos quais o artigo *Motivos, intenciones e interpretación* (2007) tem o intuito de explicitar suas ideias teórico-metodológicas. Nesse texto o autor evidencia “los motivos y las intenciones de los autores, de adscribir significados particulares a sus emisiones, y de distinguir entre las lecturas

¹⁵ O ensaio citado foi consultado na versão em espanhol *Significado y comprensión en la Historia de las ideas* (2007) organizado por Enrique Bocardo Crespo.

¹⁶ “Não é difícil, em retrospecto, escolher várias escolas de pensamento diferentes que convergem na conclusão de que as questões sobre a autoria, as intenções e o significado dos textos não devem mais ser colocadas. Os expoentes da Nueva Crítica lançaram um ataque influente contra a ideia de recuperar a intencionalidade da autoria quando declararam que tal projeto envolverá inevitavelmente uma forma falaciosa de raciocínio.” (SKINNER, 2007, p. 109, tradução nossa).

aceptables y las que no lo son de los textos literarios o filosóficos”¹⁷ (SKINNER, 2007, p. 109). Ele enfatiza que essa intencionalidade autoral pode ser identificada a partir da intertextualidade expressa na escrita singular de um escritor (vocabulário normativo) associada ao contexto sócio-histórico de produção de sua obra (texto e contexto) para identificar os motivos e intenções do autor com intuito de atribuir sentido ao interpretar a totalidade de seus escritos; tendo em vista que as palavras podem ser compreendidas de diferentes formas a partir de determinados contextos de aplicações/interações para além de seu significado original/primitivo quando caracterizadas isoladamente.

Nesse viés, evitando equívocos para possíveis ambiguidades interpretativas de sua metodologia, Skinner buscou apoio na Filosofia da Linguagem, sobretudo nas ideias propagadas por J. L. Austin a respeito da produção de enunciado ao inferir uma “*fuerza ilocucionaria*”, que seria uma espécie de força enunciativa do ato de comunicação que, segundo Skinner, é capaz de revelar “las intenciones primarias que tuvo al pronunciar la emisión”¹⁸ (SKINNER, 2007, p. 120), estas podem evidenciar uma informação, conselho, promessa ou qualquer outra intenção expressa textualmente pelo autor. Nessa perspectiva, nas palavras de Skinner:

Llegar a “comprender” esas intenciones es equivalente a entender la naturaleza y el alcance de los actos ilocucionarios que el escritor podría haber estado realizando al escribir de una manera determinada. Como he sugerido, recuperar tales intenciones significa estar en disposición de caracterizar lo que el escritor estaba haciendo – es ser capaz de decir que lo que debió de haber tenido la intención de decir, por ejemplo, la de atacar o defender una particular línea de argumento, criticar o contribuir a tradición particular de discurso, u otras cosas parecidas –. Ser capaz, sin embargo, de caracterizar una obra de esta manera, en términos de la intención de su fuerza ilocucionaria, es equivalente a entender lo que el escritor pudo haber *querido decir al* escribir de esa manera particular. Lo que es equivalente a ser capaz de decir que el autor tuvo la intención de que su obra fuera entendida por ejemplo como um ataque, o una defensa, o como una contribución a alguna actitud particular o línea de argumento. De esta manera la equivalência entre las intenciones que se tienen al escribir y el significado de lo que se escribe queda establecida. Porque como ya he indicado, saber lo que un escritor quiso decir al escribir una obra es conocer las intenciones primarias que tuvo al escribirla. (SKINNER, 2007, p. 122).¹⁹

¹⁷ “os motivos e intenções dos autores, para atribuir significados particulares às suas emissões, e distinguir entre leituras aceitáveis e inaceitáveis de textos literários ou filosófico” (SKINNER, 2007, p. 109, tradução nossa).

¹⁸ “(...) as intenções primárias que ele teve ao proferir o enunciado” (SKINNER, 2007, p. 120, tradução nossa).

¹⁹ “Chegar a “entender” essas intenções é equivalente a entender a natureza e o escopo dos atos ilocucionários que o escritor pode ter realizado ao escrever de uma maneira particular. Como sugeri, recuperar tais intenções significa estar em posição de caracterizar o que o escritor estava fazendo - é ser capaz de dizer o que ele deve ter pretendido dizer, por exemplo, atacar ou defender uma linha particular de argumento, criticar ou contribuir para uma tradição de discurso particular, ou outras coisas semelhantes. Poder, no

A partir desse pensamento, Skinner ressalta a importância da identificação de um vocabulário usual normatizado, oriundo do período sócio-histórico de produção e circulação do texto produzido, pois “é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas.” (SKINNER, 1996, p. 11).

Além disso, ele ressalta que para compreendermos tal vocabulário é necessário “saber algo da sociedade na qual foram escritos” (SKINNER, 1996, p. 13) e, a partir disso, torna-se possível interpretar um texto atrelado ao contexto social do período investigado para, então, compreender o significado discursivo destes termos, palavras-chave e expressões. Nascimento sintetiza o pensamento teórico de Skinner, evidenciado por meio de: “a) **contexto**, onde se desenvolve a ação; b) **texto**, que apresentam a ação; c) **motivos e intenções**, os sentidos do discurso” (2014, p. 28, grifo nosso). Nessa perspectiva, utilizou-se a proposta do vocabulário normativo para destacar termos e expressões que poderiam evidenciar percepções valorativas atribuídas ao patrimônio material investigado.

Logo, uma importante contribuição para os estudos culturais, a partir da aplicação da Teoria Intertextual de Skinner, é a tese da pesquisadora Evany Nascimento, intitulada *Do discurso à cidade: políticas de patrimônio e a construção do espaço no Centro Histórico de Manaus* (2014). Maria Evany do Nascimento²⁰ é estudiosa da cultura visual, especialmente associada à arte dos espaços públicos de Manaus. Sua tese contribuiu significativamente para a valorização do Centro Histórico a partir da divulgação de sua pesquisa acerca da legislação local sobre a patrimonialização de bens culturais em uma análise comparativa entre os discursos oficiais e a materialização visual do Centro Histórico (Manaus/AM).

entanto, caracterizar uma obra dessa maneira, em termos da intenção de sua força ilocucionária, equivale a compreender o que o escritor pode ter querido dizer ao escrever daquela maneira particular. O que equivale a poder dizer que o autor teve a intenção de que seu trabalho seja entendido, por exemplo, como um ataque, ou uma defesa, ou como uma contribuição para alguma atitude particular ou linha de argumento. Desta forma, a equivalência entre as intenções de escrever e o significado do que o que está escrito permanece estabelecido. Porque, como já indiquei, saber o que um escritor quis dizer ao escrever uma obra é conhecer as intenções primárias que ele tinha ao escrevê-la.” (SKINNER, 2007, p. 122, tradução nossa).

²⁰ Doutora em Design (PUC-Rio), mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia, especialista em História e Crítica da Arte, graduada em Educação Artística, professora na UEA (ENS/PPGLA). Para mais informações sobre a autora, sugere-se a consulta ao link: <<http://lattes.cnpq.br/1578488589056350>>.

Um trabalho que corroborou na valorização do espaço público por meio de revitalizações de praças/parques, prédios públicos e objetos artísticos oriundos de épocas passadas e que se perpetuaram na sociedade manauara. Considerando-se o período de recorte da pesquisa realizada pela autora, percebe-se que este processo de revitalização dos espaços públicos foi favorecido, especialmente, em virtude de gestões culturais vigentes, visto que Nascimento aborda o discurso patrimonial das políticas públicas culturais propagadas na cidade de Manaus/AM comparando-o à efetiva configuração visual desses bens materiais.

Ao analisar fontes primárias e secundárias, Nascimento objetivou responder em sua tese à seguinte questão: “como e até que ponto os discursos do patrimônio interferem na construção do espaço público do Centro Histórico de Manaus?” (NASCIMENTO, 2014, p. 16). Para tanto, ela organizou sua pesquisa em quatro pontos primordiais, com o propósito de evidenciar palavras e expressões associadas à cidade de Manaus, destacadas dos textos analisados com base em marcos temporais, apresentados pela autora em uma perspectiva retroativa, a saber: *Revitalização* (2012-1997); *Proteção* (1989-1967); *Crise* (1967-1920) e *Refundação* (1900-1890).

A seleção das palavras-chave fundamenta-se na metodologia vocabular proposta por Skinner para a análise discursiva. Nesse sentido, o vocabulário elencado por ela permitiu compreender a configuração da cidade de Manaus, considerando-se as “disputas” e “conflitos” que permearam a construção e perpetuação do Centro Histórico de Manaus, tendo em vista as políticas públicas que propagaram “o espaço público como discurso” (NASCIMENTO, 2014, p. 17). Todavia, o recorte temporal entre os anos de 1997 a 2012 revestiu-se de maior relevância para a análise sobre as políticas patrimoniais atreladas ao Centro Histórico de Manaus, visto que a autora revela essa estrutura espacial subdividida em espaços “revitalizados” e outros em “não revitalizados”, conforme classificado por ela ao longo de sua tese.

A partir de alguns questionamentos a respeito das configurações estruturais e simbólicas de Manaus, Nascimento tece sua teia de argumentos para revelar a cidade como uma “cidade plural” (p. 32), composta por uma “cidade imaginária” e uma “cidade real”. Nessa multiculturalidade há, segundo ela, duas espacialidades, talvez desconhecida por muitos de seus habitantes, “De um lado, o rio, a floresta e a vida cabocla; do outro, a cidade com suas construções ecléticas” (p. 33).

No entanto, a autora enfatizou os estudos discursivos atrelados à “*Revitalização*”²¹ dos espaços públicos de Manaus no período entre os anos de 1997 a 2012, visto que “os discursos do patrimônio que constroem em Manaus muitas cidades e que construíram o Largo de São Sebastião como um modelo ou núcleo cultural” (p. 37) propaga uma cidade ideal em conformidade com políticas públicas de revitalização do espaço urbano. Para tanto, a ênfase de grande parte da investigação da autora é direcionada a configuração estrutural das praças públicas de Manaus, no intuito de compreender tais transformações paisagísticas das quais são evidenciados: Praça do Congresso (Antônio Bittencourt), Praça da Saudade (5 de Setembro), Parque Jefferson Pares, Praça da Polícia (Heliodoro Balbi); Largo de São Sebastião; entre outros espaços e prédios públicos citados.

Ao longo dos capítulos são elencados vocabulários específicos relacionados à visualidade espacial, imagética e/ou simbólica acerca da configuração urbana de Manaus. Tais termos foram selecionados de obras literárias, textos jornalísticos, leis, decretos, pronunciamentos de gestores culturais, dentre outros documentos analisados por Nascimento, entre os quais: “desvalorização”/“valorização” (p. 40); “cidade do mormaço” (p. 43), “metrópole da Amazônia” (p. 60), “preservação” (p. 65), “manutenção” (p. 65), entre tantas outras palavras-chave mencionadas ao longo da tese.

Quanto ao período compreendido como “*Proteção*”, oriundo da aplicação efetiva de leis, a pesquisadora aborda as transformações urbanas realizadas no Centro Histórico, a contar da implantação e expansão da Zona Franca de Manaus, pois

Com a Zona Franca ocorreu a substituição dos palacetes por prédios “mais modernos”, num movimento que alterou a paisagem (imagem) deste espaço da cidade. O Teatro Amazonas, que até então era o marco visual mais importante do Centro da cidade, foi ofuscado visualmente por outras construções com tendência à verticalização. O espaço público sofreu forte alteração cedendo o espaço de praças para estacionamentos, enquanto casarões foram demolidos para a construção de edifícios, num dinamismo característico das grandes cidades. Em resposta a esse processo de mudanças, o Estado passou a eleger seu patrimônio oficial. (NASCIMENTO, 2014, p. 45).

Esse cenário de especulação imobiliária também foi marcado pelo crescente tombamento de bens culturais manauara, sobretudo aqueles erigidos durante o ciclo da borracha, localizados no Centro Histórico, tais como o Teatro Amazonas, tombado em

²¹ Nascimento considera o processo de *revitalização* como “a retomada do período áureo da borracha em seus aspectos materiais e o seu significado simbólico, num momento em que a cidade vivia a degradação com o centro de compras e uma crise no modelo econômico pautado na indústria e no comércio. Também se estava diante de uma nova política nacional e internacional de valorização de centros históricos como diferencial das cidades para atrair o turismo.” (2014, p. 210).

1966 pelo IPHAN, o Mercado Público e o Porto de Manaus, em 1987, instaurando-se um novo discurso, denominado de “discurso da *preservação*”, feito “através das políticas públicas que determinaram o que é patrimônio, elegendo a arquitetura da época da borracha como bens a serem preservados da destruição ocasionada pelas necessidades do novo momento econômico, a Zona Franca” (NASCIMENTO, 2014, p. 49).

Outro período destacado por Nascimento é o que ela classifica como “*Crise*”, uma fase compreendida entre os anos de 1967 a 1920, ocasionada pela ausência dos recursos oriundos do ciclo econômico da borracha, especialmente em Manaus, onde eram centralizados os principais investimentos públicos e privados do Amazonas. Nessa época houve um crescimento desordenado da cidade devido ao grande fluxo de pessoas interessadas nessa nova forma de trabalho na região, favorecendo a expansão para o entorno do Centro Histórico. A exemplo disso a autora cita o surgimento da “cidade flutuante” e, ainda, outros bairros adjacentes. Essa fase, na visão dos autores citados por Nascimento, também foi classificada em um período de exclusão social, na narrativa de Milton Hatoum, no qual uma parcela da população foi marginalizada e não teve acesso aos recursos gerados pela Zona Franca. Porém, nas obras de Márcio Souza, citadas pela autora, é possível perceber que essa época também foi um retorno às origens regionais.

“*Refundação*”, último período classificado por Nascimento, compreende o recorte temporal entre os anos de 1900 a 1890, mais conhecido como *Belle Époque*, foi uma fase de efervescentes transformações urbanísticas e arquitetônicas da cidade de Manaus, pois

A cidade, em termos urbanos, teve seu apogeu no período de 1890 a 1910, com a riqueza da borracha e os projetos de alguns políticos, como Eduardo Ribeiro, o principal responsável pela remodelação da cidade no período da borracha. Manaus (ou o que hoje compreende o Centro Histórico, basicamente) foi dotado de arquitetura eclética, prédios grandiosos (para os padrões das construções existentes na época, em madeira e palha), jardins públicos e monumentos (NASCIMENTO, 2014, p. 56).

Esse ponto de vista exposto por Nascimento é respaldado em obras de autoria de Otoni Mesquita, as quais são citadas pela autora no intuito de justificar o que foi compreendido nesse período como o “discurso de progresso”, devido à grande quantidade de materiais importados de países europeus, os quais tinham vínculo comercial com Manaus em virtude do comércio da goma elástica proveniente do látex amazônico.

Diante desse panorama contextual, a autora propõe a análise discursiva, considerando-se o campo das ideias propagadas a ponto de fomentar uma mentalidade

própria do período, no intuito de compreender a materialidade patrimonial efetivamente construída naquela época, porque, nas palavras da autora “Pensar o patrimônio como discurso é pensar que não existe uma universalidade de sentidos, e pensar que há diversidade de contextos que interferem na forma como o discurso é construído e entendido nas diferentes cidades.” (NASCIMENTO, 2014, p. 126).

Nesse sentido, ela finaliza essa percepção patrimonial com a análise comparativa entre discurso político situado no campo das ideias e o que de fato se estruturou na configuração espacial do Centro Cultural Largo de São Sebastião, idealizado como referencial para as transformações das demais praças e parques da cidade, inaugurado em 15/05/2004.

Tal pensamento remete ao patrimônio enquanto um discurso construído e propagado na esfera pública, pautado a partir de diretrizes institucionalizadas politicamente, mas que possibilitam uma efetiva participação social a ponto de perpetuar, ou não, determinados bens culturais, porque

Muitas das obras arquitetônicas e monumentais que recebem a distinção de patrimônio são obras que nos ligam ao passado. Sua existência é o resultado de outra época e sua materialidade no espaço urbano faz essa ligação entre o passado e o presente, proporcionando uma relação de continuidade. Estrategicamente, quem determina o que é e o que não é patrimônio vai construindo essas ligações, apagando ou trazendo à tona aquilo que, por algum motivo, será construído como memória coletiva. (NASCIMENTO, 2014, p. 127).

Diante do exposto, essa investigação busca compreender tais atribuições valorativas no intuito de identificar as principais Categorias de Valor associadas à Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, considerando-se um vasto repertório vocabular para evidenciar o significado idealizado inicialmente para esse patrimônio arquitetônico e qual significado é perpetuado no contexto atual, visto que, de acordo com Bakhtin a “utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana” (p. 2003, p. 279).

1.3 O patrimônio cultural na perspectiva arquitetônica

A palavra patrimônio, segundo Gonçalves, “(...) vem do latim *patrimonium* e está associada à ideia de uma propriedade herdada do pai ou de outro ancestral” (1996, p. 81). Esse conceito foi historicamente ressignificado e assumiu o sentido de “bem destinado ao

usufruto de uma comunidade” (CHOAY, 2001, p. 11). Todavia, o sentido atual compreende o patrimônio como um bem cultural, passando a significar um “conjunto de objetos e de atividades sociais e culturais (...) vistos como os meios através dos quais diferentes segmentos que compõem a nação expressam-se a si mesmos no fluxo do processo histórico” (GONÇALVES, 1996, p. 55).

Quanto ao conceito de monumento, para Riegl,

[...] no sentido mais antigo e original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos) (2014, p. 31).

Esses entendimentos coadunam-se com a ideia de monumento delineada nas palavras de Choay, a partir do percurso conceitual trilhado pelo patrimônio, pois

O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. (...) Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (2001, p. 17-18).

Nesse viés, a partir desse conceito de patrimônio utilizado pela autora, adotou-se nessa pesquisa a ideia de patrimônio enquanto um monumento artístico contemplativo na visualidade do espaço público, coadunando-se com as ideias propostas por Halbwachs (2006, p. 133) sobre memória coletiva, na qual o homem buscou materializar e perpetuar um espírito inovador de uma geração, que o representasse à altura dos ideais sociais em determinadas épocas.

Logo, a arte de edificar encontrou um amplo campo nas visualidades das cidades por meio das fundações e/ou transformações urbanísticas que possibilitaram a criação de edificações capazes de suscitar contemplações de todos aqueles que, de alguma forma, os observam. Essa forma de eternizar tanto o ser quanto o tempo por meio dos monumentos arquitetônicos possibilitou a materialização de feitos humanos em um contexto histórico e social de um período temporal específico. Desse ponto de vista, o anseio por conservá-los

tornou-se comum àqueles que partilharam o desejo de perpetuar uma memória identitária por meio de uma representação coletiva edificada no espaço público da cidade.

As primeiras discussões e iniciativas de resguardar os monumentos históricos ocorreram nos países europeus, tendo em vista que em 1837, na França, foi criada a primeira Comissão dos Monumentos Históricos. Na obra *A Alegoria do Patrimônio* (2001, p. 12, 13), Choay cita alguns monumentos históricos demolidos/destruídos: *Maison du Peuple* (1968), *Les Halles* (1970), entre outras edificações. Embora houvesse protestos contra tais atos, muitos ainda desconheciam sua relevância histórica e memorial dessas edificações. Assim, de acordo com essa autora, em 1931 ocorreu em Atenas a “primeira Conferência Internacional para Conservação dos Monumentos Históricos” (CHOAY, 2001, p. 14).

Essas inquietações e questionamentos proporcionaram a inserção de outros países nesse debate a partir da segunda edição dessa conferência, que em 1964 foi sediada em Veneza e “(...) contou com a participação de três países não europeus: a Tunísia, o México e o Peru.” (CHOAY, 2001, p. 14), fomentando a existência de uma convenção direcionada às questões patrimoniais com ampla aceitação internacional, visto que, por volta de 1979, segundo Choay, “oitenta países dos cinco continentes haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial” (2001, p. 14). Nessa perspectiva, ao longo da História, percebemos que as relações de poder trazem à tona memórias em disputa: o que perpetuar? O que apagar? Segundo Argan,

[...] o que se aceita ou se recusa é, na realidade, a coexistência com a obra, a qual está fisicamente presente e, apesar de pertencer ao passado, ocupa uma porção do nosso espaço e do nosso tempo reais. Não temos alternativa: é um dado da nossa existência. Se lhe reconhecemos um valor, devemos inseri-lo e justificá-lo em nosso sistema de valores; caso contrário, devemos nos livrar dele fingindo que não o vemos, removê-lo ou, mesmo (como muitas vezes aconteceu e acontece) destruí-lo. [*sic*] (2005, p. 25).

A partir dessa premissa, Argan apresenta a cidade como uma verdadeira obra de arte (2005, p.73), suscitando reflexões a respeito das seleções e escolhas sobre o que seria ou foi evidenciado no espaço público, tornando-os patrimônios memoráveis de uma época. Para além disso, ele também traz à tona nosso papel social no intuito de ressignificar esses mesmos espaços visuais da cidade, tendo em vista que se perpetuam a partir de nossas escolhas: percebo, julgo, vivo, contemplo? (ou não?). Assim, a preferência por um ou outro bem cultural contribuirá para a sua permanência, propagando os ideais expostos na época

de sua construção, porém agregando-se novos conceitos valorativos ao longo dessa permanência histórica.

Esse pensamento coaduna-se com as ideias apresentadas por Gonçalves, porque quando não há a preservação de valores culturais, instaura-se um “processo de perda da memória e, conseqüentemente, da identidade” (1996, p. 90), tendo em vista que, nas palavras de Argan,

[...] Devemos, portanto, levar em conta não o valor em si, mas a atribuição de valor, não importa quem a faça e a que título seja feita. (...) É preciso prescindir, portanto, do que parece óbvio e ver como ocorre, em todos os níveis culturais, a atribuição de valor aos dados visuais da cidade. (2005, p. 228).

Nessa perspectiva, Argan corrobora a importância da investigação dos discursos que atribuem valor à arte situada no espaço público, sobretudo pelo fato dessas escolhas, quer sejam do poder público ou da sociedade civil, influenciarem diretamente a permanência ou não desses bens culturais. Percebe-se que é por meio da arte exposta no contexto público que são evidenciados os ideais que se deseja projetar para a nação. Nesse sentido, a memória nacional pode ser visibilizada a partir de tais elementos artísticos, fomentando uma identificação ou recusa dos ideais propostos outrora, visto que são bens culturais que se fazem presentes em uma realidade distante daquela na qual foram concebidos.

Os reflexos dessas inquietações proporcionaram a criação de diretrizes legais para resguardarem e atribuírem valor ao patrimônio cultural material. No contexto brasileiro, essas discussões se intensificaram a partir de 1936, com os discursos de valorização da cultura nacional, principalmente apoiada nos ideais propostos por Mário de Andrade em seu anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), objetivando compreender como patrimônio artístico “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais, a particulares nacionais e a particulares estrangeiros, residentes no Brasil” (ANDRADE *apud* CORÁ, 2014, p. 1096).

Em conformidade com esses ideais modernistas da época e vislumbrando “criar um novo Brasil, um novo homem brasileiro, concebido em termos de uma ideologia nacionalista” (GONÇALVES, 1996, p. 40), criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por meio da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, agregado ao Ministério da Educação e Saúde Pública. O SPHAN, atual Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, assumiu a responsabilidade de “(...) promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, Art. 46). Culminou, ainda, na elaboração do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro, ratificando essa preservação ao instituir que:

As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (BRASIL, 1937, Art. 17).

Desta forma, constituindo-se uma concepção de patrimônio voltada para a valorização do patrimônio histórico, legitimados a partir de políticas patrimoniais institucionalizadas por meio de leis e decretos, no intuito de resguardar a cultura brasileira. Nesta perspectiva, os estados passaram a preocupar-se com os bens culturais de representação dos traços culturais regionais. No Amazonas, esse discurso se intensificou a partir da criação do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, por meio da Lei n. 1.528 de 26 de maio de 1982, que assumiu as responsabilidades descritas no Artigo 5º, das quais, sobretudo, destacam-se:

- I – propor às autoridades competentes o tombamento de bens, assim como solicitar sua desapropriação, quando tal medida se fizer necessária; [...]
- VII – formular diretrizes a serem obedecidas na política de preservação e valorização dos bens culturais; [...]
- X – promover a fiscalização dos bens tombados (AMAZONAS, 1982, p.4).

Essa política de tombamento patrimonial justifica-se por resguardar os bens culturais em sua integralidade, minimizando o desgaste natural por meio de ações de manutenções, restauro ou reforma, evitando, na medida do possível, o desaparecimento de tais patrimônios tombados. No Artigo n.º 11, dessa mesma Lei, compreende-se o conceito de tombamento e sua importância para perpetuação do patrimônio material.

Tombamento é o processo pelo qual o Poder Estadual, por seus agentes, coloca o bem revestido de valor histórico, artístico ou paisagístico, etnográfico, arqueológico ou bibliográfico, sob a proteção do Estado, declarando-o como parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas.

§ 1.º – O tombamento de que trata este artigo poderá ser total ou parcial, e far-se-á mediante Decreto, fundamentado em indicações e parecer conclusivo do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 1982, p.5).

Essa definição estadual se coaduna com os conceitos aplicáveis tanto na esfera municipal quanto federal, acerca do tombo de um bem cultural. No Brasil o marco legal foi estabelecido por meio da Constituição Federal (1988), especialmente as diretrizes descritas nos artigos 215 e 216 que norteiam a preservação cultural e artística nacional. Notório no texto abaixo:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. [...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, **edificações** e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988, s/p, grifo nosso).

Porém, observou-se que muitos bens estavam sendo negligenciados no país, principalmente os bens arquitetônicos emblemáticos, representativos da história e da memória nacional. Muitas dessas edificações estavam abandonadas às intempéries das ações naturais, sem a devida manutenção; outras foram demolidas e “apagadas” de nossa História. Nesse viés, percebeu-se a necessidade da propagação da importância dos patrimônios culturais representativos da nação e da cultura brasileira, sendo um dos ideais propostos pelo SPHAN/IPHAN, pois vislumbrava “criar um novo Brasil, um novo homem brasileiro, concebido em termos de uma ideologia nacionalista” (GONÇALVES, 1996, p. 40).

Gonçalves contrapõe dois discursos precursores das políticas públicas em prol da preservação e manutenção do patrimônio cultural no país, Rodrigo Melo Franco – “tradicional e conservador” – e Aloísio Magalhães – “desenvolvimentista e moderno”. Nesse sentido, o autor defende que a concepção de patrimônio é culturalmente construída por meio de discursos legitimados, tendo em vista que muitos patrimônios são reconhecidos apenas a partir de sua perda. No contexto contemporâneo, um exemplo desse

processo discursivo pode ser observado no episódio do incêndio do Museu Nacional²², em 02/09/2018.

Diante do exposto, ressalta-se a importância da Constituição Federal Brasileira, e das ações afirmativas direcionadas à preservação dos bens culturais, tendo em vista que permitiram à sociedade contemporânea conhecer muitos patrimônios de outras épocas ou ainda compreender suas histórias, bem como os feitos de tantas outras civilizações, quer seja por meios de seus patrimônios em uso ou por meio do que restaram de suas ruínas.

De acordo com os teóricos supracitados, tais bens culturais carregam uma carga de sentido histórico e memorial. Assim, das categorias dos bens culturais destacados na Constituição Brasileira de 1988 e na Lei Estadual n.º 1528, selecionou-se para essa pesquisa o edifício sede da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, contemplada na visualidade poligonal do Centro Histórico da cidade de Manaus. Todavia, antes de conhecermos sua história, faz-se necessário compreendermos a temática patrimonial associada à arquitetura das bibliotecas.

²² A esse respeito, ver matérias de Betim (2018) *Incêndio acirra debate sobre verba para Museu Nacional na busca por culpados* e Idoeta (2018) *Independência, abdicação e 'primeiro toma-lá-dá-cá': a história do Brasil testemunhada pelo palácio incendiado no Rio*. Publicações respectivamente disponíveis nos sítios eletrônicos: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/04/politica/1536097870_413822.html>; <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45377088>>. Acessos em: 12/07/2020.

CAPÍTULO II – Entre o discurso e a imagem: o patrimônio material monumental

[...]

Eis que os prédios mais bonitos,
Que ficaram desse tempo,
Contam hoje parte da história
E são chamados monumentos.
(NASCIMENTO, 2019, p. 24)

Neste capítulo busca-se compreender a arquitetura das primeiras bibliotecas edificadas. Em seguida, a partir da delimitação temática, expõe-se a revisão da literatura acerca do estado da arte da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. Por fim, há uma apreciação estética desse edifício monumental com o intuito de compreendê-lo como um *objeto artístico* contemplativo e sujeito às atribuições de valores discursivamente propagadas.

2.1 Da idealização à materialidade das bibliotecas

A concepção de bibliotecas surgiu inicialmente a partir da configuração de salas. As primeiras funcionavam apenas como salas de arquivos de registros, tal como eram utilizados na Mesopotâmia Antiga por volta de 3.000 a.C., por exemplo, para guardar tábuas de argila que continham as descrições dos pagamentos realizados aos súditos, nas quais eram informados “quem pagou o quê, para quem e quando.” (CAMPBELL, 2016, p. 37). Estas tábuas também foram utilizadas para registrar textos diversificados e, posteriormente, expostas aos leitores em amplas salas particulares destinadas à leitura.

De acordo com Campbell, na Grécia Antiga, o uso de rolos de papiro²³ permitiu o surgimento de livros manuscritos. Assim, a partir de 400 a.C., coleções gregas foram gradativamente ampliadas e armazenadas em bibliotecas particulares (salas específicas).

²³ “Os talos da planta do papiro se separam de forma relativamente fácil em tiras lisas. Essas tiras eram postas na água, soltando, assim, uma cola natural. As tiras eram, então, empilhadas em uma superfície plana e marteladas juntas em duas camadas, com a camada inferior posicionada a 90 graus da superior. Em seguida, aplicava-se pressão e colocavam-se as folhas para secar. O resultado era uma superfície lisa e uniforme na qual se podia escrever facilmente com pena e tinta. O tamanho das folhas de papiro determinava o tamanho dos rolos. Em geral tinham 20-25 cm de largura e 19-33 cm de altura, e eram vendidas, comumente, em rolos de 20 folhas” (CAMPBELL, 2016, p. 41).

Além dessas, o autor também cita a existência de bibliotecas em ginásios gregos. Quanto às bibliotecas reais, são mencionadas a Biblioteca de Pérgamo (Bergamo/Turquia– c. 197-60 a.C.) e de Alexandria (Alexandria/Egito– c. 323 ou 246 a.C.).

A respeito das bibliotecas públicas, em Roma, eram projetadas em salas duplas e paralelas, uma para as obras em grego e a outra para os volumes em latim, conforme ressaltado sobre os vestígios de ruínas da Biblioteca Palatina (Itália – c. 28 a.C.):

A identificação foi feita com base na sobrevivência de um conjunto de nichos que combinam com uma imagem preservada em um fragmento do *Forma Urbis Romae*, um antigo mapa de Roma. Esse fragmento mostra duas câmaras lado a lado, provavelmente uma para os livros gregos e outra para os latinos. A parede da frente de cada uma está aberta, e as paredes laterais são lisas, enquanto a parte de trás é curvada em um arco com um grande nicho para uma estátua ao centro. Em volta das paredes há mais nichos, de 3,8 m de altura, 1,8 m de largura e 60 cm de profundidade. À frente deles há uma plataforma elevada alguns centímetros do piso do andar principal (CAMPBELL, 2016, p.55).

No período medieval, por volta do século IX, é evidenciada a “sala de livros monástica”, na qual os monges/frades/dominicanos consultavam o acervo, que podia ser lido em outros espaços internos do monastério. A esse respeito é citada a Catedral de Gloucester (Reino Unido – c. 1400) na qual “os claustros medievais costumavam ser utilizados como bibliotecas. Na maioria dos casos, bancos e mesas eram simplesmente colocados nos espaços já existentes” (CAMPBELL, 2016, p. 82), tendo em vista que era exigido deles conhecimentos adequados à realização das cerimônias religiosas. Neste mesmo capítulo também é citado que muitos monastérios funcionavam como escolas e tinham estreita relação com as universidades.

É perceptível que o anseio pelo conhecimento instigou um espírito inovador a tal ponto de inspirar a idealização de construções imponentes e suntuosas, exemplares representativos da cultura das sociedades que as edificaram, até então materializada apenas por meio dos livros (CAMPBELL, 2016, p. 37-59).

Contudo, conservá-los por longas datas, tanto as edificações quanto os livros, exigiu da engenharia muita técnica e habilidade. Nesse sentido, tornou-se necessário considerar, na formulação dos projetos, não apenas soluções à ação da umidade, à degradação ocasionada por mofos, fungos, insetos, entre outros. Esses fatores influenciaram tanto na seleção de materiais mais resistentes às ações naturais quanto nas disposições estruturais de aberturas para iluminação e ventilação dos ambientes (CAMPBELL, 2016, p. 19-35).

Campbell ressalta que as primeiras bibliotecas não eram como as conhecemos na atualidade, porque a maioria delas possuía poucos livros devido ao elevado custo de produção, visto que alguns manuscritos eram copiados em pergaminhos²⁴, que exigia um longo tempo para a preparação das folhas, somados às horas de dedicação à escrita para compilação de uma obra, antes de disponibilizá-las aos leitores. Diante disso, não havia nenhum estranhamento no processo de acorrentamento dos livros para que estes permanecessem no acervo das bibliotecas expostos em armários ou em atris – mobília em formato de mesa inclinada utilizada para consultar os livros. Todavia, essa prática de acorrentar os livros danificava-os, tanto pela aplicação das correntes quanto pelo manuseio inadequado das obras, além de despender muitos recursos financeiros (2016, p. 91-118).

O advento das tipografias e da imprensa tornou os livros cada vez mais acessíveis e, conseqüentemente, essa prática de acorrentamento desnecessária. Diante desse cenário, a partir de 1580 as bibliotecas do Reino Unido foram adaptadas ao formato de baias, e as bibliotecas posteriormente seguiram essa projeção, conforme nos relata Campbell:

[...] ao final do século XVII a maioria das bibliotecas era construída sem espaços para correntes. Tendo provavelmente se originado em Oxford na década de 1580, a biblioteca de baia espalhou-se pelas universidades, primeiro em St. John's, All Souls e Queens', assim como na Duke Humfrey, na década de 1590, e depois New College (1602-3), Corpus Christi (1604), Magdalen (1610-11) e Christ Church (1611). As universidades de Cambridge seguiram Trinity (1618-40), St. Jhon's (1624), Peterhouse (1628) e Queens' (2016, p. 117).

No entanto, em outros países europeus adotava-se o “sistema de paredes”. Este consistia em expor os livros em estantes fixadas nas paredes da edificação. Assim, o acervo passou a compor a estética do prédio ressaltando a inovação arquitetônica projetada exclusivamente para bibliotecas. Nessa configuração, um notório exemplo é a Biblioteca do Escorial (San Lorenzo de El Escorial/Espanha – 1585),

[...] Arquitetonicamente, o Escorial é, sem dúvida, um dos edifícios mais influentes e importantes da história da arquitetura europeia, e, em termos de projeto de biblioteca, tem importância fundamental.

A história desse palácio é longa e complicada. A biblioteca, parte de uma das fases finais de construção, foi projetada e construída por Juan de Herrera (1530-97) entre 1575 e 1583. O teto tem afrescos de Pellegrino Tibaldi e foi finalizado, provavelmente, por volta de 1585. Consiste em espaço único com abóbada de berço, com 68 m de comprimento e janelas da altura das paredes intercaladas de

²⁴ “Pergaminho é pele de animal; para ser preciso, é pele de cabras ou ovelhas, (...) era mais adequado para a produção de códices, e essa é uma das razões para ter substituído o papiro como material de escrita preferido na Europa do começo da Idade Média.” (CAMPBELL, 2016, p. 79).

ambos os lados. Trechos compridos de parede entre as janelas dão espaços para grandes estantes bem encaixadas. Embora enormes e construídas contra as paredes, as estantes são, para todos os efeitos, grandes peças de mobília, cada uma formando uma unidade autônoma. No entanto, diferem radicalmente de armários de bibliotecas anteriores: os livros agora estão em exposição, tornando-se parte da decoração (CAMPBELL, 2016, p. 121).

Nessa perspectiva, a partir do século XVII a arquitetura inicia uma nova fase, deixando suas marcas na história da humanidade por meio das construções de bibliotecas notáveis e modernas, se comparadas às anteriores – com sistema de baias. Refletiram não apenas sua exuberância estética e empoderamento arquitetônico, mas a representação estilística em voga no contexto histórico dessas edificações. Algumas bibliotecas, para usarem o sistema de paredes, foram estruturadas em formato de galeria, otimizando o uso das paredes ao distribuir adequadamente o peso dos livros, possibilitando o acesso às obras de forma prática e segura. Nesse sentido, a Biblioteca Pública Ambrosiana (Milão/Itália – 1609) é um exemplo mencionado por Campbell.

No século XVIII, intensificou-se a construção de prédios decorados no estilo Barroco e Rococó, uma técnica de projeção arquitetônica adotada em diversos países e, em sua maioria, reproduzida simultaneamente, pois o

“Barroco” costuma ser utilizado para descrever um estilo de arte e arquitetura que começou por volta de 1600, na Itália, e se espalhou pela Europa. Na arquitetura, é caracterizado como uma nova abordagem à aplicação de ordens clássicas e uma maior utilização de ornamentos. A ideia de que há um uso correto das ordens foi rejeitada em favor da liberdade de distorção para a criação de um efeito teatral. As fachadas se tornaram curvilíneas, formas ovais são preferidas no lugar das circulares, e há um aumento generalizado de detalhes decorativos. Com frequência há continuidade visual entre arquitetura, escultura e pintura, o que dificulta afirmar onde uma começa e a outra termina (CAMPBELL, 2016, p. 153).

Em relação às características do estilo Rococó, esse mesmo autor descreve que

O Rococó é menos bem definido, e há muita discussão sobre se deve ser aplicado a toda arquitetura barroca do século XVIII ou se limitar àquela que usa um tipo específico de ornamento em forma de concha chamado *rocaille* (“concha”, em francês), do qual o estilo tirou seu nome. Nesse sentido, diz-se que o Rococó começou na corte de Luís XIV, em Versalhes, no início do século XVIII, como uma forma mais leve e divertida da decoração barroca. O estilo caracteriza-se por seus ricos padrões finos e espiralados, tipicamente em gesso branco ou dourado sobre fundos coloridos. As decorações podem se tornar extravagantes e imaginativas, e costumam incluir tetos alegóricos e pinturas de parede *trompe-l’oeil*. A arquitetura do Rococó pode ser encontrada na França, no sul da Alemanha e na Áustria no século XVIII, e ficou fora de moda entre 1780 e 1790 (CAMPBELL, 2016, p. 153).

Contrapondo os estilos anteriores, o Neoclássico emerge “na França e no Reino Unido, mas logo se espalhou pelo resto da Europa” (CAMPBELL, 2016, p. 214) como uma nova expressão, uma espécie de renovação do estilo clássico com detalhes característicos e inovadores do século vigente. Firmando-se no século XVIII até o início do século XIX. Segundo Campbell, “(...) A biblioteca neoclássica, portanto, fundava-se não em um retorno aos ideais clássicos, mas em bibliotecas existentes pensadas dentro do entendimento da época do que era a linguagem correta da arquitetura clássica.” (CAMPBELL, 2016, p. 214).

No século XX as ideias modernistas foram evidenciadas, visto que “(...) a invenção do concreto armado na década de 1890 e o desenvolvimento de escavadoras mecânicas na transição do século XIX para o XX abriram novas possibilidades arquitetônicas.” (CAMPBELL, 2016, p. 283). No entanto, ainda vigoravam as influências tradicionais especialmente na decoração que ainda se apropriava de tendências de estilos passados, pois “(...) as bibliotecas anteriores a 1945 eram tecnicamente avançadas: incorporaram iluminação e elevadores elétricos, sistemas de transportes, molduras de aço e concreto, prateleiras de ferro de produção em massa e mobília de aço tubular e madeira compensada.” (CAMPBELL, p. 286). Estas ainda eram fontes de inspirações para os arquitetos modernos, coadunando-se com as palavras de Walty, Fonseca e Cury (2001, p. 32) ao afirmarem que essa tendência pela modernização das bibliotecas não excluiu os leitores tradicionais, pois ao disponibilizarem os recursos digitais e tecnológicos não excluíram a oferta de livros impressos.

No Brasil os primeiros registros sobre a existência de bibliotecas datam a partir da chegada dos jesuítas que trouxeram livros com o intuito de “catequizar índios e instruir colonos” (MORAES, 1979, p. 3). Esse acervo possibilitou a criação de bibliotecas em Salvador, Rio de Janeiro, Pará, entre outras cidades que dispunham de salas de leituras em colégios jesuítas, sendo essas obras disponibilizadas aos leitores interessados, por meio de prévia solicitação. Além dos jesuítas, outros religiosos também fundaram bibliotecas e se dedicavam ao ensino, dentre os quais Moraes destaca as ordens dos “beneditinos, franciscanos e carmelitas” (1979, p. 11), essas salas de leitura e estudo funcionavam nos conventos com o objetivo de graduar os frades para o exercício religioso.

Quanto à arquitetura das primeiras bibliotecas brasileiras “(...) podemos ter uma ideia da importância das bibliotecas conventuais pelo tamanho dos salões que as abrigam

nos mosteiros do Rio de Janeiro, de Salvador, de Olinda e outras cidades.” (MORAES, 1979, p. 12). Ao longo dos anos os acervos da grande maioria das bibliotecas dos conventos foram se deteriorando devido à umidade e ação dos insetos, mas, sobretudo, pela ausência de bibliotecários e pessoas responsáveis por zelar pelo enorme e rico acervo cultural literário (MORAES, 1979, p. 20). Essa decadência das bibliotecas favoreceu a criação de

[...] seminários em diversas dioceses providas de livraria. Em Olinda, Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, quando bispo de Pernambuco, criou o Seminário da Graça e redigiu-lhe os Estatutos. Azeredo Coutinho organizou junto ao Seminário uma excelente biblioteca. A livraria do Seminário de Mariana era muito boa a julgar pelo que disseram viajantes estrangeiros em princípios do século passado. Em São Paulo o Seminário Episcopal tinha ótima biblioteca gabada por Martius, que a visitou em 1818 (MORAES, 1979, p. 21-22).

Nesse sentido, percebe-se que tanto as bibliotecas particulares quanto as de ordem religiosa possuíam restrições para acesso ao acervo. Quanto às instalações, Moraes ressalta não haver registros suficientes para termos as dimensões históricas a respeito destas estruturas físicas e arquitetônicas (1979, p. 27).

A concepção pública de bibliotecas fomentou a idealização de instituições com o intuito de facilitar a consulta às obras dos acervos de forma acessível a todos, especialmente àqueles que não tinham recursos financeiros para adquiri-las. Considerando-se essa concepção, surge a Biblioteca Pública da Bahia, em Salvador, sendo esta a primeira instituição pública fundada no país com esse fim, visto que “as dos conventos não eram públicas e a Biblioteca Real do Rio de Janeiro já existia em Lisboa e tinha sido somente transferida de sede” (MORAES, 1979, p. 143).

A princípio essa biblioteca deveria funcionar de modo colaborativo, com recursos provindos de todos os associados, que a administrariam juntamente com os demais membros da sociedade local, porém isso não foi possível sem a colaboração governamental. Assim, segundo Moraes, a primeira biblioteca pública brasileira foi “(...) inaugurada no antigo Colégio dos Jesuítas em 4 de agosto de 1811” (MORAES, 1979, p. 147), incentivando o surgimento de tantas outras bibliotecas no país. Na Região Norte, especificamente no Estado do Amazonas, destaca-se a monumentalidade na edificação da primeira biblioteca pública estadual, evidenciada nas próximas seções desse capítulo.

2.2 Biblioteca Pública do Amazonas: o estado da arte

Ao delimitarmos esse tema para o Estado do Amazonas, nesta pesquisa, contemplase a edificação da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, situada na Rua Barroso, nº 57, na visualidade poligonal do Centro Histórico de Manaus (AM).



Figura 2: Rua Barroso, Biblioteca Pública do Amazonas vista à esquerda.
Fonte: ANDRADE, Moacir, s/d. Acervo cedido pelo Governo do Amazonas/SEC/Ateliê de Restauro.



Figura 3: Biblioteca Pública do Amazonas, vista da esquina da Rua Henrique Martins, s/d.
Fonte: Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/SEC/Gerência de Acervos Digitais.

Projetado pelo arquiteto paraense José Castro Figueiredo (DUARTE, 2009, p. 210), o edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas abriga a primeira biblioteca pública na cidade de Manaus, contemplada há cerca de 114 anos (15/11/1907) por sua aura de beleza e exuberância estética, e há 111 anos a contar de sua efetiva instalação como Biblioteca (05/09/1910). Uma história iniciada há 150 anos, que emergiu a partir de uma Sala de Leitura inaugurada em 19/03/1871 nas dependências do Liceu Amazonense.

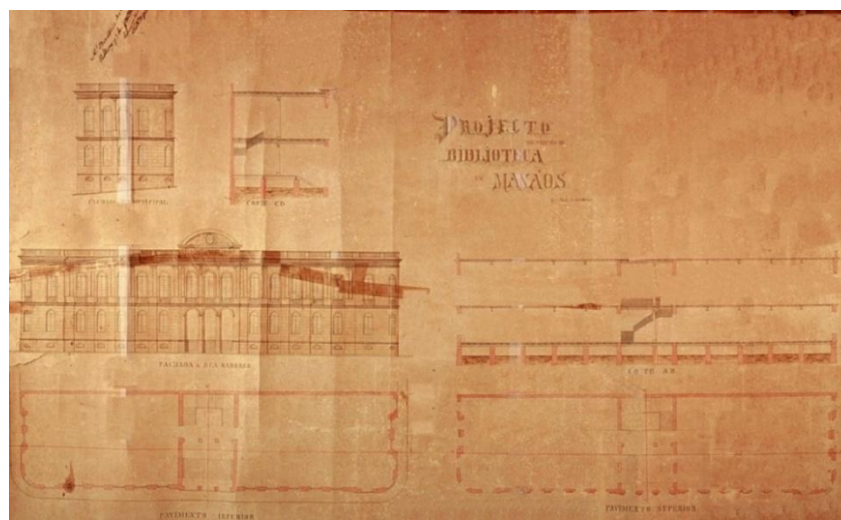


Figura 4: Projeto arquitetônico do edifício sede da Biblioteca, s/d.

Fonte: Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/SEC/Gerência de Acervos Digitais.

De acordo com Derenji, José Castro Figueiredo estudou arquitetura em Turim, na Itália (2006, p. 305), o que provavelmente influenciou o estilo de seus projetos, tendo em vista que a “arquitetura que era produzida na Itália no início de século continuava a ser aquela marcada pelo ecletismo historicista e continha ainda a mesma programática referência ao passado” (DERENJI, 1998, p. 39), o que era notório tanto na formação técnica nas Régias Escolas de Aplicação – Politécnicas – quanto nas academias de Belas Artes, porém, segundo a autora, estas se preocupavam principalmente com a “formação baseada no desenho, na história da arte e no estudo dos estilos arquitetônicos” (DERENJI, 1998, p. 41).

Logo, a idealização do edifício sede dessa Biblioteca assumiu traços monumentais em sua estrutura, a partir de uma estética muito peculiar na arquitetura italiana daquela época: piso principal destacado, portal, escada luxuosa, pintura evidenciada, alegorias ilustradas no teto, janelas enormes, iluminação natural e amplos salões. (CAMPBELL, 2016, p. 98-102).

O prédio da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas foi projetado em três níveis, observáveis na materialidade edificada. Constatam-se a existência de um porão e dois pavimentos, com duas alas em cada um, compostas de salas amplas, tanto no andar térreo quanto no andar superior. Há um hall de entrada principal no piso térreo, onde é possível vislumbrar uma belíssima escada em pedra e a exuberante escadaria em ferro que se prolonga até o hall do andar superior, ilustrados na projeção abaixo e em algumas imagens ao longo deste capítulo.

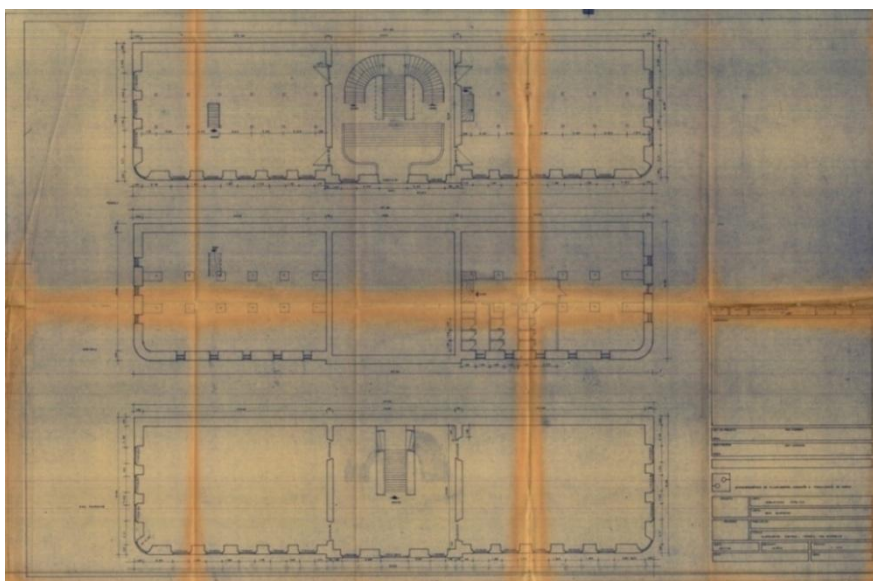


Figura 5: Planta baixa do edifício sede da Biblioteca, s/d.

Fonte: Acervo cedido pelo Governo do Amazonas/SEC/Gerência de Acervos Digitais.

Quanto às dimensões, no Processo de Tombamento n. 001/84 há as seguintes informações: “(...) um porão de dois metros de altura, todo cimentado e de dois pavimentos assoalhado – térreo e 1º andar, divididos em dois amplos salões cada um”, com dimensões medindo “15 metros pela rua Henrique Martins; 16 metros pela Av. 7 de setembro e 59 metros pela rua Barroso.” (AMAZONAS, 1984, p.1-2).

A respeito da configuração interna, Braga (2013, p. 185-193) descreve:

Andar térreo: Hall / Recepção, Salões Genesino Braga (ala esquerda/sul) e Thália Phedra Borges dos Santos (ala direita/norte).



Figura 6: Mapa Tátil do andar térreo.

Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Andar superior: Hall / Espaço para exposições, Salões: Maria Luiza de Magalhães Cordeiro (ala esquerda/sul) e Lourenço Pessoa (ala direita/norte).



Figura 7: Mapa Tátil do andar superior.

Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Subsolo: Área administrativa (ala esquerda/sul, esquina da Av. Sete de Setembro); Escritório de Direitos Autorais e Escritório do Depósito Legal (ala direita norte, esquina da Rua Henrique Martins).

Idealizado nos moldes do estilo eclético, vigente à época, que possibilitava aos “(...) arquitetos adotarem, indiferentemente, estilos diversos ou mesmo de compô-los entre si num mesmo edifício” (DERENJI, 1998, p. 18). Entretanto, caracterizado como “classicizante” a partir da “tipologia do corpo alongado, marcado por ritmo constante da fenestração, apenas levemente alterado para conferir dramaticidade ao centro das composições” (PEIXOTO, 2000, p. 13). Notório no desenho do projeto arquitetônico e materializado no destaque do frontão da fachada principal da Biblioteca do Amazonas.

Nas palavras de Derenji “seria, então, o ecletismo que usava formas historicistas derivadas do clássico, fosse ele o neoclássico do século XIX ou, no caso dos italianos, o

renascimento” (1998, p. 20). O que pode evidenciar “a permanência da tradição colonial, entrelaçada no desejo de modernização” (GOMES PEREIRA, 2005, p.144), porque

O Renascimento surgiu na Itália no início do século XV e mais tarde se desenvolveu em direção ao norte. Este estilo trouxe um interesse renovado pela arquitetura da Roma antiga (...). No entanto, contrastando com os modelos romanos originais, uma ênfase maior foi dada ao arco, seja na forma isolada ou em arcadas, quando eventualmente foram empregadas sem o uso de um entablamento. Surgiram, ainda, novas formas de utilização dos arcos, inclusive aquele sem o apoio de colunas e arcos com rusticação (CRAGOE, 2014, p. 96)

Dessa forma, ao compreendermos o contexto arquitetônico aplicado ao edifício investigado, atrelado à memória dessa biblioteca para a história da concepção de bens culturais manauara, buscou-se identificar as atribuições de valor direcionadas a esse edifício monumental construído entre os anos de 1905 a 1910, na Rua Barroso, entre a Av. Sete de Setembro e Rua Henrique Martins.



Figura 8: Biblioteca Pública do Amazonas, vista da esquina da Av. Sete de Setembro, s/d.

Fonte: Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/SEC/Gerência de Acervos Digitais.

Embora a placa inaugural, exposta na fachada, informe a data de 15 de novembro 1907, nesse dia houve apenas a inauguração do Arquivo Público e Repartição da Estatística.



Figura 9: Placa da inauguração, Arquivo Público e Repartição da Estatística.

Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

O inacabamento desta obra, nessa data, é notório no pronunciamento do governador Raymundo Affonso de Carvalho, acerca do relato do diretor de obras públicas naquela época, ao mencionar “que num edifício de semelhante natureza se consinta semelhante serviço. Falta collocar as soleiras, serviço que deve ser feito antes das chuvas, para que estas, se infiltrando não damnifiquem as alvenarias” [sic]. (1908, p. 40). Todavia, concluídas as obras, o prédio foi reinaugurado em 05 de setembro de 1910, passando a abrigar, além das duas repartições já instaladas, a primeira Biblioteca do Estado do Amazonas “ocupando o salão térreo que dá para a atual Avenida 7 de Setembro” (BRAGA, 1989, p. 115), conforme publicações veiculadas em jornais locais da época,

Realisou-se hontem a re-inauguração da secção Bibliotheca Publica do Estado (...). Perante essa digna assistencia, leu o seu discurso reinaugural daquella utilissima instituição, o sr. coronel Bento Aranha.

A acta dessa festa, lavrada nas ultimas folhas em branco do livro do auto da instalação da provincia do Amazonas, está assignada por mais de 200 assistentes [sic]. (DIÁRIO DO AMAZONAS, 6 setembro de 1910, p.1).

Faço a todos sciente, que sendo reinaugurada a 5 do corrente mez a Secção da Bibliotheca Publica desta Repartição se acha desde hoje franqueada a sua entrada às pessoas à quem interessar a leitura das suas obras sobre qualquer ramo de sciencia, lettras e artes, das 9 às 11 horas da manhã e da 1 às 5 ½ horas da tarde nos dias úteis e das 8 às 11 horas da manhã nos domingos e dias feriados [sic]. (CORREIO DO NORTE, 9 de setembro 1910, p.4).

No entanto, a história dessa biblioteca inicia-se muito antes da fundação do edifício monumental contemplado na visualidade urbana de Manaus. A esse respeito ressaltam-se as principais publicações acerca de seu estado da arte.

Geraldo Pinheiro, no artigo *Como Nasceu a Biblioteca Pública do Amazonas*²⁵, atribui a Ramos Ferreira a “idéia da criação de uma biblioteca em Manaus” (PINHEIRO, 1947, p. 9), configurando-se inicialmente em uma Sala de Leitura, por meio da Lei n. 205, de 17 de maio de 1870, conforme consta no “Art.1.º Fica desde já creada, no edificio em que funciona o Lyceu, uma sala de leitura, que servirá de nucleo a Bibliotheca publica da provincia”. [sic] (GUIMARÃES, s/p). Pinheiro retrata que essa materialização se fez possível a partir do governo de José Lustosa da Cunha Paranaguá, devido aos recursos provenientes do crescimento econômico advindos da comercialização da goma elástica, um período caracterizado como Ciclo da Borracha, compreendido

²⁵ Primeira publicação veiculada no Jornal Vanguarda (RJ) em 6 de julho de 1944, conforme cita Genesino Braga (1989, p. 63).

[...] especialmente entre 1870 e 1912, uma fase de desenvolvimento baseado na comercialização da borracha, fonte quase exclusiva dos enormes recursos disponíveis na região, desde a segunda metade do século XIX. Modificações produzidas por uma série de fatores relativos à inserção da Amazônia no mercado mundial, através da exploração daquele produto, proporcionaram uma modernização precoce, se vista em termos nacionais, em setores como expansão planejada, instalação de infra-estrutura, transporte e comunicações (DERENJI, 1998, p. 17).

O primeiro livro publicado a respeito da trajetória da criação e (re)existência dessa Biblioteca é de autoria de Genesino Braga, intitulado *Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas*²⁶ (1989). O autor apresenta um panorama acerca das ideias iniciais para o surgimento da sala de leitura e sua transformação em biblioteca, cita as principais obras adquiridas para compor o acervo e, ainda, contextualiza os fatos históricos provenientes desse período, entre os anos de 1870 até 1956. Nas palavras dele, nessa obra, “se conta a história da Biblioteca Pública de Amazonas, (...) que se projeta de eras não mui remotas, mas, que delas nos vem clarificada por lampejos de reto idealismo” (BRAGA, 1989, p.19).

Em um estilo memorialista, ele aborda quatro fases significativas da primeira Biblioteca Pública Provincial do Amazonas. A primeira fase (1870 a 1884) compreendeu o período de sua idealização e materialidade por meio de uma Sala de Leitura instalada no Liceu Amazonense. Na segunda fase (1884 a 1910), esta Sala adquiriu *status* de Biblioteca Pública, instalada em uma sala no Consistório da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Nesse período também foi construído o edifício sede, na Rua Barroso, obra concluída em 05 de setembro de 1910.

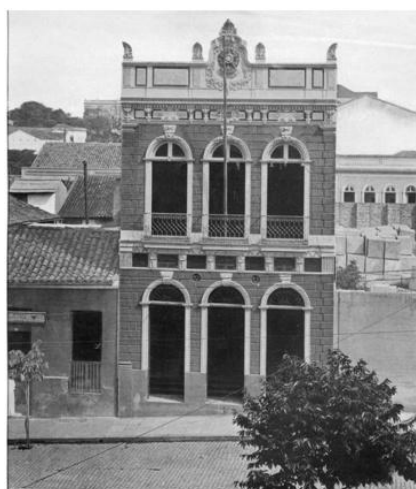


Figura 10: Prédio da Redação do Diário Oficial (Imprensa Oficial). À direita, terreno das futuras instalações do edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas.

Fonte: FIDANZA, Felipe Augusto. Álbum do Amazonas: 1901-1902, p. 70.

²⁶ Primeira edição publicada em 1957, disponível no acervo da Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.



Figura 11: Biblioteca Pública do Amazonas, vista pela Av. Sete de Setembro (antiga Rua Municipal).
 Fonte: Acervo cedido pelo Governo do Amazonas/SEC/Ateliê de Restauro.

Na fase posterior (1910 a 1945), segundo ele, essa edificação também cedeu espaço à Assembléia Legislativa, que ocupou a sala no andar superior a partir de 1914 (Ala Sul – Av. Sete de Setembro). Porém, em 1945 funcionava apenas como arquivo de documentos legislativos, todos perdidos no incêndio ocorrido na madrugada de 22 de agosto de 1945. Episódio noticiado no *Jornal do Commercio*, conforme trecho citado e ilustração abaixo.

Pela madrugada de ontem irrompeu violento incêndio no edifício da Biblioteca Publica do Amazonas, causando as chamas um prejuízo incalculável. O fogo se manifestou, com rapidez incrível, na parte do prédio que dá para a avenida 7 de Setembro, esquina com a rua Barroso, atingindo o porão, o pavimento térreo e o primeiro andar. Pode-se dizer que todo o acervo da nossa Biblioteca, onde havia obras de grande valor, se perdeu na voragem das labaredas, que ameaçaram estender-se ao edifício onde funciona o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. (...) O teto do prédio ruiu, desmoronando-se as paredes, e as chamas alteavam aos céus como um monstro voraz que tudo consome. Foi um espetáculo doloroso, em que o público, estacionado nas imediações do edifício, assistia à destruição de um verdadeiro tesouro em obras valiosíssimas. [*sic*] (23 de agosto de 1945, p.1).

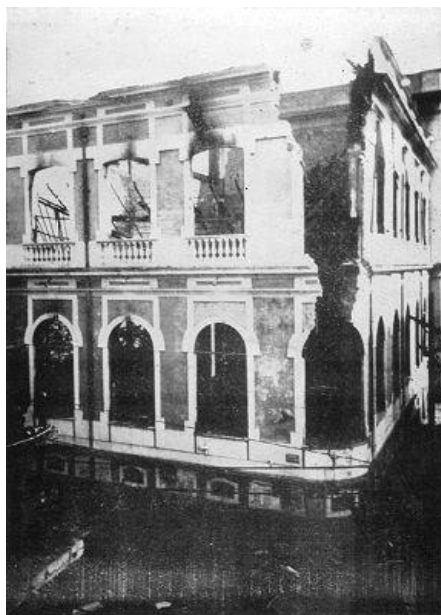


Figura 12: Prédio da Biblioteca Pública do Amazonas após o incêndio em 1945.
Fonte: Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/SEC/Ateliê de Restauro.

Acerca desse incêndio, muitas foram as especulações sobre o motivo causador das chamas na edificação, porém, segundo essa mesma matéria jornalística,

Não se sabe qual a hora exata em que começou o sinistro, nem tão pouco se firmou opinião a respeito da origem do fogo. Anteontem, até cerca das 20,30 horas da noite, choveu na cidade, registrando-se algumas descargas elétricas. Na opinião de alguns, uma faísca elétrica, que caiu sobre o edifício da Biblioteca, mais ou menos às 19,30 horas, teria provocado um curto circuito, motivando a irrupção das chamas. [*sic*] (23 de agosto de 1945, p.1).

A partir desse dia, diversas ações foram feitas para arrecadar livros para o novo acervo. Segundo informações constantes no Processo de Solicitação de Tombamento da Biblioteca (AMAZONAS, 1984), Álvaro Maia doou 2.500 livros, 400 obras foram cedidas por Repartições Públicas diversas, 2.000 exemplares foram doados por estudantes, pesquisadores, intelectuais, leitores de todas as esferas sociais manauara. Além disso, a direção da Biblioteca entrou em contato com instituições nacionais e internacionais solicitando doações de obras, as quais enviaram diversos livros para compor o novo acervo. O espaço que era ocupado pelo Arquivo Público, transferido para a Praça Dom Pedro II, passou a ser ocupado pela Biblioteca. Quanto à Assembleia Legislativa, não há menção ao sinistro ocorrido com os documentos constantes em seu arquivo, na ala superior.

O Jornal do Commercio, em matéria publicada em 22 de setembro de 1945, divulgou uma nota a respeito das ações de arrecadações para compor o acervo, no qual

A Diretoria do Arquivo Biblioteca Publica comunica que se acha instalada no pavimento térreo, lado esquerdo do proprio edificio, à rua Almirante Barroso, em expediente comum, das 8 às 11 e das 14 às 17 horas, empenhada aos serviços de recomposição da Biblioteca Publica, cujo acervo bibliográfico foi devorado pelo fogo na madrugada de 22 de Agosto.

As pessoas que tenham a fazer doações de livros, podem entrega-los no local acima indicado, ou, em caso de muitos volumes, telefonar para (?), afim de ser providenciado (*sobre?*) o transporte. [*sic*] (JORNAL DO COMMERCIO, 22 de setembro de 1945, p.2).

Por fim, na última fase (1945 a 1956), Genesino Braga retrata o período da restauração do edifício e recuperação do acervo, enfatizando as doações e as novas aquisições bibliográficas, das quais ele cita que

O Instituto Nacional do Livro, pela alta compreensão do escritor Augusto Mayer, seu diretor, estabeleceu uma doação de 2.500 volumes; e a American Library Association, de Washington, ofertou cerca de 900 volumes de obras de autores norte-americanos (...). Também do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Conselho Nacional de Geografia, dos Ministérios do Governo da República, do DASP e de outros órgãos do serviço público federal, foram recebidos valiosos donativos em livros. (...). Entre estes doadores, figuram o Secretariado Nacional de Propaganda, de Portugal; o British Museum, de Londres; a Library of Congress e a American Library Association, de Washington; a Alliance Française e algumas outras instituições da Bélgica, da Rússia, do Uruguai, do Peru, da Colombia, da República do Salvador, do México e da Argentina. (BRAGA, 1989, p. 163).

Quanto às obras de reforma parcial da edificação, ala na qual ocorreu o sinistro, há poucos registros. Provavelmente por ter sido reerguida durante um período histórico conturbado (1945-1947), devido ao contexto de pós-guerra, acrescido das transições políticas governamentais. A respeito da reinauguração, o Jornal do Commercio veiculou uma notícia sobre esta solenidade ocorrida em 21 de novembro de 1947, ressaltando que

São de 40.000 volumes que se compõe a nova Biblioteca Pública do Estado havendo assim, maior amplitude do que a antiga, que se incendiou há dois anos atrás.

Deve-se destacar dessa obra de redenção da nossa cultura, o apóio do govêrno do Estado [*Álvaro Botelho Maia/Leopoldo Amorim da Silva Neves*], instituições publicas e particulares, e sobretudo as doações feitas pelo Conselho Nacional de Geografia e Instituto Nacional do Livro, cuja colaboração foi decisiva na obra que (?) se inaugura.

O salão da nova Biblioteca Pública do Estado estará franqueada público a partir de hoje, todos os dias úteis, das 10 horas às 22. (...). O dr Genesino Braga está de

parabéns pelo notável empreendimento. E o povo amazonense também [sic]. (JORNAL DO COMMERCIO, 21 de novembro de 1947, grifo nosso).

Na obra *Biblioteca Pública do Amazonas* (2013), Robério Braga percorre o mesmo caminho iniciado por Genesino. Todavia, ele considera um novo recorte temporal: 1870 a 2013. Ampliando-se esse panorama histórico-memorial e, ainda, relevando os novos percursos trilhados pelo “Palácio dos Livros” a partir de 1956. Assim, Braga amplia os discursos políticos daquele contexto no intuito de resgatar a memória provincial, pois apresenta também a biografia dos políticos que governaram o Amazonas durante o período de idealização/construção da Biblioteca e tiveram participação direta para efetivá-la enquanto instituição pública. Tais ações foram realizadas e concretizadas por meio de decretos e leis que fomentaram a construção deste edifício, destacando-se a atuação do governador Antônio Constantino Nery, político que autorizou o início das obras do edifício sede, conforme pronunciamento da mensagem oficial publicada em 10 de julho de 1905, a ser analisada no terceiro capítulo.

Nessa obra, Braga também menciona os principais bibliotecários e diretores que se dedicaram em prol do funcionamento da Biblioteca, tanto durante a catalogação do acervo quanto no atendimento aos leitores, dentre os quais: Genesino Braga, Maria Luiza de Magalhães Cordeiro, Thália Phedra Borges dos Santos, entre outros. Além disso, expõe outros usos da Biblioteca Pública, tais como a instalação da Pinacoteca do Estado que por meio da “Lei n.º 233, de 18 de julho de 1965, a Pinacoteca foi instalada nos altos da Biblioteca, com 90 peças, passando a oferecer aulas de desenhos e pintura.” (BRAGA, 2013, p. 160).

Nos anos entre 1979 a 1982 o Estado buscou preservar os bens culturais estaduais, instituindo-se uma Secretaria de Estado com o intuito de preservar o patrimônio histórico regional e, sobretudo, pelo crescente “(...) processo de expansão urbana e pressão imobiliária.” (BRAGA, 2013, p. 165, 166), em virtude da localização central dessas edificações. Nesse sentido, o tombo desse edifício justificou-se por ser um “Exemplar de notável mérito histórico-cultural e arquitetônico da cidade” (AMAZONAS, 1984, p. 2). No quadro a seguir há os principais marcos históricos institucionais da Biblioteca Pública do Amazonas, considerando-se o contexto exposto na solicitação de tombamento da edificação, Processo n.º 001/84, de 26 de março de 1984.

HISTÓRICO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO AMAZONAS	
Referência: AMAZONAS. Processo n. 001/84, de 26 de março de 1984.	
ANO	ACONTECIMENTO
1868	Gustavo Adolpho Ramos Ferreira sugeriu a criação da Biblioteca Pública à Assembleia Legislativa.
1870	30/04 – Aprígio Martins de Menezes, deputado, apresentou o Projeto de Lei ao Plenário do Legislativo para criar a Biblioteca Pública. 17/05 – Clementino José Pereira Guimarães, Presidente da Província, sancionou a Lei Nº 205, que estabelece a criação de uma sala de leitura no Liceu Amazonense (atual Colégio Amazonense Dom Pedro II) como núcleo da Biblioteca Pública Provincial.
1871	Janeiro– Foram adquiridos livros e mobília para sala de leitura. 19/03 – Foi inaugurada a Sala de Leitura , no Liceu, situado à Travessa da Imperatriz. 25/03 – Publicado o Regimento Interno da Sala de Leitura.
1882	27/05 – José Lustosa da Cunha Paranaguá, Governador da Província, direcionou verba orçamentária (exercício 1882-1883) destinada ao pagamento de pessoal (bibliotecário e porteiro), expediente e para compras de utensílios necessários ao seu funcionamento, conforme Lei Nº 582 assinada por ele nesta data.
1883	25/03 – A Biblioteca Pública Provincial é inaugurada no lado oriental do Consistório da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. 29/03 – Antônio José Barbosa, deputado, apresentou Projeto de Lei para a construção do edifício sede da Biblioteca Pública Provincial. 04/06 – Esse projeto é transposto por meio da Lei Nº 608, que estabelecia quarenta contos de réis direcionados à construção do edifício e indenização da planta baixo.
1886	O exercício do biênio 1885-1886 desconsiderou a verba que seria destinada à construção do edifício da Biblioteca, citando apenas “cinco contos e oitocentos mil réis, para pessoal e expediente” (p. 18). Permanecendo a Biblioteca no Consistório da Igreja Matriz.
1888	Entre os dias 02 a 12/07 Raimundo Amâncio de Miranda assumiu o exercício da Presidência da Província e determinou a transferência da Biblioteca situada no Consistório da Igreja Matriz para as novas instalações do Liceu Amazonense.
1889	15/11 – A partir da implementação da República, a Biblioteca perdeu o status que havia conquistado referente ao espaço, às verbas, aos funcionários e, por fim, aos livros, dos quais muitos foram extraviados ou emprestados e não devolvidos ao acervo.
1894	01/05– Eduardo Gonçalves Ribeiro autorizou a compra do terreno para construção do edifício. 11/05 – O Governo do Amazonas comprou o terreno da Rua Barroso da firma Marques Valente & Cia “pela quantia de 45.000\$000” (p. 20), no qual, posteriormente, foi construída a Biblioteca Pública Provincial.
1895	17/10 – Eduardo Gonçalves Ribeiro, por meio do Decreto Nº 86 criou a Diretoria da Biblioteca Pública do Amazonas, composta de 1 diretor; 1 secretário; 1 porteiro; 1 contínuo. Estabeleceu regras para o regulamento interno e acerca do horário de funcionamento, das 11h às 14h e 18h às 20h, admitindo a frequência apenas de pessoas maiores de 14 ano (p. 20). Neste ano, passou a funcionar em uma casa situada à Praça da Constituição (atual Heliodoro Balbi) na esquina com a Rua Guilherme Moreira.
1898	A Biblioteca foi destituída do caráter de Repartição Pública Autônoma. Neste ano, assumiu uma seção na Repartição de Estatística, funcionava no mesmo endereço da Estatística e Arquivo Público, na Rua do Progresso (Atual Monsenhor Coutinho).
1899	09/08 – José Cardoso Ramalho Júnior sanciona a Lei Nº 254, desvinculando a Biblioteca Repartição de Estatística e estabelecendo sua reorganização, estruturada com um novo acervo de obras e um quadro de funcionários contemplando: 1 diretor; 1 sub-diretor; 5 amanuenses; 1 porteiro; 1 contínuo; 4 serventes; em edifício a ser construído como sede própria.
1900	03/01– A partir do Decreto 375-B, a Biblioteca volta a ser uma diretoria independente. Porém, neste ano, continuou funcionando na Repartição de Estatística.
1901	No terreno da Rua Barroso “Foi construído, no local, uma cocheira, que mais tarde foi demolida” (p. 62) com intuito de construir o prédio da Biblioteca Pública Provincial.
1904	Outubro – Antônio Constantino Nery, Governador, extinguiu a Diretoria da Biblioteca e anexou-a, como seção temporária, à Diretoria de Estatística, Arquivo e Biblioteca, estabelecendo um novo regulamento. Esse retrocesso ocorreu em virtude da inviabilidade de consultas às obras, pois os livros estavam desgastados. Os principais exemplares foram transferidos ao novo endereço, na

	Av. Eduardo Ribeiro, onde foram arquivados até a finalização das obras na sede oficial.
1905	Início das obras de construção do edifício sede da Biblioteca , em terreno ao lado da Imprensa Oficial, situado na Rua Barroso, entre as Av. Sete de Setembro e a Rua Henrique Martins. Antônio Constantino Nery, Governador, autorizou “a construção do edifício, sendo dela encarregado o Dr. Emygdio José Ló Ferreira (empreiteiro, conforme livro nº 102). O custo da obra foi orçada em 1.157:130\$308 (O livro 109 dá o custo de 1.157:130\$803 – Mil cento cinquenta e sete contos cento e trinta mil oitocentos e três reis)” <i>[sic]</i> . (p. 62), conforme registros do ITERAM.
1907	Nesse ano a Biblioteca ainda estava em obras, porém é citado o “término de sua construção” (p. 63). *15/11 – Não é mencionada a inauguração parcial do edifício , idealizado para abrigar a Biblioteca, inaugurado inicialmente pelas instituições Arquivo Público e Repartição da Estatística.
1910	05/09 – Solenidade de inauguração da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas em seu edifício sede, “na ala direita do pavimento térreo com um acervo de mais de 20.000 volumes” (p. 63), durante a gestão administrativa de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt. 06/09 – A Biblioteca é aberta ao público amazonense . A partir desse dia, Bento Aranha organizou internamente a Biblioteca, adquiriu livros para o acervo, por meio de doações de outras bibliotecas, e comprou mobiliário com verbas públicas (Biênio 1910-1911).
1914	Janeiro – A Assembleia Legislativa instala-se no andar superior, ocupando esse espaço até 1964.
1918	17/01 – A Sociedade Amazonense de Homens e Letras (atual Academia Amazonense de Letras) foi instalada no espaço do Salão Nobre, pavimento superior da Biblioteca.
1925	Março – É estabelecido novo horário de atendimento na biblioteca, manhã (8h-11h), tarde (14h-17h) e noite (19h-21h) , atendendo às expectativas dos leitores. É mencionado que o prédio foi reformado durante o governo do interventor Dr. Alfredo Sá (p. 63).
1943	31/03 – Por meio do Decreto-Lei Nº 988 foi instituída a Diretoria do Arquivo e Biblioteca Pública. Genesino Braga foi nomeado Diretor dessa nova Repartição, auxiliado por “1 Bibliotecário-Chefe, 3 Bibliotecários e 1 Datilógrafo” (p. 40). A Biblioteca recebeu verbas orçamentárias para aquisições de livros. Entre 1943-1944 registrou-se cerca de 34.500 leitores, frequentadores assíduos da Biblioteca.
1945	“Nesse ano o acervo da Biblioteca Pública somava 30.000 livros” (p. 41) 22/08 – Houve o incêndio na ala direita da Biblioteca (lateral entre a esquina da Rua Barroso e Av. Sete de Setembro). Registrando-se a perda total do acervo, excetuando 60 exemplares que estavam em uma Exposição-Feira em “terreno pertencente à Capitania dos Portos”. 23/08 – Iniciou-se a restauração do prédio.
1947	21/11 – A Biblioteca foi reinaugurada , após o restauro, com acervo de “45.000 volumes impressos, incluindo livros, folhetos e periódicos” (p. 45).
1949	Fevereiro – Foi inaugurada a Biblioteca Infantil. Neste ano, registrou-se a frequência de 28.053 leitores.
1950	18/08 – A partir da Lei Nº 677, a Biblioteca desmembra-se do Arquivo Público e passa a ser uma instituição independente .
1956	15/03 – Registrou-se um acervo composto de 74.451 exemplares de obras diversificadas. Reforma parcial do edifício . Plínio Ramos Coelho, Governador, em seu pronunciamento à Assembleia Legislativa mencionou tanto o restauro realizado no prédio quanto a ampliação do acervo.
1959-1960	Foi realizado restauro na pintura do edifício da Biblioteca, conforme solicitado pelo Governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo.
1964	A Assembleia Legislativa deixou de funcionar no andar superior, “em virtude do teto, do salão sul, ter começado a ruir, fato este que culminou com o desabamento total pouco tempo após ser a sala desocupada.” (p. 49).
1965	15/03 – Até esta data, o reparo do teto do salão sul ainda não havia sido realizado. Além disso, é citada a ausência de vidraças em janelas no andar térreo, expondo tanto o acervo bibliográfico quanto a estrutura do edifício às adversidades e ações da natureza. É realizada reforma no prédio ; instalado o auditório Alberto Rangel e a Pinacoteca do Estado do Amazonas; além de ampliação do acervo, durante o governo de Arthur Cesar Ferreira Reis.
1979	A Pinacoteca do Estado do Amazonas foi inativada. No entanto, suas obras ainda permaneceram nas dependências da Biblioteca. (p. 54)

1980	Janeiro – O acervo de literatura geral e amazonense, exposto nas estantes da Biblioteca, foi disponibilizado aos leitores também para empréstimo.
1982	Setembro – Iniciou-se uma reforma no prédio, porém foi paralisada por cerca de oito meses devido à ausência de verbas públicas.

Quadro 5: Síntese dos marcos históricos da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas (1868-1983).
Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2020.

O prédio da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas foi tombado como bem cultural material do Amazonas, em resposta à solicitação de tombamento, por meio do Decreto n.º 11.033, assinado em 12 de abril de 1988 pelo Governador Amazonino Armando Mendes. Conforme publicação do Diário Oficial do Estado em 14/04/1988 (edição n. 26460), que nos termos jurídicos, estabelece:

Art. 1.º – Fica tombado como **Monumento Histórico do Estado do Amazonas** o prédio sede da Biblioteca Pública do Estado, situado em Manaus, à Rua Barroso s/n.º.

Art. 2.º – O Monumento de que trata o presente Decreto fica sob a proteção exclusiva do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, na forma da legislação em vigor, através do corpo técnico do Gabinete do Vice-Governador, ao qual compete a fiscalização do imóvel (AMAZONAS, 1988, p.5, grifo nosso).

Por fim, Braga (2013) relata o cenário da última restauração do edifício (2007 a 2012), evidenciando o projeto, a equipe técnica e a reaberta ao público em janeiro de 2013, oferecendo além dos espaços para leitura do acervo, o serviço de visita guiada. Publicações veiculadas na mídia eletrônica local fornecem informações sobre essa reforma.

A ideia de recuperar e restaurar o prédio público surgiu em 2008, quando a Seinfra em conjunto com a Secretaria Estadual de Cultura, elaborou o projeto, o que foi feito e em setembro de 2009 foi dada a ordem de serviço.

Após o início das obras a empresa vencedora do certame licitatório a Radier Prestadora de Serviços Comércio e Construções Ltda ficou responsável pela recuperação até o segundo semestre de 2011, quando a Seinfra analisou que a referida empresa não terminaria as obras dentro do prazo estabelecido e iniciou processo administrativo aplicando multas e penalidades que culminaram com a decisão de tornar a empresa inidônea, ou seja, impedida de participar por dois anos de novas licitações. As obras então ficaram paralisadas para a realização de novo processo licitatório, como exige a legislação pertinente.

Somado a estes fatos é importante salientar que as intempéries da natureza também tiveram impacto negativo sobre a obra, que alongou ainda mais o tempo de entrega, pois as fortes chuvas que assolaram a cidade no mês de dezembro de 2011 danificaram completamente o telhado. (SEINFRA, 15 de outubro de 2012)²⁷.

²⁷ Disponível em: <<http://www.seinfra.am.gov.br/seinfra-conclui-obras-da-biblioteca-publica-do-estado/>>. Acesso em: 01/12/2019.

Fechada há mais de cinco anos, a Biblioteca Pública do Amazonas poderá ser reaberta ao público em janeiro do próximo ano, após reforma e recuperação iniciadas em 2009. Os trabalhos no prédio histórico, situado no Centro de Manaus, estão na fase final. Antes da reabertura da biblioteca, a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) antecipou ao G1 as novidades que serão oferecidas no espaço literário. Além da ampliação do acervo de livros, a Biblioteca Pública do Amazonas terá acessibilidade plena para os deficientes físicos, visuais e auditivos.

(...) A previsão inicial de conclusão da reforma no prédio era novembro de 2011. Entretanto, a entrega do espaço foi adiada para outubro deste ano e novamente adiada. (G1 AMAZONAS, 04 dezembro de 2012)²⁸

Diante do exposto, buscou-se identificar os valores atribuídos a esse monumento arquitetônico no contexto manauara, a partir de marcos históricos temporais, tendo em vista que são sentidos possivelmente transmutáveis ao longo do percurso histórico e adaptáveis à cultura vigente. Todavia, antes das análises intertextuais discursivas, expostas no terceiro capítulo dessa dissertação, apresentar-se-á uma breve leitura iconográfica para apreciação estética desse edifício vislumbrado como um objeto artístico da cultura amazonense.

2.3 O edifício-monumento: uma leitura iconográfica

Omar Calabrese postula que “a arte, enquanto qualidade de certas obras produzidas com fins estéticos e enquanto produção de objetos com efeito estético, é um fenômeno de comunicação e de significação e como tal pode ser examinado.” (1987, p. 17). Nesse viés, visualiza-se a cidade como um espaço urbano repleto de formas arquitetônicas contempladas como obras de arte (ARGAN, 2005, p.73). A partir dessa premissa, buscou-se compreender a edificação da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas como um objeto artístico.

Para tanto, adotou-se nessa investigação a análise iconográfica de Erwin Panofsky (1892-1968)²⁹, historiador e crítico da arte conhecido por seu método iconográfico/iconológico, de descrição e classificação das imagens, exposto na obra *Significado nas artes visuais*, especialmente no capítulo *Iconografia e Iconologia: Uma*

²⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/12/nova-biblioteca-publica-do-am-ganha-acessibilidade-e-mais-285-mil-livros.html>>. Acesso em: 10/02/2021.

²⁹ Foi integrante/pesquisador no *Instituto Warburg*. Para mais informações sobre a biografia do autor, sugere-se a leitura da obra supracitada e da Resenha *Erwin Panofsky e o método iconológico* (SERRÃO, 2016), disponível em: <[https://fenix.letras.ulisboa.pt/courses/thart-3-283923108072052/ver-post/erwin-panofsky-e-o-metodo-iconologico#:~:text=Erwin%20Panofsky%20\(Hannover%2C%201892%2D,Mosse%2C%20tamb%C3%A9m%20historiadora%20da%20arte](https://fenix.letras.ulisboa.pt/courses/thart-3-283923108072052/ver-post/erwin-panofsky-e-o-metodo-iconologico#:~:text=Erwin%20Panofsky%20(Hannover%2C%201892%2D,Mosse%2C%20tamb%C3%A9m%20historiadora%20da%20arte)>.

Introdução ao Estudo da Arte da Renascença. Este modelo teórico-metodológico de Panofsky aborda três níveis de leitura para interpretar os possíveis significados evidenciados em imagens, aplicáveis às pinturas ou a qualquer registro artístico/imagético; a saber: I – Descrição pré-iconográfica (tema primário / natural: fatural e expressional), II – Análise Iconográfica (tema secundário / convencional) e III – Interpretação iconológica (significado intrínseco / conteúdo), conforme descrito e exemplificado pelo autor (PANOFSKY, 2017, p. 47-87) que conceitua *Iconografia* como “o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma” (p. 47) ou, em resumo, “iconografia é, portanto, a descrição e classificação das imagens” (p. 53). Quanto à Iconologia, pode ser compreendida como “um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise” (p. 54) “constituindo o mundo dos valores ‘simbólicos’” (p. 64).

Nesse viés, Panofsky expõe sua teoria a partir de exemplos práticos. Inicialmente ele cita um cotidiano aparentemente simples: “(...) na rua, um conhecido me cumprimenta tirando o chapéu” (p. 47) e, dessa forma, nos conduz a observar esta ação como um “acontecimento” que vai além da “percepção puramente formal” (p. 47). A partir desse contexto imagético é possível compreender o primeiro nível dessa teoria, no qual são descritos os motivos artísticos. Ao identificarmos o significado fatural, este pode ser “apreendido pela simples identificação de certas formas visíveis com certos objetos que já conheço por experiência prática e pela identificação da mudança de suas relações com certas ações ou fatos” (PANOFSKY, 2017, p. 48).

Além do significado fatural, nesse primeiro nível, há o significado expressional, que corresponde às “nuanças psicológicas” (p. 48), uma espécie de reação aos acontecimentos e às respectivas ações provenientes dos fatos observados ao despertar no espectador algum tipo de sensibilidade, pois “os objetos e fatos assim identificados produzirão naturalmente uma reação em mim. Pelo modo do meu conhecido executar sua ação, poderei saber se está de bom ou mau humor, ou se seus sentimentos a meu respeito são de amizade, indiferença ou hostilidade” (p. 48).

No segundo nível, secundário / convencional, tal situação precisa ser “apreendida pela percepção” (p. 50) e, dessa forma, compreendida à luz dos “costumes e tradições culturais peculiares a uma dada civilização” (p. 48), estes se revelam por meio de indícios explícitos/implícitos observáveis nos fatos / ações e representações simbólicas analisadas, associados ao contexto da época em questão, na qual é possível compará-las às

“observações similares e interpretando-as no contexto de novas informações gerais” (p. 49).

Logo, a partir dos resultados obtidos dessa associação dos “motivos artísticos” e das “composições” aos “assuntos e conceitos” (p. 50) inicia-se o terceiro nível (intrínseco ou conteúdo), visto que essa etapa de análise se “sublinha e explica os acontecimentos visíveis e sua significação inteligível e que determina até a forma sob a qual o acontecimento visível se manifesta” (p. 49). Para Panofsky, este nível “é apreendido pela determinação daqueles princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica – qualificados por uma personalidade e condensados numa obra” (p. 52). Todavia, nessa dissertação, adotou-se apenas os dois primeiros níveis dessa teoria para leitura do edifício-monumento Biblioteca Pública do Amazonas, considerando-se registros fotográficos, realizados durante o processo de pesquisa, e algumas imagens fac-similadas disponibilizadas pela SEC/AM.

Nessa perspectiva, quando ao estilo arquitetônico do edifício sede da Biblioteca Públicas do Amazonas percebe-se um ecletismo, com predominância para o estilo Neoclássico, conforme observado *in loco* e nas imagens que ilustram este capítulo. De acordo com Marco Bussagli, uma fachada é idealizada a partir de “soluções” que representam a materialidade técnica e estilística de uma determinada época ou período (2004, p. 86), pois

[...] el Neoclasicismo codificó un concepto estático de fachada, que en una acepción retórica y monumental también caracterizaría al estilo eclético del siglo XIX. Este aspecto quedó superado con las corrientes modernistas del siglo XX, orientadas al diálogo entre el espacio interior y el exterior. La fachada asumió entonces la función de prefigurar el interior. (BUSSAGLI, 2004, p. 87)³⁰

Nessa ótica, a fachada do edifício da Biblioteca Pública, com projeto atribuído a José Castro Figueiredo, foi idealizada com um pórtico composto de três portas e três janelas no centro do prédio, ladeadas por vinte e oito janelas, sendo sete em cada lateral, iguais tanto nas dimensões quanto no estilo, o que é comprovado pelo desenho dos arcos dispostos no andar térreo e superior, porém construiu-se apenas uma porta de acesso

³⁰ O neoclasicismo codificava um conceito estático de fachada, que em sentido retórico e monumental também caracterizaria o estilo eclético do século XIX. Esse aspecto foi superado pelas correntes modernistas do século XX, orientadas para o diálogo entre o espaço interior e o exterior. A fachada, então, assumiu a função de prefigurar o interior (tradução nossa).

principal, optando-se pela inclusão de duas janelas com parapeito semelhante ao das janelas do andar térreo.



Figura 13: Detalhes do desenho da fachada do edifício da Biblioteca Pública do Amazonas, s/d.
 Fonte: FIGUEIREDO, José Castro. Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/SEC/Gerência de Acervos Digitais.

Nesta projeção, no topo da edificação observa-se um arco pleno, que destaca um círculo em formato de medalhão, no qual possivelmente seria exposto algum elemento decorativo representativo do estilo neoclássico; tais como: um símbolo alegórico; a data de criação do prédio, semelhante ao usado em frontões de outros edifícios construídos nesse estilo em Manaus; ou um brasão, consoante ao exposto na fachada construída. Neste caso, o Brasão da Biblioteca Pública, muito semelhante ao Brasão do Estado do Amazonas.

Porém este arco foi substituído por um triângulo e, em comparação ao idealizado, o círculo central foi destacado em um nível mais abaixo, provavelmente em virtude do triângulo ser desproporcional ao centro do edifício, diferente do observado no desenho acima. Além disso, não é visível a existência de representações de cabeças de animais ou dos círculos com detalhes decorativos florais que se observa no edifício construído, há, ainda, maior elevação na centralidade superior do frontão, destoando da linearidade projetada no desenho.

Nesta fachada, destacam-se a porta e a janela centrais, com dimensões contrapostas às janelas paralelas. Estas seguem uma regularidade formal no alongamento horizontal, porém destoam apenas daquelas situadas na sinuosidade do prédio quanto ao tamanho, visivelmente destacadas nas curvas do edifício, pelas esquinas da Av. Sete de Setembro e Rua Henrique Martins.



Figura 14: Biblioteca Pública do Amazonas, esquina da Rua Henrique Martins com a Rua Barroso.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Todas as janelas são arcadas, provavelmente devido às inspirações italianas latentes na formação do arquiteto projetista, tendo em vista, ainda, os conceitos neoclássicos e ecléticos que compreenderam o período e o contexto de idealização e concretude desse edifício-monumento. As cinco janelas centrais e as dezoito do andar superior possuem parapeitos com balaústres, o que além de realçar sua monumentalidade, agrega funcionalidade devido à existência de quarenta e uma janelas. Configuram-se amplas no intuito de iluminar e ventilar, porque “las bibliotecas actuales se presta particular atención a la iluminación y a la funcionalidad de los espacios, que deben ser acogedores e invitar a la concentración” (BUSSAGLI, 2004, p. 52)³¹.

As laterais do frontão são formadas por platibandas, um tipo de prolongamento da parede que omite o telhado, este estruturado por telhas de barro em estilo “*marseille*” (CASTRO, 2018, s/p). No topo desse prolongamento há detalhes decorativos com o intuito de “criar um interesse maior no perfil superior da fachada” (CRAGOE, 2014, p. 113). Além disso, há molduras horizontais nos níveis do edifício, cornijas³² de paredes e telhado.

No topo da fachada do prédio, na altura do frontão triangular, há o Brasão da Biblioteca. Embora muito semelhante ao Brasão Oficial do Estado do Amazonas, se contrapostos ao existente na edificação, constata-se alterações, acréscimo e exclusões de

³¹ As bibliotecas atuais dão especial atenção à iluminação e à funcionalidade dos espaços, que devem ser acolhedores e convidar à concentração (tradução nossa).

³² Elemento horizontal de alvenaria com o mesmo material da parede ou não e que é usado para evitar que a água escorra sobre ela; geralmente coincide com a borda de um piso interno. (BURDEN, 2006, p. 110).

elementos formais. Nota-se que as duas penas foram substituídas por um arco; o emblema do comércio cedeu espaço ao caduceu; e ao elemento representativo da indústria acrescentou-se o esquadro e o compasso.



Figura 15: Brasão, exposto na fachada do edifício da Biblioteca.
Fonte: Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/SEC/Ateliê de Restauro, 2013.



Figura 16: Brasão de Armas do Estado do Amazonas.
Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/simbolos/>. Acesso em: 26/11/2019.

Nesse sentido, inferem-se os novos sentidos contextuais amazônicos que, de acordo com Chevalier (2009), podem ser compreendidos da seguinte maneira:

O **arco** simboliza tanto o “ato criador” quanto a “busca da perfeição” (p. 74), associado às **flechas**, que representam “traço de luz” (p. 75), assumem o sentido de símbolos do conhecimento. Todavia, considerando-o isoladamente, significa “a tensão de onde brotam nossos desejos”, o que nesse contexto retrata a pretensão intelectual da sociedade amazonense. Ademais, por se tratar do Brasão do Estado, remete também às armas indígenas, tipicamente amazônicas.

O **bastão** “torna-se cetro, símbolo de sabedoria, de poder e de comando, tanto na ordem intelectual e espiritual, como na hierarquia social” (p. 124), diante disso, o cetro

simboliza a superioridade do homem a partir da autoridade que lhe é atribuída (p. 226). Há nele o entrelaçamento de **duas serpentes**, dispostas proporcionalmente no espaço do bastão, fixas em suas faces, remetendo à dualidade do ser entre razão e emoção, mas na tentativa de equilibrá-los (p. 819). A junção desses dois elementos classifica-se como **caduceu** que, conforme Chevalier (2009), representa “o antagonismo e o equilíbrio” (p. 160) o que para os romanos é interpretado como “o equilíbrio moral e a boa conduta” (p.161). Além disso, “evoca o equilíbrio dinâmico de forças opostas que se harmonizam para constituir uma forma estática e uma estrutura ativa, mais altas e mais fortes” (p. 162). Neste caso, remete à totalidade e exuberância do próprio edifício.

O **compasso** é considerado “símbolo do dinamismo construtor” (p. 269) e o **esquadro** em formato de L “traduz a atividade e o dinamismo” (p. 401), quando associados remetem ao tempo e ao espaço e simbolizam espiritualidade e materialidade, respectivamente (p. 269).

Quanto aos elementos que compõem o Brasão de Armas do Estado do Amazonas, de acordo com Braga, indicam:

[...] a confluência dos rios Negro e Solimões, na sua elipse, e em campo azul que representa o céu do Brasil, uma estrela indicadora da paz e do progresso; na junção dos rios um barrete frígio, símbolo da lealdade do Amazonas à República. Em campo verde, identificando as florestas, duas setas e duas penas entrelaçadas e cruzadas representam a civilização moderna.

Tudo se faz acompanhar do símbolo da navegação com a inscrição das datas de 22 de junho de 1832, na qual o Amazonas se fez independente pelas armas, e a de 21 de novembro de 1889, quando aderiu à República. No alto pode-se ver o sol e a águia amazonense a simbolizar a grandeza e a força. Do lado direito, os emblemas da indústria e do esquerdo, o do comércio e da agricultura.

O Brasão d’Armas do Estado do Amazonas foi instituído pelo Decreto 204, de 24 de novembro de 1897, firmado pelo governador do Estado, coronel José Cardoso Ramalho Júnior, publicado no Diário Oficial do Estado e regulamentado pelo Decreto n.º 10.534, de 16 de setembro de 1987. (2001, p. 20).

Outro elemento visível nesta fachada são as representações semelhantes a cabeças de leões, situados nas laterais do Brasão, as quais expressam feições de surpresa e/ou espanto.



Figura 17: Brasão e detalhes da fachada do edifício da Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Evidenciados em posição elevada e adornados pela representação de uma moldura, são destacados como guardiões desse edifício-monumento, pois, segundo Chevalier, a figura simbólica do leão também remete ao poder, sabedoria e justiça (2009, p. 538). Este uso de aspectos estruturais em formato artístico ornamental é um recurso bastante peculiar no estilo Neoclássico, o que pode ser compreendido a partir das palavras de Cragoe:

Formas de animais podem ser usadas de diversas maneiras como elementos de decoração. Como acontece com as figuras humanas, partes de uma edificação podem assumir formas animais, interagindo visualmente com o restante da composição arquitetônica. Animais podem servir também como motivos ornamentais, sozinhos ou combinados com outros motivos como folhagens, florais ou seres humanos. (...) animais retratados de forma natural são uma característica dos períodos Clássico e Neoclássico. (2014, p. 232).

Estas figurações de representações de animais dialogam com a decoração floral de rosetas revestidas por uma guirlanda de folhagens em baixo-relevo que adornam o semicírculo superior dos dois círculos expostas no frontão da fachada, no andar superior logo acima das janelas centrais, visto que as rosas são “um dos motivos mais comuns em todos os estilos históricos” (CRAGOE, 2014, p. 237).

De acordo com Bussagli (2004, p. 18), estruturas retangulares eram adequadas a construções estruturais de templos e monumentos. Nesse sentido o triângulo posto no topo do edifício remete a essa concepção, evidenciando, por meio do Brasão, aqueles que o materializaram. Neste caso, fazendo referência aos feitos do Governo, especialmente a partir da engenharia aplicada no empreendimento arquitetônico da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. Além disso, remete à efetiva inserção da sociedade amazonense no

cenário cultural letrado a partir da edificação desse espaço público composto de um rico acervo bibliográfico com obras nacionais e internacionais.

Após o último restauro do edifício sede da Biblioteca, finalizado e entregue à sociedade no dia 31 de janeiro de 2013, o prédio assumiu as cores amarelo e vermelho. A primeira remete à “eternidade” (p. 40), representa “a cor da terra fértil” (p. 41), sendo considerada “a cor da luz, do ouro, da intuição” (p. 280), porém, também, retrata o “declínio” (p. 41). Neste sentido, podemos compreender a escolha dessa cor como uma referência ao período de crescimento econômico da região, em virtude do comércio da borracha. O vermelho escuro “representa não a expressão, mas o mistério da vida” (p. 944), é a cor da beleza, riqueza e imortalidade (p. 946). Desta forma, simboliza a monumentalidade do edifício e, assim, dialogam no intuito de perpetuar o prédio da Biblioteca Pública do Amazonas ao rememorarem um período de riqueza e declínio de uma época econômica, mas que se immortaliza por meio do conhecimento propagado nos livros pertencentes ao seu acervo.



Figura 18: Detalhes da fachada da Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Quanto à estrutura de ferro aparente, são utilizados tanto na composição da fachada quanto na decoração de ambientes internos, destacam-se no espaço externo as estrelas no centro do círculo ornamentado pelas folhagens, os dezessete gradis dispostos na estrutura

do subsolo e uma porta de acessibilidade pela Rua Henrique Martins. Aplicações de linhas artísticas e detalhes sinuosos expressas no ferro remetem às características *Art Nouveau*,

Movimento na arquitetura e artes aplicadas européias desenvolvido principalmente na França e Bélgica, caracterizado por formas dinâmicas e orgânicas sinuosas e fluidas, ornamentos naturais e uma vigorosa negação de qualquer traço histórico. (...).

O estilo buscou referências na tradição Barroca, Gótica e Mourisca, mas principalmente evitou regras. A *Art Nouveau* explorou a máquina e revelou as possibilidades dos azulejos decorativos e do ferro forjado. Foi uma tentativa deliberada de terminar com as imitações de estilos do passado. Em lugar disso propunha um tipo livre de arquitetura que integrava as artes e o artesanato às formas arquitetônicas. (BURDEN, 2006, p. 56).

Esse estilo é evidenciado na arquitetura da porta central, na qual se destacam elementos decorativos.

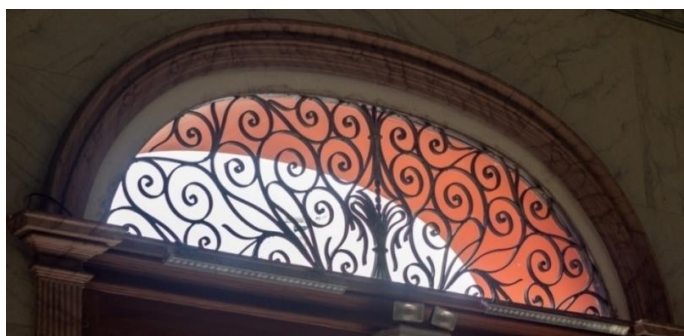


Figura 19: Elementos decorativos na porta principal da Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Todavia, é a partir da magnífica escadaria no hall de entrada, fabricada em Glasgow (Escócia) que vislumbramos esse estilo com mais intensidade nas ornamentações do ferro em toda a sua estrutura, conforme descreve Judeth Costa, em relatório técnico de restauração:

São vinte degraus de cada lado em curva, com um patamar e dezessete degraus em linha reta, e todo o guarda-corpo é formado por desenhos em linhas sinuosas e folhagens, como se fosse uma sequência de rendilhados, em clara menção ao art nouveau, todo ele contornado com uma arrecada. No lateral, rosáceas em relevo. Nos espelhos dos degraus há vazados lembrando um rendilhado (COSTA, 2011 *apud* BRAGA, 2013).

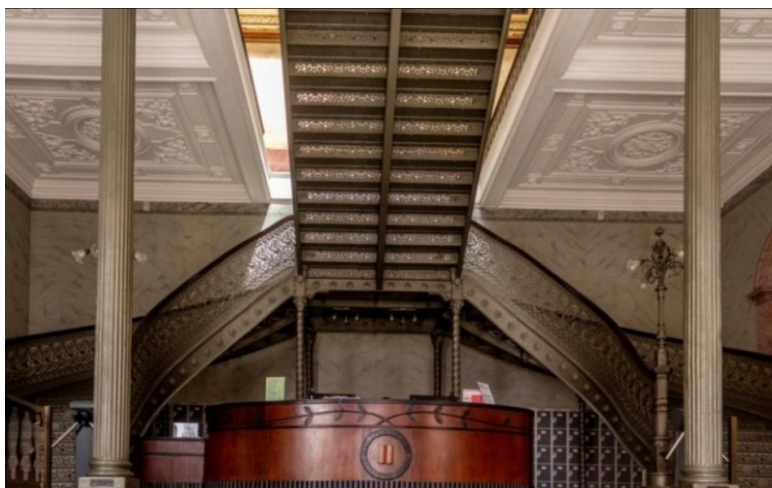


Figura 20: Escadaria e hall de entrada da Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.



Figura 21: Luminária acoplada à escadaria da Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

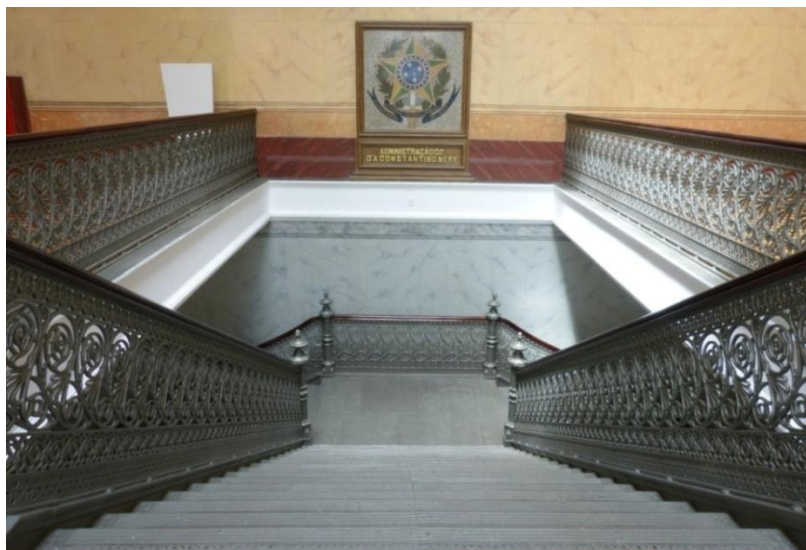


Figura 22: Escadaria de ferro da Biblioteca Pública do Amazonas, vista do andar superior.

Fonte: Acervo cedido pelo Governo do Amazonas/SEC/Ateliê de Restauro, 2013.

O piso do hall da entrada principal é estruturado em ladrilho hidráulico (BITTENCOURT, 1910 [1911], p. 35), com estilo artístico em formato semelhante ao de mosaicos, em dois formatos. No salão Genesino Braga os ladrilhos assumem um desenho diferente, com destaque para as cores: vermelho, branco e cinza.



Figura 23: Pisos do hall de entrada da Biblioteca Pública do Amazonas.

Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.



Figura 24: Piso e rodapé do salão Genesino Braga na Biblioteca Pública do Amazonas.

Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Esse material é muito utilizado devido à durabilidade e estética do produto, porque os ladrilhos

[...] são constituídos por duas camadas facilmente reconhecidas, a decorativa e a base. A primeira é a parte superior do material que fica aparente quando assentado. A segunda corresponde ao suporte da decoração, e geralmente apresenta impresso no seu tardo [corresponde à face inferior do ladrilho], o nome e/ou a marca da fábrica que o produziu. A grande diferença do ladrilho para outros revestimentos é que ele não tem uma camada de pintura e nem possui impressão, mas sim uma camada decorada por volta de 5 mm, o que garante a maior durabilidade da decoração (GESTER, 2013, p. 23, destaque nosso).

A arte destacada nas aplicações desses ladrilhos contrastam com as influências neoclássicas visíveis na estrutura e formato dos pisos do salão Thália Phedra Borges dos Santos (andar térreo), do hall superior e dos salões Maria Luiza de Magalhães Cordeiro e Lourenço Pessoa (andar superior), visto que são usadas “(...) duas madeiras locais, formando desenhos diferentes para cada ambiente, mantendo-se nessa prática uma herança colonial” (DERENJI, p. 301). Nesses pisos foram utilizadas as madeiras acapu e pau-amarelo, contrapostas e intercaladas por suas cores específicas, amarelo e marrom, traçando retas paralelas e diagonais em formato de losangos.

Essa estrutura do piso em composições geométricas pode ser entendida como uma alusão aos rios *Negro* e *Solimões*. Uma espécie de representação da confluência desses rios ao longo do percurso de suas águas, que remetem aos “movimentos convergentes e divergentes” (FRANZINELLI, 2011, p. 588) e não fixos, visto que vislumbramos imageticamente essa aproximação, distanciamento e alinhamento das águas, “de uma ou outra margem, dependendo da preponderância de um ou outro fluxo” (FRANZINELLI, p. 592), conforme ilustrado nas figuras a seguir.

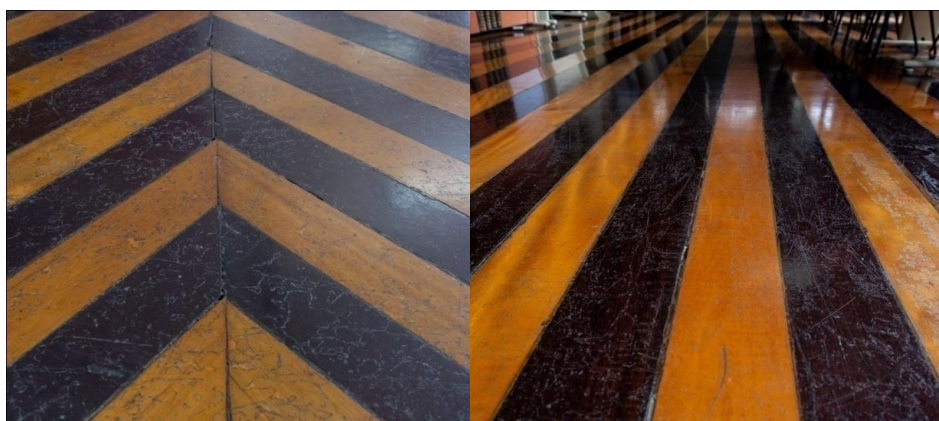


Figura 25: Pisos dos salões Maria Luiza Cordeiro e Thália Phedra Santos, na Biblioteca.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.



Figura 26: Salão Maria Luiza Cordeiro, na Biblioteca.

Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Além de remeter a uma paisagem amazônica, a seleção destas madeiras justifica-se por sua durabilidade e resistência às ações naturais, pois as madeiras acapu são ideais às construções de “assoalhos e outras aplicações, por serem muito duráveis naturalmente (de 15 a 20 anos em contato com o solo)” (GOMES; MELO; SILVA; 2005, p. 2). A madeira pau-amarelo é de semelhante qualidade, “sendo muito durável em contato com o solo” (MARGALHO, 2014, p. 3).

Quanto às portas de acesso aos salões, no andar térreo, são arcadas, amplas e fabricadas em madeira regional. As dos salões do andar superior possuem contornos arcados e com pinturas retratando aspectos do mármore, técnica também aplicada em paredes internas dessa edificação.

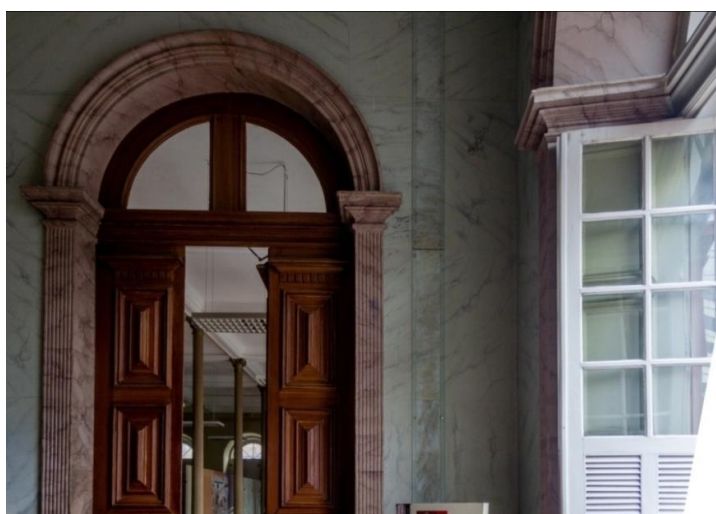


Figura 27: Entrada do Salão Thália Phedra Santos, na Biblioteca.

Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

No andar superior, acima do nível dos arcos que contornam as portas, destacam-se os altos-relevos triangulares com detalhes decorativos que representam motivos florais, folhagens com um fruto tropical ao centro (Fig. 27), o que também remete à estrutura triangular vista no topo central da fachada da edificação. Esses adornos decorativos são igualmente representados acima das duas janelas paralelas à janela central, visíveis internamente pelo hall deste andar.



Figura 28: Triângulo adornado exposto acima das portas dos salões do segundo andar da Biblioteca.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

São notórios os diferentes tipos de materiais utilizados na estrutura do prédio sede da Biblioteca Pública do Amazonas, tais como madeira, vidro, ferro, entre outros recursos possibilitados a partir do estilo eclético adotado.

Deve-se reconhecer que, em muitos casos os componentes arquitetônicos assumiram um papel determinante na caracterização do espaço. Principalmente nos fins do século XIX e início do século, quando o ferro fundido reassumiu sua vocação plástica. (...) cabe citar o vestíbulo da Biblioteca Pública de Manaus (...) que tem, aparentes, colunas de ferro e uma magnífica escadaria também de ferro, da fábrica de “WALTER MACFARLANE” de Glasgow. O edifício é todo em alvenaria de tijolos, construído num estilo eclético, que explora o vocabulário formal clássico (SILVA, 1986, p. 98-99).

As colunas são visíveis tanto na entrada do prédio quanto nos salões. Todas oriundas da fábrica de ferragem Walter Macfarlane & Co. (Glasgow, Escócia). Conforme observado nas imagens abaixo, possuem estrutura em estilo canelada vertical “com sulcos côncavos e paralelos no seu fuste” (CRAGOE, 2014, p. 248)



Figura 29: Salão Genesino Braga, andar térreo da Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.



Figura 30: Base de coluna, com a marca do fabricante Walter Macfarlane.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

No andar superior há um amplo hall, utilizado para exposições. Destaca-se na parede a tela *Redenção do Amazonas*³³, do artista plástico Francisco Aurélio de Figueiredo e Mello. Esta obra faz alusão ao pioneirismo do Amazonas na libertação dos

³³ A respeito dessa obra, sugere-se a leitura da dissertação *Estudos Iconográficos das obras pictóricas de Aurélio de Figueiredo pertencentes a acervos da cidade de Manaus* (MARTINEZ, 2018). Disponível em: <<http://www.pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/31-15.pdf>>. Acesso em: 26/03/2019.

afrodescendentes escravizados, oficialmente reconhecidos como cidadãos a partir de 10/07/1884.



Figura 31: Tela Redenção do Amazonas, andar superior da Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Outro detalhe desse salão é o teto em estuque³⁴. Decorado em relevo e configurado em formato de trapézio, no total de quatro, que convergem em sua centralidade superior para uma clarabóia³⁵ em ferro com laterais ornamentais, coberta por telhas em vidro transparentes.

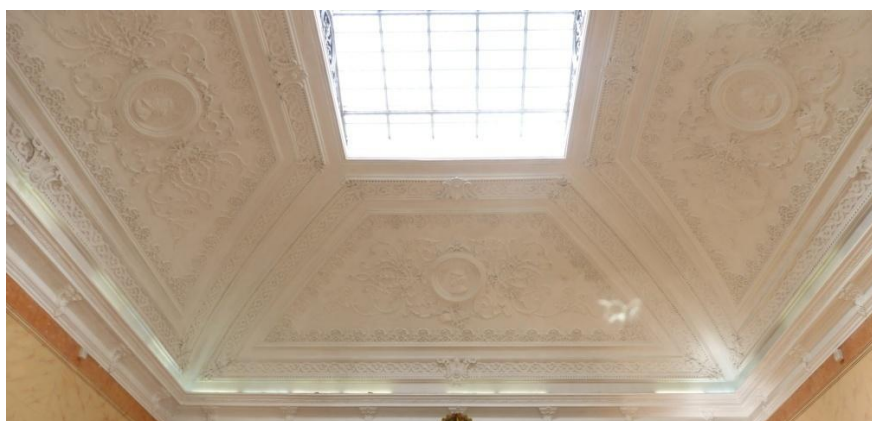


Figura 32: Estuque, teto do hall do andar superior, Biblioteca Pública do Amazonas, s/d.
Fonte: Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/SEC/Ateliê de Restauo.

³⁴ “A definição de estuque é muito ampla, em função da diversidade das técnicas empregadas (...). É possível encontrar designações associadas, tanto às técnicas de execução, como às composições ou ao tipo de ornamentação. (...) as principais matérias-primas, gesso e cal, deram origem a inúmeras técnicas de revestimentos e de decoração.” (ROZISKY, 2017, p.11).

³⁵ “Abertura em telhado que é coberta com material transparente ou translúcido e usada para deixar passar luz natural ou difusa ao recinto abaixo.” (BURDEN, 2006, p. 94).

Conforme descrito no relatório de Márcia Castro, “(...) em formato de abóbada quadripartida, de composição simétrica, encimado por clarabóia de seção quadrangular, nesta área apresenta telhas de vidro planas, tipo Marseille, estruturada por armação de ferro, de fabricação escocesa, apoiada por duas peças triangulares decoradas” (2018, s/p).

Além disso, evidenciam-se medalhões circulares em baixo-relevo, destacados nos centros dos trapézios moldados no estuque do teto, que “(...) possuem a mesma configuração – painel central decorado, trapezoidal (ornato de encher), contornado por três molduras, acompanhando seu formato, sendo as duas mais externas lisas e a intermediária, ornamentada (ornato de união)” (CASTRO, 2018, s/n).

Os nomes das personalidades são destacados acima dos perfis centralizados nos medalhões, todos ornamentados com uma coroa, conforme observado na Figura 33.

Augusto Teixeira de Freitas: abaixo desse medalhão há a representação de livros, um aberto e dois fechados; um tinteiro e duas penas, entrelaçados por ramos de folhas. A letra “D” inicial remete ao título de doutor, termo jurídico, devido à função de jurisconsulto que Freitas exerceu no período imperial (BRAGA, 2013, p. 172).

Antônio Gonçalves Dias: nesse trapézio há a representação de pergaminhos (um aberto e outro em rolo), uma pena, um livro impresso com a descrição “OMERO”, em alusão às obras de Homero, e aparentemente um tipo de lira. Acima desses elementos há uma espécie de guirlanda de folhagens em formato semicircular. Tais elementos remetem à simbologia lírico-literária, ressaltando tanto a figura do poeta retratado no medalhão quanto o anseio por uma sociedade cada vez mais intelectual e letrada.

Antônio Carlos Gomes: observa-se representação semelhante ao elemento artístico identificado no estuque de Gonçalves Dias, uma espécie de lira entrelaçada a um ramo de folhas. Além disso, também são retratadas três partituras e uma espécie de corneta. Nesse sentido, remetem simbolicamente à música e exaltam a figura de Carlos Gomes³⁶, compositor brasileiro que, no Amazonas, foi prestigiado principalmente pela composição *Il Guarany*, ópera destacada em algumas temporadas no Teatro Amazonas (PÁSCOA, 2000, p. 387-390).

Johannes Gutemberg: abaixo desse medalhão é representada uma pena entre um rolo e uma prensa de metal, entrelaçados por ramos de folhas. Esses elementos fazem

³⁶ Para mais informações sobre Carlos Gomes, ver o capítulo *Para um retrato do mito gomesiano*, in: COELHO, Geraldo Mártires. **O brilho da supernova: a morte bela de Carlos Gomes**. Rio de Janeiro: Agir, 1995, p. 19-39.

alusão ao processo tipográfico que teve Gutenberg como um dos representantes mais reconhecidos.



Figura 33: Medalhões expostos no forro estucado, teto do andar superior da Biblioteca.

Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Ademais, nessa edificação, pode-se observar a existência de fragmentos que remetem às origens do prédio, demonstrado na prospecção da pintura original; em uma parte do teto que foi mantido após o incêndio de 1945 (Salão Lourenço Pessoa); ou, ainda, no desgaste do piso que se revelam ao longo do *tour* na Biblioteca.

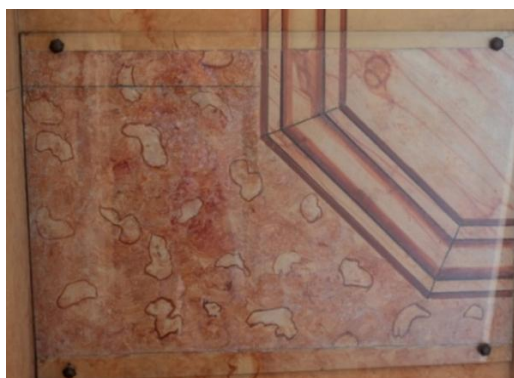


Figura 34: Prospecções de parte da pintura original, parede do andar superior da Biblioteca.

Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.



Figura 35: Parte do forro original, teto do salão Lourenço Pessoa, andar superior da Biblioteca.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.



Figura 36: Piso original, entrada do Salão Thália Santos, andar térreo da Biblioteca.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

O exposto coaduna-se com o pensamento de Calabrese a respeito da linguagem da arte e, ainda, valida esse edifício-monumento com “significado emblemático” (PÁSCOA, 1997, p.13). Assim, acredita-se que os administradores da esfera política, da Província e do Governo do Amazonas, vislumbravam prédios públicos que representassem o ideal almejado pela sociedade naquele período, por meio de edificações que demonstrassem o contexto específico proporcionado ao Amazonas a partir do desenvolvimento econômico e social vivenciado na cidade de Manaus. Um legado histórico e artístico revelando seus feitos à posteridade. Consoante as palavras de Barbalho, esse edifício

[...] é uma manifestação de linguagem para contemplação dos transeuntes. Sob o olhar do usuário, essa imagem comunica sua função, seus significados plásticos e icônicos, afirmando sua presença no contexto onde se insere, provocando ou não os passantes e despertando, no público, sentidos que variam de acordo com a aparência geral do objeto (2002, p.5).

Considerando-se a perspectiva exposta ao longo deste capítulo, o quadro abaixo sintetiza as principais características artístico-arquitetônicas do edifício sede da Biblioteca

Pública do Amazonas, sendo possível vislumbrá-lo não apenas como um bem cultural material, mas também como um objeto artístico na visualidade urbana de Manaus.

Leitura Iconográfica do Edifício-Monumento Biblioteca Pública Estado do Amazonas	
Dados do edifício: Endereço: Rua Barroso, nº 57, Centro, Manaus/AM Período de Construção: Entre os anos de 1905 até 1910* *Inauguração parcial (Arquivo e Estatística): 15/11/1907 *Reinauguração (Biblioteca): 05/09/1910 Tombamento: 12/04/1988 (Decreto n.º 11.033)	
<p>Descrição</p> <p>Pré- iconográfica</p> <p>(Tema primário ou natural)</p> <p>“É apreendido pela identificação das formas puras (...) reconhecidas como portadoras de significados primários ou naturais pode ser chamado de mundo dos motivos artísticos”. (PANOFKY, 2017, p. 50)</p>	<p>Edificação projetada em três níveis: porão e dois pavimentos, com duas alas em cada. Formato triangular no topo do edifício, evidenciando um Brasão da Biblioteca.</p> <p>Platibandas prolongam as paredes das laterais do frontão triangular, no nível do segundo pavimento.</p> <p>Cornijas nos três níveis do edifício.</p> <p>Formas geométricas visivelmente aplicáveis à edificação, destacando-se o frontão, o piso e o teto.</p> <p>Gradis expostos na estrutura do prédio, visíveis no nível do subsolo e na porta central.</p> <p>Portas e janelas de madeira, amplas e arcadas.</p> <p>Porta em ferro proporcionando acessibilidade pela Rua Henrique Martins.</p> <p>Parapeitos em balaústres.</p> <p>Salões amplos.</p> <p>Colunas visíveis no hall de entrada e em alguns salões.</p> <p>Ornamentações representando aspectos naturais: flores, folhagens, fruto.</p> <p>Ornamentações representando aspectos de animais: duas cabeças de leões na fachada do edifício, nas laterais do brasão.</p> <p>Elementos decorativos em ferro.</p> <p>Escadaria em pedra.</p> <p>Escadaria em ferro.</p> <p>Piso em madeira e ladrilho hidráulico.</p> <p>Forro em estuque decorado.</p> <p>Clarabóia quadrangular, em ferro estruturado em formato triangular com detalhes decorativos em suas laterais; coberta por telhas transparentes.</p> <p>Telhas transparentes visíveis apenas no nível da clarabóia.</p> <p>Pinturas externas nas cores: amarelo e vermelho.</p> <p>Pinturas internas, nas paredes, em tons claros.</p>
	<p>Estilo eclético</p> <p>Influências renascentistas (séculos XIX-XX).</p> <p>Influências regionais amazônicas: Ciclo econômico da borracha no Amazonas / período da <i>Belle Époque</i> em Manaus (séculos XIX-XX).</p> <p>Projeto arquitetônico atribuído a José de Castro Figueiredo (formado em Turim/Itália).</p> <p>Construção da edificação de responsabilidade do empreiteiro Dr. Emygdio José Ló Ferreira.</p>

<p>Análise Iconográfica (Tema secundário ou convencional)</p> <p>“é apreendido pela percepção (...), ligamos os motivos artísticos e as combinações de motivos artísticos (composições) com assuntos e conceitos”. (PANOFSKY, 2017, p. 50)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estilo predominante: Neoclássica / Classicizante <p>Construção imponente e exuberante: projeção em três níveis – porão e dois pavimentos, com duas alas em cada; salões amplos e espaçosos.</p> <p>Destaque para os arcos, portas e janelas são amplas e arcadas. Estas aberturas (janelas, portas, clarabóia) evidenciam a grandiosidade da edificação e valorizam a ventilação e iluminação natural.</p> <p>Colunas decoradas: estilo canelada, remetem ao revivalismo do estilo clássico.</p> <p>Cabeças de leões representadas na fachada: configuram-se como guardiões do prédio e remetem ao símbolo de poder, sabedoria e justiça.</p> <p>Brasão: Arco e Flecha – simbolizam o conhecimento. Caduceu (bastão com duas serpentes) – simboliza o equilíbrio. Compasso e Esquadro – simbolizam espiritualidade e materialidade.</p> <p>Elementos decorativos representando aspectos naturais: ornamentações retratam flores, folhagens, ramos, fruto tropical (em alguns elementos em ferro, nas paredes e no teto estucado).</p> <p>Adorno semicircular representando rosetas revestidas por guirlanda de folhagens/ramagens, ao redor dos dois círculos expostas no frontão.</p> <p>Medalhões com perfis de personalidades – alegoricamente representando a sabedoria, o conhecimento e as artes expressas tanto na edificação quanto no acervo, por meio da exaltação à música, literatura, ao jurídico e à imprensa (Carlos Gomes, Gonçalves Dias, Teixeira de Freitas e Gutenberg), associadas aos elementos simbólicos expressos no estuque: uma espécie de lira, corneta, partituras, penas, tinteiro, livros, rolo/prensa de metal, guirlanda e ramos com folhagens.</p> <p>Abóbada quadripartida, ornamentada em gesso estucado suspenso por peças em madeira.</p> <p>Clarabóia quadrangular, em ferro estruturado em formado triangular com detalhes florais e curvas sinuosas decorativas em suas laterais; coberta por telhas transparentes.</p> <p>Telhas: estilo <i>Marseille</i> confeccionadas em barro e, no nível da clarabóia, de estilo plano confeccionada em vidro.</p> <p>Piso em madeira acapu e pau-amarelo expando traços geométricos que remetem imagetivamente aos movimentos das águas dos rios Negro e Solimões (Salões Thália Santos, Maria Luiza Cordeiro, Lourenço Pessoa e Hall superior).</p> <p>Pinturas externas (Fachada): amarelo e vermelho, fazendo alusão ao período áureo de riquezas provenientes da extração do látex e venda de goma elástica no Amazonas. Amarelo – representa a fertilidade da terra e o ouro, mas também retrata o declínio. Vermelho – remete à beleza, riqueza e imortalidade compreendidas na materialidade da edificação, que pode ser contemplada como um objeto artístico.</p> <p>Pinturas internas: textura das paredes em tons claros retratando aspectos do mármore, muito próxima à cor original observadas nas prospecções evidenciadas no edifício.</p> <p>Escadaria em pedra (entrada principal).</p> <p>Exposição permanente da tela <i>Redenção do Amazonas</i> (FIGUEIREDO, Aurélio; 1888), ressaltando o pioneirismo do Amazonas na libertação dos afrodescendentes escravizados; a contar de 10/07/1884.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estilo secundário: Art Nouveau <p>Elementos decorativos ornamentados em ferro, com motivos florais/folhagens ou curvas sinuosas, são visíveis no topo da porta central; nos gradis, condutores de águas, círculos na fachada, clarabóia e, especialmente, na estrutura da escadaria principal.</p> <p>Escadaria em ferro com luminárias acopladas (duas em cada lado): curvas sinuosas com ornamentos rendilhados em adornos florais e folhagens.</p> <p>Piso em ladrilho hidráulico com detalhes semelhantes aos de um mosaico colorido</p>
---	--

	<p>(hall de entrada e Salão Genesino Braga).</p> <p>Forro em estuque decorado com motivos florais e folhagens. Em formato de trapézio e sustentados por vigas em madeira fixadas ao teto, destacam-se, em relevo, medalhões de quatro perfis figurativos e suas respectivas representações simbólicas, que remetem a tais personalidades homenageadas.</p>
--	--

Quadro 6: Síntese iconográfica do edifício-monumento Biblioteca Pública Estado do Amazonas.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2020.³⁷

³⁷ Um **tour virtual** pela Biblioteca Pública do Estado do Amazonas está disponível no canal da SEC/AM, na plataforma *YouTube*: <<https://www.youtube.com/watch?v=JpmKTrWbXE>>. Acesso em: 08/04/2020.

CAPÍTULO III – O discurso valorativo atribuído à Biblioteca Pública do Amazonas

A denominação de “*monumentos*”, usada para essas obras, deve ser entendida não em sentido objetivo, mas em sentido subjetivo. Seu significado e importância não provêm da sua destinação original, mas daquilo que nós sujeitos modernos atribuímos a eles. (RIEGL, 2014, p. 36, destaque nosso)

Neste capítulo foram analisados os dados discursivos propagados no contexto manauara, atribuídos à Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, considerando-se documentos oficiais; obras que versam sobre o estado da arte desta edificação; e textos veiculados em jornais locais. Nesta interpretação, foram identificados valores atribuídos ao edifício da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas durante o período de idealização, materialização e perpetuação deste prédio no contexto urbano manauara.

Partindo desta perspectiva e considerando-se os principais marcos temporais da história desta instituição, foram investigadas três esferas discursivas: política, histórica e jornalística. Na seção *Discurso Político*, foram analisados 12 (doze) Relatórios Governamentais. Em *Discurso Histórico*, 08 (oito) obras, das quais constam livros completos, capítulos (integrais ou parciais), artigo, folheto e revista. Por fim, em *Discurso Jornalístico*, 19 (dezenove) notícias, provenientes de publicações veiculadas nos portais A Crítica; Amazonas Em Tempo e Jornal do Commercio.

3.1 Discurso Político

Nos Relatórios dos Presidentes Provinciais e Governadores do Amazonas³⁸ há evidências de que os líderes políticos idealizavam, a partir de projetos de “embellezamento da capital” (RIBEIRO, 1894, p. 37), atribuir à cidade de Manaus uma nova configuração urbana, a partir de aspectos sociais, culturais e políticos correspondentes ao contexto histórico e financeiro de cada época e gestão administrativa.

No período provincial, há dissonâncias entre alguns pronunciamentos e o constatado na prática, tendo em vista que a Biblioteca Pública Provincial passou por longas datas sem um projeto específico que permitisse sua progressiva atuação na cidade de Manaus, perceptível nos silenciamentos discursivos de alguns líderes políticos durante o período de idealização e fundação dessa instituição. Logo, buscou-se, a partir de um

³⁸ Relatórios disponíveis no sítio eletrônico: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/164/items?terms=&page=2>> .

vocabulário normativo específico, compreender essa edificação arquitetônica enquanto patrimônio público a partir de percepções valorativas propagadas por meio dos discursos oficiais.

Nesse sentido, há que se destacar, primeiramente, a gestão de **José Lustosa da Cunha Paranaguá** (1821-1912), piauiense, bacharel em Direito e militar, que, ao governar algumas províncias brasileiras, tornou-se um líder reconhecido por seus ideais em defesa do abolicionismo no país. No contexto político amazonense, foi eleito Presidente da Província do Amazonas entre 1882-1884 e, durante sua administração, fomentou a criação da Biblioteca Pública Provincial, entre outras instituições e obras públicas iniciadas nesse período. (BITTENCOURT, 1973, p. 305; MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2020).

Em um relatório detalhado, Paranaguá apresentou seu plano de governo aos membros da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 25 de março de 1883, bem como suas ações realizadas até aquela data. Quanto à Biblioteca Pública do Amazonas, ele expôs a proposta orçamentária para o exercício governamental do período de 1882-1883, direcionando “verba de 6:000\$000 para serem gastos com o pessoal, expediente e compra de utensílios de uma bibliotheca provincial” (1883, p. 33). Sua administração vislumbrava, entre outras questões, a instrução pública dos amazonenses, demonstrada pelo seu interesse na “creação de uma bibliotheca publica n’esta capital” (p. 33). Paranaguá se empenhou na aquisição de acervo, sobretudo de livros relativos à história e memória amazônica para estruturar e formalizar a instalação da primeira biblioteca pública em Manaus, que de uma sala de leitura foi transformada em “Bibliotheca Publica Provincial do Amazonas, com cêrca de quatro mil volumes” (p. 34) e instalada, inicialmente,

[...] em um dos consistorios da igreja da matriz da Conceição, em quanto não for construido um **edifício apropriado**, para o que vos peço a necessaria autorisação. Um edificio simples, pouco apparatuso, mas com melhores accomodações, em um dos terrenos pertencentes á provincia, não poderá exceder de 40 a 50 contos de réis. *[sic]* (PARANAGUÁ, 1883, p. 34, grifo nosso).

A expressão “**edifício apropriado**” revela que Paranaguá já havia interesse em construir edificações diferentes daquelas existentes durante o período provincial em Manaus. Embora simples, era condizente com os recursos financeiros provenientes do período de sua gestão pública. Essa atitude pode ser compreendida como uma ação

valorativa a essa instituição, evidenciando-se, nesse caso, o **Valor utilitário ou de uso** e **Valor cognitivo**, tendo em vista o propósito de sua administração em prol de proporcionar aos amazonenses uma biblioteca adequada à leitura e dispondo de um acervo memorial de qualidade. Um legado político que instigou outros representantes políticos a direcionarem maiores recursos às obras públicas, em momento oportuno.

A esse respeito, Eduardo Ribeiro tornou-se um ícone representativo do discurso de progresso, pois suas mensagens lidas no Congresso Amazonense revelam seu posicionamento a favor de mudanças que beneficiassem a sociedade local e, conseqüentemente, o marcassem enquanto líder político. Notório no trecho:

Garanto-vos que procurarei sempre merecer a confiança que o Povo depositou em minha pessoa. Prometo-vos, pela minha honra de cidadão e de soldado, fazer tudo pelo engrandecimento d'esta terra, pela prosperidade de seus dignos filhos, e pugnar pela realidade da federação, como ella foi consagrada no Codigo Politico da Republica Brasileira.

Sem prevenções nem ressentimentos, tenho procurado e procurarei seguir o meu norte, que é pugnar pelos interesses de todos, e pelo engrandecimento do Amazonas.

Ao tomar o compromisso como Presidente eleito, sinto que uma grande responsabilidade peza sobre meus hombros, principalmente nesta epoca de reconstrução, em que grandes e urgentes reformas se fazem sentir.

Eu, por minha parte vos afirmo, empregarei todos os meus esforços, toda minha dedicação para que no mais curto espaço de tempo o Estado tenha as reformas, que reputo necessarias e urgentes. [*sic*] (RIBEIRO, 1892, p. 8).

Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), maranhense, bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, tenente de engenheiros – formado pela Escola Militar (RJ). Tornou-se conhecido por seus ideais revolucionários e republicanos, a partir do período que dirigiu o Jornal *O Pensador* (MA). No contexto político amazonense, foi secretário oficial no gabinete do Governador Augusto Ximenes Villeroy, substituindo-o provisoriamente no período de 1890 a 1891, antes de ser efetivamente eleito Governador do Amazonas para a gestão pública entre os anos de 1892 até 1896 (BITTENCOURT, 1973, p. 194-196; MESQUITA, 2005, p. 282). Notoriamente, Ribeiro marcou a história do Amazonas por meio de sua administração, especialmente ao corroborar algumas das principais transformações urbanísticas da cidade de Manaus, visto que

“O Pensador”, como Eduardo Ribeiro era conhecido, elaborou um planejamento urbano que revela influências diretas daquele que o Barão Haussman concebeu para a reforma de Paris, alguns anos antes. A abertura de ruas em traçado rigidamente reto, a construção de grandes bulevares, com vistosos edifícios ou monumentos públicos em volta e no final, de preferência quando houvesse alicive, e a preocupação com as fachadas dos prédios. (PÁSCOA, 1997, p. 16).

Na prática, esse discurso se materializou, conforme observado na iconografia historiográfica, delineado principalmente nas plantas estruturais da cidade de Manaus, que testemunham tais mudanças almeçadas por Ribeiro.



Figura 37: Planta da Cidade de Manaus. ARANHA, 1852.
 Fonte: ARANHA, J. B. de F. Tenr., 1852. Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/SEC/Ateliê de Restauro.

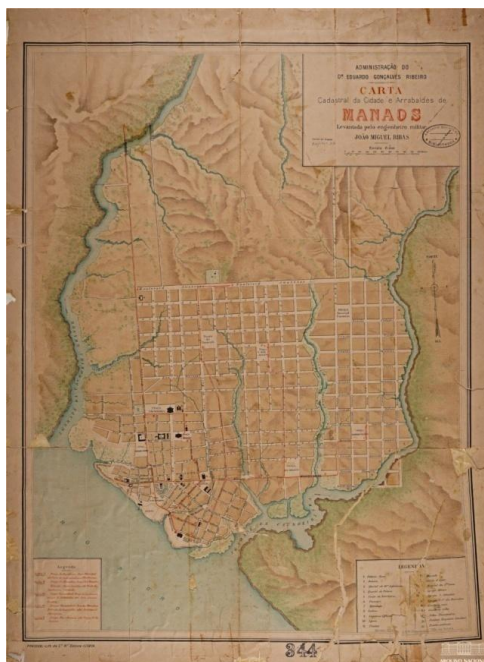


Figura 38: Carta cadastral de Manaus e arrabaldes, levantada por João Miguel Ribas, 1895.
 Fonte: RIBAS, João Miguel, 1895. Arquivo Nacional. Disponível em:
 <<https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/36759714911/in/photostream/>>. Acesso em:
 28/07/2020.

Em mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Amazonas em 10 de julho de 1894, Ribeiro iniciou seu pronunciamento defendendo a República, relatando alguns

acontecimentos do panorama nacional, principalmente acerca da resistência política monárquica à instituição republicana brasileira. Além disso, ele teceu comentários sobre as eleições no país e discorreu a respeito de ações estruturais da política local, expondo detalhes de sua administração.

Nesse relatório, Ribeiro enfatizou seu interesse em executar seu projeto urbano para Manaus, todavia citou não haver orçamento suficiente para todas as construções naquele exercício administrativo. Diante disso, ele solicitou verbas públicas para pôr em prática seus planos de governo em exercícios posteriores, ao ressaltar que “Muitas obras já foram concluídas, outras estão sendo executadas e outras estão projectadas e algumas contractadas e ainda não iniciadas” (RIBEIRO, 1894, p. 37). Desta lista, a edificação da biblioteca consta em obras projectadas:

Estão projectadas:

Alargamentos da rua Ferreira Penna, no trecho compreendido entre as ruas Municipal e 10 de Julho, alargamento da Estrada Epaminondas, no trecho compreendido entre as ruas Municipal e Saldanha Marinho, transformação da rua 13 de Maio em uma avenida de cinquenta metros de largura no trecho compreendido entre a praça da Constituição e o Boulevard Amazonas, prolongamento da Estrada Epaminondas até a colonia João Alfredo, embellesamento das Praças da Saudade, do Rio Branco e da Constituição, arrazamento do antigo cemiterio publico e sua transformação em um jardim, calçamento a paralelepipedos de granito das ruas 7 de Dezembro, Marquez de Santa Cruz, Marechal Deodoro, Avenida de Palacio até a rampa e ruas que dão acesso ao palacio em construção, fechamento das praças de Uruguayana e Reachuelo e prolongamento das ruas Instalação até a de 24 de Maio e Quintino Bocayuva até á Avenida de Palacio e Joaquim Sarmiento até a rua 21 de Novembro, nivellamento da cidade compreendendo os bairros novos afim de regularisar as futuras construções, construção de um hospital de Caridade no terreno do Estado situado a margem esquerda do Rio Negro, a construção de uma Cadeia no terreno do Estado situado no lugar ‘Sacco do Alfêres’, a construção de um hospício para alienados no terreno do Estado situado na Cachoeira Grande á face oeste da Estrada Epaminondas, a construção de um Palacio para o Congresso Estadual no logar em que se acha actualmente a cadeia publica, a construção de predios para as repartições de hygiene, e de segurança e **um palacete para a Bibliotheca** e o Museu, que deve ser novamente organizado, desapropriação dos predios situados em frente a Igreja dos Remedios e construção de uma rampa de embarque e desembarque, continuação do arruamento da parte leste do bairro da Cachoeira e uma ponte metallica ligando a cidade ao terreno em que está situado o predio do Instituto de Artes e Officios. Ha ainda muitas outras obras projectadas, mas que só mais tarde poderão ser levadas a effeito afim de não sobrecarregar demasiadamente os cofres do Estado. [*sic*] (RIBEIRO, 1894, p. 38-40, grifo nosso).

O termo “**palacete**”, de acordo com o Dicionário Caldas Aulete da Língua Portuguesa, corresponde a um “Pequeno palácio” ou uma “Casa grande e luxuosa, mansão” (2008, p. 733). Compreendido dessa forma, essas duas definições remetem à

grandiosidade que se pretendia para a construção da edificação que abrigaria o acervo literário e documental da sociedade amazonense, conforme vislumbramos no projeto arquitetônico e na planta baixa do edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas. Nesse sentido, identificam-se as categorias: **Valor estético-histórico**, **Valor histórico** e **Valor artístico**, tendo em vista a grandiosidade e exuberância que foi pretendida para essa edificação.

No Relatório do Governador Silvério José Nery (1901) constam anexos os relatórios elaborados pelos chefes das repartições do Estado, de diversos setores públicos, entre os quais o relatório do *Inspetor do Thesouro Publico do Estado do Amazonas*, datado de 20 de junho de 1901 e assinado por Felipe Santiago Minhós, no qual há indícios de verbas públicas destinadas a “Aquisição de um **prédio** para a **Bibliotheca**”, evidenciadas no *Quadro Demonstrativo da Despesa Extraordinária Efetuada no Exercício de 1900* (MINHÓS *apud* NERY, 1901, s/n, Anexo N. 3). Nesse quadro há a descrição de reserva da importância de “487:225\$000”, crédito que contemplaria o Decreto n. 388 de 17 de janeiro de 1900. Tal citação remete à Categoria de **Valor econômico**.

Silvério José Nery (1858-1934), amazonense, cursou Agrimensura na Escola Militar (RJ). Na carreira política foi vereador, deputado, governador, senador; além de ter exercido outros cargos político-partidários ao longo de sua vida pública. Foi eleito Governador do Amazonas em 1900 (BITTENCOURT, 1973, p. 458-459). Em Mensagem lida, perante o Congresso dos Representantes no Relatório de 10 de julho de 1904, ele apresentou a prestação de contas de seu governo, evidenciando-se as efetivas realizações durante sua administração. Entretanto, seu relato acerca da edificação da Biblioteca Pública há apenas um parágrafo, conforme transcrição abaixo:

E’ objecto dos meus cuidados a **criação de uma bibliotheca**, annexa ao archivo, onde as autoridades possam ir tomar ensinamentos nos jornaes nacionaes e estrangeiros que tratem de assumpto policial, bem como nos livros que disserem respeito a tão árduas funcções. Dentro das forças do orçamento da repartição encommendei a uma casa editora na Europa livros imprescindiveis ao gabinete-medico, formando um núcleo de bibliotheca onde os médicos legistas dissipem duvidas que, em virtude de algum caso grave, talvez possam ter. [*sic*] (NERY, 1904, p. 216, grifo nosso).

A palavra **criação** ao significar “Ação ou resultado de criar” (AULETE, 2008, p. 282) amplia o campo de sentidos para esse contexto histórico, pois, a partir dessa materialidade textual e pelas sucessões governamentais, podemos compreender a gestão de Silvério Nery como coparticipante na idealização dessa instituição pública, por ser também

responsável em dar continuidade aos projetos elaborados por seus antecessores. Todavia, sua participação nessa idealização se observa apenas na mudança da idealização estrutural inicial, tendo em vista que a *Bibliotheca* funcionaria anexa ao *Archivo Publico*. Silenciando-se, neste contexto histórico e social, um ideal de projeto único, de um *palacete* próprio.



Figura 39: Placa informativa, detalhes da fachada da Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Além disso, é explícito o propósito e o público-alvo para o qual a instituição foi idealizada nesse contexto, inicialmente com intuito de atender aos interesses específicos de um público seletivo de autoridades, intelectuais e estudiosos da sociedade amazonense do período em questão. Nesse sentido, é notória a categoria: **Valor utilitário ou de uso**. Entretanto há que se pensar que ao longo do período de criação, existência e resistência da Biblioteca Pública do Amazonas tanto as atribuições de valores quanto seus usos foram adaptados aos efetivos usuários, pois “o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos” (ARGAN, 2005, p. 228).

Quanto à execução de tal empreendimento arquitetônico, as obras de construção do edifício sede da biblioteca foram iniciadas e parcialmente concluídas durante o governo de Constantino Nery, tendo em vista que à reinauguração da edificação (1910) acrescentou-se o acervo da Biblioteca Pública, somente após a conclusão total das obras no prédio. Conforme citações destacadas dos relatórios governamentais relatados a seguir.

Antonio Constantino Nery (1859-1926), amazonense, Oficial do Exército formado pela Escola Militar de Realengo (RJ). Seu ingresso na política local ocorreu a partir de 1900, exercendo o cargo de senador e governador, este último durante os anos de 1904 a 1908, período no qual deixou seu legado histórico,

No governo em apreço, pelo natural fenômeno da valorização da borracha, as rendas públicas aumentaram consideravelmente, fato que teria de influir na prosperidade geral do Estado.

Pôde assim Constantino Nery realizar obras notáveis, grandes e sólidas, que não de se perpetuar, futuro além. Entre elas, o **edifício da Biblioteca Pública (...)** [*sic*]. (BITTENCOURT, 1973, p. 171, grifo nosso)

Conforme constata-se na área externa e interna do edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas:



Figura 40: Placa inaugural, detalhes da fachada da Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.



Figura 41: Letreiro fixo à parede interna, andar superior da Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Nos Relatórios de Governo, prestações de contas dos exercícios administrativos de **1905, 1906 e 1907**, constam mensagens lidas em 10 de julho dos respectivos anos citados. Neles observa-se o empenho desse líder político em prol da construção do edifício sede para abrigar a primeira Biblioteca Pública do Estado. Composto de dois volumes, o Relatório referente ao ano de 1905 é o mais extenso dos três relatórios supracitados. Nos quais são apresentadas, aos membros do Congresso dos Representantes, informações acerca dos detalhes das ações e dos projetos propostos em sua administração, além de quadros descritivos e dados expostos pelos chefes das repartições públicas com intuito de respaldar seus pronunciamentos.

No tocante à Biblioteca Pública, ressaltam-se os trechos evidenciados abaixo:

A *Bibliotheca Pública*, hoje anexa ao Archivo, não tem uma instalação conveniente, por falta de *predio* que lhe seja *adequado*.

De accôrdo com os poderes que me concedestes, já dei início á *construção* de um *edifício* a ella destinado, em o terreno situado ao lado da Imprensa Official.

A *posição central* que este terreno tem na cidade e os planos pelos quaes estão sendo feitas as obras, garantem-lhe as condições que seu destino reclama. [*sic*].

(NERY, 1905, p. 24, Volume I, grifo nosso).

Bibliotheca e Archivo Publico

Foi iniciada a *construção do edifício* destinado á *Bibliotheca* e Archivo Publico, no terreno de propriedade do Estado, situado entre as ruas Henrique Martins, Municipal e Barroso, sendo por esta rua a sua maior dimensão, pelo que nella será construída a *fachada principal*.

Não só pelo *local central*, como pela *posição*, é o *mais apropriado* aos fins á que está destinado o *edifício*. Depois de prompto, será *um dos melhores* e *mais vastos edificios públicos*.

A sua construção está confiada a empreiteiro conhecido e provectoro.

Baias da Prefeitura

Devido á *construção do edifício* para a *Bibliotheca Publica* e Archivo, foram demolidas as baias e suas dependencias, que estavam no terreno destinado áquella *construção*. [*sic*].

(NERY, 1905, p. 187, Volume II, grifo nosso).

Nestes dois trechos do pronunciamento de Constantino Nery (1905), as palavras *edifício* e *construção* são recorrentes, sobretudo por ser um período de efetiva execução das obras públicas projetadas em gestões anteriores, incluindo-se o projeto arquitetônico da Biblioteca Pública do Amazonas.

As expressões *posição central*, *local central* qualificam esta edificação na categoria **Valor econômico**, por dar ênfase ao prédio por sua localização privilegiada na visualidade da cidade de Manaus. Quanto aos termos: *adequado* – “Em conformidade com, consoante com (...) Que se ajustou a” (AULETE, 2008, p. 21); *apropriado* – “Adequado para uma certa situação, propósito ou fim” (AULETE, 2008, p. 76); *melhor* – “O que é superior em qualidade, destaque; o que é mais adequado” (AULETE, 2008, p. 665); *vasto* – “Amplio, espaçoso, extenso” (AULETE, 2008, p. 994); conotam qualidades atribuídas à Biblioteca, ratificando a antiga instalação como não detentora de tais características, que se pretendiam a partir da materialidade predial deste empreendimento idealizado. Nessa perspectiva, podem ser compreendidas, a partir desses termos, as categorias: **Valor histórico**, **Valor artístico**, **Valor estético-histórico** e **Valor utilitário ou de uso**.

No Relatório apresentado em 10 de julho de 1906, Constantino Nery relata a respeito da continuidade das obras da Biblioteca, conforme fragmentos do seu discurso lido no Congresso do Amazonas:

Entre as obras em andamento e em via de conclusão, contam-se: a *Bibliotheca*, Estatística e Archivo Publico, um dos nossos mais *importantes edificios*, que, a par de sua *belleza architectonica*, reúne as melhores condições de *solidez*, e adeantado, como está, aguardando a cobertura metálica, é provável que seja concluído antes de terminar o corrente anno [sic]. (NERY, 1906, p. 34, grifo nosso).

Para enriquecer a *bibliotheca* do Estado, adquiri, por compra, ao dr. Fernando de Castro Paes Barretto, uma importante bibliotheca composta de 2.606 volumes de *obras rarissimas*, que aguarda a instalação do *novo edificio* [sic]. (NERY, 1906, p. 46, grifo nosso).

Nos trechos supracitados, destacam-se as categorias: **Valor artístico; Valor de arte; Valor utilitário ou de uso e Valor cognitivo**; tendo em vista os termos e expressões: “*importantes edificios*”, “*belleza architectonica*”, “*solidez*”, “*obras rarissimas*”, “*novo edificio*”, por materializarem discursivamente as características atribuídas à Biblioteca e ao respectivo acervo.

Quanto ao Relatório de 10 de julho de 1907, enunciado por este mesmo líder político, ressaltam-se os trechos:

O *predio* destinado á *Bibliotheca*, Estatística e Archivo Publico, de que vos falei em minha mensagem passada, acha-se em via de conclusão e será, estou certo, *um dos mais bellos edificios* de nossa capital. [sic]. (NERY, 1907, p. 37, grifo nosso).

A *Bibliotheca* é que maiores defeitos mostra, devidos unicamente a se achar mal installada. Este estado de cousas, porém, tende a desaparecer quando se effectuar a sua transladação para o *predio* que se está concluído á rua Barroso, *edificio apropriado*, adrede dividido para o perfeito funcionamento destas tres secções [*Bibliotheca, Estatística e Archivo Publico*] [sic]. (NERY, 1907, p. 48, grifo e destaque nosso).

Constantino Nery retomou seu pronunciamento, apresentado no ano anterior, destacando que o edifício da Biblioteca estava prestes a ser inaugurado. Nesse enunciado, ele classificou essa edificação como “um dos mais bellos edificios”, expressão que remetem às categorias: **Valor artístico e Valor de arte**, tendo em vista que a palavra *belo* além de destacar os aspectos formais, semanticamente evidencia “Qualidade que provoca admiração” (AULETE, 2008, 129). Quanto ao segundo trecho citado, o adjetivo “apropriado” denota que o edifício é “Adequado para uma certa situação, propósito ou fim” e, conseqüentemente, conota as mudanças estruturais as quais esse período foi marcado historicamente em virtude do contexto socioeconômico, o que ressaltam as categorias: **Valor estético-histórico e Valor histórico**.

Embora Constantino Nery tenha enfatizado em seu discurso que o prédio da Biblioteca estava “em via de conclusão”, a partir do Relatório de Raymundo Affonso de Carvalho, seu sucessor, sabe-se que a edificação não havia sido totalmente concluída, visto que tal fato é narrado por Carvalho, ao citar um fragmento do Relatório da Diretoria de Obras Públicas,

A respeito do edificio do Archivo Publico, Estatistica e **Bibliotheca**, declara ainda o mesmo funcionario: “No rápido exame que fiz por ocasião da inauguração, notei que o soalho dos salões está muito mal feito. Parece incrível que num **edificio de semelhante natureza** se consinta semelhante serviço. Falta collocar as soleiras, serviço que deve ser feito antes das chuvas, para que estas, se infiltrando, não damnifiquem as alvenarias” *[sic]*. (CARVALHO, 1908, p. 40, grifo nosso).

Neste contexto, a expressão “edificio de semelhante natureza” ativa a imaginação dos interlocutores ao idealizarem a natureza de tal edificação, que remete à grandiosidade, imponência, exuberância entre tantas outras características possíveis. Compreendido dessa forma, essa expressão vocabular remete às categorias: **Valor cognitivo, Valor estético-histórico e Valor histórico**.

Raymundo Affonso de Carvalho (1860-?), cearense, exerceu função de comando por meio da patente de coronel, no Batalhão Policial do Amazonas. Na política amazonense, destacou-se como deputado estadual e presidente legislativo. Na ausência do governador Antonio Constantino Nery, em novembro de 1907, assumiu o cargo de Governador do Amazonas durante o período entre 1907 a 1908. Segundo Carvalho, Constantino Nery solicitou licença por motivo de saúde e seu vice-governador, Antonio Clemente Ribeiro, alegou o mesmo motivo e não assumiu a administração pública naquele ano. Em virtude disso e por exercer, na época, o cargo de Presidente do Congresso Legislativo do Amazonas, Raymundo Carvalho assumiu o cargo (BITTENCOURT, 1973, p. 31,32). Essa inserção governamental ocorreu em um momento de oscilação das receitas públicas do Estado, tendo em vista que, nas palavras dele,

[...] Infelizmente todo o nosso mecanismo economico basêa-se no imposto *ad valorem* sobre os productos de exportação, bastando, assim, qualquer especulação commercial para desorganisa-lo. A falta de numerario que se nota nesta praça e tambem a crise monetaria que se manifesta nos mercados consumidores da gomma elastica e outras múltiplas causas que não vêm a pêllo lembrar nesta mensagem, fizeram naturalmente decahir o preço do nosso principal producto e, conseqüentemente, desequilibrar o orçamento da receita, o que veio surprehender-nos no peor momento da nossa vida economica, quando autorizastes gastos superiores ás nossas forças *[sic]*. (CARVALHO, 1907, p. 8).

Esse era o prenúncio do que viria em sua administração, marcada por cortes de gastos e suspensões de obras públicas em andamento, devido às dívidas e empréstimos realizados na gestão de seu antecessor e pelas excessivas quantias a serem investidas em prol da finalização dos empreendimentos iniciados e não concluídos, valores que, segundo ele, o Estado não dispunha naquele momento. Diante desse cenário econômico, a efetiva conclusão dos serviços de acabamentos do edifício da biblioteca foi postergada.

Estes reparos prediais e a conclusão desse edifício ocorreram em 1910, durante a administração de **Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt** (1853-1926), amazonense, que no serviço público atuou em diversos cargos, especialmente, na Secretaria Geral da Província do Amazonas. Na política local, foi deputado, presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas e governador (BITTENCOURT, 1973, p. 77-81).

Embora Antonio Bittencourt tenha ressaltado que, durante sua gestão, os recursos públicos não eram suficientes para atender todas as demandas de obras pendentes, visto que o Amazonas ainda estava em recessão financeira, ele mencionou sobre a retomada das atividades de manutenção das obras com intuito de preservar as construções já existentes. Nesse sentido, em seu planejamento estratégico para finalizar os empreendimentos iniciados por Constantino Nery, evidenciou o equilíbrio financeiro entre receita/despesa, licitações públicas para execução das obras complexas e, em relação aos reparos simples, organização orçamentária preliminar (BITTENCOURT, 1910, p. 37-38). A partir desses critérios,

Na **Bibliotheca Publica**: Assentaram-se a balaustrada e ladrilhos do vestibulo. Este trabalho foi demorado e paciente, porque os balaustres de pedra estavam quasi todos quebrados; as cavas do suporte e do corrimão não estavam certas; embuçou-se e rebocou-se a gesso a área do vestibulo e toda ella foi pintada a oleo; substitui-se parte do roda-pé do salão; collocaram-se 7 soleiras nas janellas. O custo foi de 3:445\$880. [*sic*]. (BITTENCOURT, 1910, p. 39, grifo nosso).

Nessa descrição, percebem-se algumas características formais e específicas do estilo interno dessa edificação, além da ênfase ao custo dos serviços executados, destacando-se as categorias: **Valor artístico** e **Valor econômico**.

Após a instalação da Biblioteca Pública em sua sede própria, em 05 de setembro de 1910, destaca-se a materialidade discursiva constante nos relatórios governamentais de Jonathas de Freitas Pedrosa (1914), Pedro de Alcantara Bacellar (1919) e Alfredo Sá (1925).

Jonathas de Freitas Pedrosa (1848-1922), baiano, médico e professor. No Amazonas, atuou como docente de Língua Francesa no Liceu Amazonense e na Escola Normal, posteriormente, exerceu o cargo de diretor-geral da Instrução Pública. No âmbito da saúde, exerceu a medicina no Instituto Amazonense e na Câmara Municipal de Manaus. Quanto ao cenário político amazonense, foi eleito senador e governador, este último exercido durante o período de 1913 a 1917 (BITTENCOURT, 1973, p. 291-292).

No pronunciamento realizado em 10 de julho de 1914, lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas, Jonathas Pedrosa iniciou seu discurso situando o contexto ao qual o Amazonas vivenciava naquele ano, em consequência do declínio comercial da goma elástica, notório em suas palavras:

Hoje, ao decurso da mais intensa das crises que nos têm affligido, no meio das ruínas de nossas riquezas faceis, dobrados ao vento do infortunio, que a nossa ignorancia e a nossa imprevidencia fizeram fatal, surge, em contraste desproporcionado, frisante da apparencia enganadora da selecção de hontem, a parte sã e forte do povo amazonense, depositaria de costumes brandos e qualidades excepcionaes de solidariedade humana, numa reacção lenta mas segura e intelligente, contra as insinuações da miseria, numa aspiração commum de progresso e civilisação, cujo ideal fatalmente attingido será um dia, talvez afastado pela inercia dos victoriosos de hontem, hoje arruinados, e pela força da concurrencia universal. *[sic]*. (PEDROSA, 1914, p. 6).

Reverbera-se, ainda, o discurso de progresso, mesmo diante de tantos contrastes econômicos e sociais advindos da crise financeira, tendo em vista que, neste cenário, buscavam-se novas fontes de rendas para o Estado em vista de um novo momento socioeconômico. Nessa perspectiva, vislumbravam-se riquezas tais como as experimentadas outrora, porém com a consciência da realidade vivenciada neste contexto histórico. A esse respeito são citados os incentivos governamentais à agricultura, bem como possíveis fomentos à indústria local. Acerca da Bibliotheca, ele menciona que

Sob a direcção do sr. dr. José Duarte Sobrinho, acha-se esta **importante repartição** do Estado, que continúa a prestar relevantes serviços á população. O crescente augmento de visitantes a este **estabelecimento** é uma prova de sua **utilidade** e da necessidade de matel-o com o preciso conforto e, principalmente, de enriquecel-o com obras modernas sobre sciencias, artes etc., etc. Segundo se depreheende do relatorio referido, ha absoluta carencia de obras de nossos escriptores e dos classicos de nossa lingua, o que é de lastimar, por isso que, este departamento publico, destinado a fornecer elementos de **consulta** e **leitura** aos que querem cultivar o espirito, deve possuir principalmente dados sobre a nossa historia passada e o nosso desenvolvimento intellectual presente. *[sic]*. (PEDROSA, 1914, p. 42, grifo nosso).

Nesse fragmento, o vocabulário normativo *importante repartição, utilidade, consulta e leitura* são dispostos com maior relevância. Ao evidenciar que essa *repartição* é *importante* para o Amazonas, compreende-se o **Valor nacional**, sobretudo por ser essa edificação um exemplar representativo da cultura regional. Nesse sentido, à medida que tal instituição presta “relevantes serviços á população” amplia-se tal classificação categorial ao **Valor utilitário ou de uso**, especialmente intensificado pelo vocábulo *utilidade*. Além disso, por ser um *estabelecimento* destinado à *consulta e leitura* propaga-se também o **Valor cognitivo** desta Biblioteca Pública, especialmente por proporcionar tanto o espaço adequado para a leitura quanto um acervo de obras sobre a cultura regional que instigam os habitantes da cidade de Manaus a conhecerem suas origens e perceberem as transformações sociais e urbanísticas vivenciadas neste espaço geográfico.

Posteriormente, durante a administração do governador **Pedro de Alcantara Bacellar** (1875-1927), baiano, doutor em medicina. Na cidade de Humaitá (AM) atuou como médico e, ao ingressou na política local, ocupou o cargo de Superintendente Municipal. Em 1916 foi eleito governador do Amazonas (BITTENCOURT, 1973, p. 42). Em seu Relatório pronunciado à Assembleia Legislativa do Amazonas, em 10 de julho de 1919, Pedro Bacellar iniciou seu discurso narrando o panorama histórico-político nacional e regional, além mencionar suas ações governamentais. Quanto à Biblioteca Pública, ele afirmou ser

[...] um dos justos motivos de **orgulho** do nosso Estado, que se póde gabar de possuir, no genero, uma das **melhores livrarias** do Paiz, pois, á excepção da Bibliotheca Nacional e comparativamente ás do Pará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Espirito-Santo, Rio e São Paulo, nenhuma se avanta á nossa, quer na **instalação**, quer na **organização interna**. (...)

A frequência a esse **departamento** demonstra o **alto apreço** em que é tido, em nosso meio social. [*sic*]. (BACELLAR, 1919, p. 177-178, grifo nosso).

A palavra *orgulho* demonstra a satisfação em usufruir de uma biblioteca considerada por Pedro Bacellar como uma das melhores do Brasil e, ainda segundo ele, detentora de olhares admirados, especialmente daqueles que a utilizam cotidianamente, o que caracteriza um **Valor nacional**. Além disso, no enunciado “*nenhuma se avanta á nossa, quer na instalação, quer na organização interna*” identificam-se as categorias: **Valor estético-histórico e Valor histórico**. Quanto ao vocábulo *apreço*, ao significar “Estima que se tem por ou **valor** que se dá a algo ou alguém” (AULETE, 2008, p. 75, grifo nosso) pode ser associado ao **Valor cognitivo**.

O edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas passou por algumas intervenções relativas à manutenção e conservação. A esse respeito, **Alfredo Sá** (1878-1960), mineiro, advogado, que assumiu o cargo de Interventor Federal do Amazonas em dezembro de 1924 (BITTENCOURT, 1973, p. 58), informou, em seu pronunciamento à Assembleia Legislativa em 15 de dezembro de 1925, que

O **predio** da **Bibliotheca** e Archivo, onde tambem funciona, no primeiro andar, a Assembléa Legislativa, recebeu externamente completa limpeza. Foi feita em toda a fachada e nas partes lateraes **nova pintura**, mudando-se a cor vermelha intensa para cinzento claro, de accordo com a tonalidade observada na reforma dos outros proprios estaduaes. **Substituíram-se as falhas** de vidros nas grandes janellas, todas pintadas a oleo, externa e interiormente, e fez-se concerto integral, apresentando hoje o **imponente edificio** aspecto **novo e elegante**. [*sic*]. (SÁ, 1925, p. 96, grifo nosso).

Nesse trecho supracitado é explícita a atribuição do **Valor de arte**, especificamente a subcategoria de *valor de novidade*, em virtude da intervenção humana em possíveis ações naturais do tempo, notórias nas expressões: *nova pintura*, *Substituíram-se as falhas*, *aspecto novo e elegante*. O termo imponente, aquele que naturalmente “se impõe por sua grandeza” (AULETE, 2008, p. 554) atribui a esta edificação características formais da monumentalidade predial que, compreendido dessa maneira, corresponde às categorias **Valor estético-histórico** e **Valor histórico**.

No gráfico abaixo é possível visualizar um panorama geral das principais Categorias de Valor identificadas na esfera política a partir dos discursos propagados por meio das mensagens e pronunciamentos textualizados nos relatórios governamentais analisados.

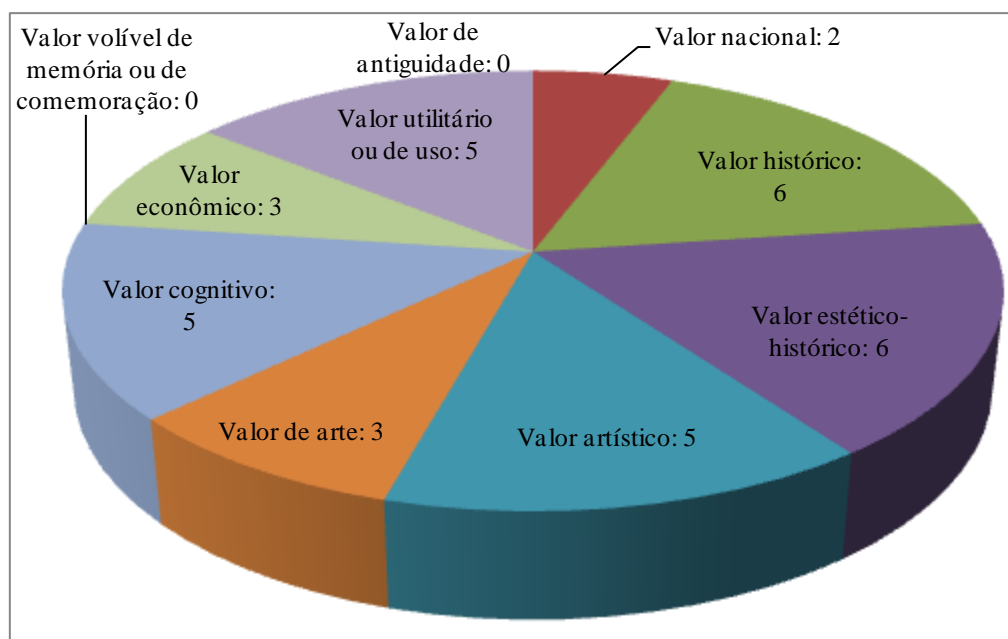


Gráfico 1: Categorias de Valor, provenientes do **discurso político**.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2021.

Diante da materialidade exposta ao longo desta seção, compreende-se o discurso político, nesse contexto histórico, como propagador de ideais de progresso em virtude do período econômico de riquezas vivenciado no Amazonas, considerando-se as Categorias de Valor identificadas a partir dos enunciados textuais selecionados, tendo por base analítica um vocabulário normativo de palavras-chaves e expressões que denotam valorações atribuídas ao edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas. Assim, é possível compreender tal edificação como um *Patrimônio Público* representativo testemunhal do legado deixado pelos representantes políticos, um símbolo arquitetônico do poder econômico e político do Estado do Amazonas desse contexto cultural, pois aos líderes governamentais foram vinculadas a criação, a construção e a inauguração desse edifício monumental como um marco histórico estadual.

Embora, nesta época, a biblioteca tenha sido utilizada apenas por um grupo seletivo de leitores com status sociais bem definidos, percebe-se que tal sociedade, sobretudo por meio de seus líderes e intelectuais, idealizava fomentar o letramento literário à posteridade, visto que

As bibliothecas publicas não são feitas para os ricos, unicos que podem dispôr de todo o seu tempo: ellas miram os sabios, os estudiosos, os pobres, todos aquelles que não possuem os recursos precisos para terem em casa os livros de que necessitam. Nas primeiras horas da noite, o operário que terminar a tarefa do dia,

o empregado de commercio cujo estabelecimento se fechou, o funcionario publico que se acha liberto da faina da repartição, o professor que não mais é reclamado pelas lides da aula poderão frequentar a Bibliotheca, entregar o espirito a uma leitura que, não só os instrua, como os suavise das agruras do trabalho quotidiano. [*sic*]. (RAMALHO JÚNIOR, 1899, p. 21).

Ao atender os anseios da sociedade vigente, por meio da construção deste e de tantos outros empreendimentos públicos, naquele contexto sociocultural, os representantes políticos fomentaram ações de preservação e manutenção da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, tornando-a, posteriormente, um patrimônio coletivo.

3.2 Discurso Histórico

Manaus passou por transformações urbanísticas em virtude da expansão comercial, sobretudo, durante o Ciclo da Borracha, explicitamente narrado nos Relatórios Provinciais/Governamentais, conforme visto na seção anterior. Esse período glorioso favoreceu diversas mudanças sociais e paisagísticas, as quais fomentaram estruturas urbanas e, ainda, possibilitaram o contato com diversas culturas nacionais e internacionais, pois

A prospecção da goma elástica da selva amazônica se fez tão ansiosamente quanto a necessidade mundial de viabilizar muitos inventos importantes, como a eletricidade, o telefone e os pneumáticos para carros, dentre outros tantos. (...). Manaus, primeiro porto por onde passavam as grandes quantidades desta matéria prima tão requisitada, beneficiou-se muito. (...) Aqui foram ganhas e aqui foram aplicadas na melhoria de vida daqueles que as aquinhoaram e dos tantos outros, que mesmo desempenhando funções secundárias, passaram a depender de forma direta ou indireta da exportação da borracha, desfrutando todos uma vida que jamais sonharam. (PÁSCOA, 1997, p. 12).

Outra perspectiva histórico-discursiva é proposta por Otoni Mesquita, ao mencionar que este período de riquezas proveniente do monopólio comercial da “goma elástica de origem vegetal” é apresentado, na visão dele, como uma época de silenciamento da cultura local em detrimento da cultura estrangeira. Ele considera que, ao se exportar a borracha, a partir das influências comerciais, importava-se uma outra mentalidade. Embora houvesse muitos recursos financeiros, segundo ele, naquela época áurea não havia uma cultura genuinamente amazônica devido à busca constante por referenciais culturais europeus (MESQUITA, 2019, p. 130-145).

No entanto, é necessário considerarmos que a existência dessa multiplicidade cultural possibilitou uma nova configuração identitária amazônica, visto que a cultura estrangeira associada à cultura dos imigrantes brasileiros, que se deslocavam para Manaus em busca de trabalho e melhores condições de vida, em contato com a cultura local deu espaço a novos hábitos e costumes, possibilitando outras atitudes e ações da população que se constituía a partir daquele contexto sociocultural. Um período conhecido como *Belle Époque*, que

[...] se caracteriza pela expressão do grande entusiasmo advindo do triunfo da sociedade capitalista nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX (...). Nesse contexto, as cidades assumiram redobrado valor como *locus* da atividade civilizatória, espaço privilegiado para usufruir o conforto material e contemplar as inovações introduzidas pela modernidade. Para isso, as cidades precisavam renovar suas feições de modo a se mostrarem modernas, progressistas e civilizadas (FOLLIS, 2004, p. 15).

Esse ideal, de transformar a cidade em um “espaço privilegiado para usufruir o conforto material”, alterou a paisagem regional ao modificar a geografia urbana, influenciando o cotidiano regional, pois o “(...) aspecto bucólico de zona rural fora substituído pelo de metrópole com os privilégios e confortos da modernidade (nada comuns no resto do país), alcançados de forma tão rápida que ainda hoje surpreende” (PÁSCOA, 1997, 25).

A essa altura, grandes centros urbanos já dispunham de salas/gabinetes de leitura, bibliotecas públicas e/ou particulares e Manaus, no auge de seu empoderamento econômico, não dispunha de uma biblioteca à altura de suas riquezas. E foi, neste contexto, que a Biblioteca Pública do Amazonas foi idealizada e edificada com recursos materiais sólidos, marcando a sociedade intelectual do período e, ainda, na esperança de que se perpetuasse na visualidade urbana de Manaus atendendo aos interesses das futuras gerações. Logo, para compreendermos a história dessa Biblioteca, retomaremos obras citadas no segundo capítulo dessa dissertação e acrescentaremos outras, consideradas relevantes para esta análise intertextual.

A Coletânea de documentos n. 045 (vol. 1) organizada pela Associação Comercial do Amazonas, com a colaboração do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, Diretoria do Arquivo e Biblioteca Pública e Departamento Estadual de Estatística, compilou alguns documentos, entre os quais o artigo *Como Nasceu a Biblioteca Pública do Amazonas*, assinado por Geraldo Pinheiro. Nele são descritas, brevemente, as primeiras

intenções/idealizações da história da Biblioteca Pública do Amazonas, citando-se os respectivos idealizadores e responsáveis pela fundação desta instituição. **Geraldo Pinheiro** (1920-1996)³⁹, amazonense, bacharel em Direito, jornalista e escritor. No contexto jurídico, exerceu função de Subprocurador e Procurador Geral, entre outras funções político-administrativas. Pinheiro também se dedicou à pesquisa científica, no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e em outras instituições.

No artigo mencionado, destacam-se, especialmente, as palavras-chaves e expressões: *criação de uma biblioteca; salão de leitura; livros; Biblioteca Pública Provincial; prédio; imponente edifício*. Esse vocabulário normativo evidencia a importância histórica da Biblioteca Pública do Amazonas, visto que o autor descreve tanto as primeiras ações tanto para a criação da Sala de Leitura e, posteriormente, da primeira biblioteca de acesso público na cidade de Manaus quanto os desdobramentos históricos que a constituíram enquanto instituição pública.

É um relato breve, porém marcante e significativo para a memória desta edificação. Por ter sido um texto publicado inicialmente no Rio de Janeiro e posteriormente veiculado em Manaus, depreende-se de tal atitude um **Valor nacional** atribuído à Biblioteca Pública do Amazonas. Quanto aos termos *salão de leitura* e *livros*, percebe-se a propagação do **Valor utilitário ou de uso**. Por fim, a expressão *imponente edifício* retrata características das categorias **Valor estético-histórico** e **Valor histórico**. Nesta ótica, ao contemplarmos essa materialidade linguística, ativa-se uma memória histórica da época na qual o prédio da Biblioteca foi idealizado e construído, acrescentando-se, ainda, o **Valor cognitivo**, pois segundo Le Goff “monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (2013, p. 486).

Outra obra citada no primeiro capítulo foi o livro *Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas*, de **Genesino Braga** (1906-1988)⁴⁰. Paraense, graduado em Biblioteconomia. Foi docente, jornalista, escritor e pesquisador, membro da Academia Amazonense de Letras e de outros institutos e associações. Na política local, foi deputado estadual, além de ter exercido cargos político-administrativos. Dirigiu a Biblioteca Pública do Amazonas durante o período de 1950 a 1965 (BRAGA, 1989; BRAGA, 2013, p. 189, SEC/AM).

³⁹Para maiores detalhes acerca desta biografia sugere-se consulta ao endereço eletrônico: <<https://geraldopinheiro.site/about/>>, último acesso em: 03/03/2021.

⁴⁰A respeito da biografia do autor, sugere-se a consulta ao informativo acerca da Biblioteca Genesino Braga (SEC/AM) constante no endereço eletrônico: <https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/r065_roteiro_cultural_biblioteca_ge>. Acesso em: 03/03/2021.

Desta obra, destacam-se as palavras-chave e expressões: *história da Biblioteca Pública do Amazonas; Sala de leitura; criação da Biblioteca; edifício novo; edifício-próprio; patrimônio bibliográfico; incêndio*. Esses termos evidenciam a tentativa do autor em perpetuar as reminiscências histórico-memoriais das ações e feitos em prol da criação e permanência da primeira biblioteca pública em Manaus. Entre os termos citados há um vocábulo não citado nos textos anteriores: “*patrimônio bibliográfico*”, que demonstra que Genesino Braga, por ser bibliotecário e diretor desta instituição, propagava um novo entendimento sobre a Biblioteca Pública enquanto detentora de um acervo singular, especialmente por colaborar não apenas para a visualidade estrutural da cidade, mas diretamente para o crescimento intelectual dos habitantes de Manaus, construção considerada um marco histórico no Amazonas.

A partir desse entendimento, por ser esta a primeira obra completa acerca desta instituição pública, ativam-se as categorias: **Valor cognitivo; Valor volível de memória ou de comemoração; Valor nacional; Valor histórico; Valor estético-histórico; Valor artístico; Valor de arte; Valor utilitário ou de uso; Valor econômico**.

O folheto *Biblioteca Pública do Estado* tem produção textual assinada por **Etelvina Garcia**⁴¹, amazonense, jornalista, escritora e pesquisadora. Nesta publicação, por ser uma edição do Governo do Estado do Amazonas, inicialmente é descrito o pronunciamento do governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, em exercício no período entre 1991 a 1994, acerca da restauração do edifício sede da Biblioteca, ocorrida durante sua administração, na qual foram adquiridos novos exemplares para o acervo bibliográfico, além da requalificação do espaço oferecendo ao público a biblioteca infantil *Alfredo Fernandes* e o salão literário *José Lindoso*. Ele destaca a importância desta Biblioteca para a cultura manauara e a necessidade de preservarmos “(...) um dos mais **belos monumentos** da nossa arquitetura. **Marco importantíssimo** na nossa história cultural” (RAPOSO *apud* GARCIA, c. 1994, p. 2, grifo nosso).

Subdividida em dez breves tópicos, nesta obra há um percurso que parte da concepção da sala de leitura até o momento pós-restauro do edifício, durante esta gestão governamental, que nos direciona a compreender esse espaço público como um patrimônio cultural regional. No tópico oitavo, intitulado *Os cuidados da Restauração*, é retratado o processo de restauro tanto da estrutura arquitetônica quanto do acervo bibliográfico e

⁴¹ Conforme informações disponíveis no site: <<http://www.fieam.org.br/sesi/2019/07/17/etelvina-garcia-sera-homenageada-na-3a-edicao-do-flics/>>. Acesso em: 03/03/2021.

iconográfico, a exemplo disso destaca-se a restauração da tela *Redenção do Amazonas*⁴², do artista Francisco Aurélio de Figueiredo Mello. As páginas desse folheto foram ilustradas com registros fotográficos que retratam a manutenção e substituição de peças em madeira e gesso; a prospecção das camadas da pintura, com intuito de identificar a cor original; o redimensionamento das instalações elétricas, entre outros serviços executados na edificação (GARCIA, c. 1994, p. 27-29). As expressões: “belos monumentos da nossa arquitetura” e “Marco importantíssimo na nossa história cultural” classificam o edifício da Biblioteca como uma edificação representativa tanto da arte quanto da cultura regional. Dessa forma, remetem às categorias: **Valor artístico, Valor de arte, Valor estético-histórico, Valor histórico.**

No tópico *Patrimônio Cultural* (10º), ressalta-se a importância da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas para a formação intelectual dos amazonenses em virtude de sua “estratégica posição de **centro bibliográfico e documental** dinâmico, voltado para a sociedade e integrado aos seus macro-questionamentos, estruturado, portanto para apoiar a produção de conhecimento” (GARCIA, c. 1994, p.31, grifo nosso). Ademais, são evidenciados os detalhes da arquitetura interna, com destaque para a escadaria que “é toda feita em ferro rendilhado (...), acentuado por dois bonitos lampadários” e os “**magníficos frontões** das portas de acesso aos salões dão destaque às paredes” que possuem detalhe imitando o mármore (GARCIA, c. 1994, p. 33-34, grifo nosso).

O título do tópico supracitado dá ênfase ao **Valor volível de memória ou de comemoração** por propagar esta edificação como um patrimônio representativo da cultura regional, correspondendo não apenas ao período histórico que usufruiu de muitos recursos financeiros e oportunizou a materialização deste legado simbólico da cultura de outrora, mas que também passou a ser representativo da cultura dos tempos atuais, visto que ao valorizá-lo, a tal ponto de perpetuá-lo na visualidade do Centro Histórico de Manaus, os habitantes da cidade assimilaram esta edificação a partir de outro contexto histórico. Quanto à expressão “*estratégica posição de centro bibliográfico e documental*”, ativa-se o **Valor utilitário ou de uso**, e a expressão magníficos frontões evidenciam o **Valor artístico.**

⁴² A respeito dessa obra, sugere-se a leitura da dissertação *Estudos Iconográficos das obras pictóricas de Aurélio de Figueiredo pertencentes a acervos da cidade de Manaus*, (MARTINEZ, Keyla Morais da Silva, 2018) disponível em: <<http://www.pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/31-15.pdf>>. Acesso em: 26/03/2019.

Para além do contexto exposto nas narrativas mencionadas, Garcia amplia esta visão histórica e memorialista ao acrescentar os aspectos arquitetônicos e estilísticos de forma mais explícita, embora feita sucintamente. A maior materialidade textual e iconográfica desta obra evidencia o processo de restauração da edificação, conforme relato da autora em trecho extraído do tópico *Destaque à cultura* (7º),

Na **restauração** do edifício da Biblioteca Pública, Tombado como **Monumento Histórico do Amazonas**, através do Decreto Estadual N.º 11.033, de 12 de abril de 1988, adotou-se uma metodologia científica de trabalho, visando a **preservar as características de origem** da [casa?], construída na primeira década deste século, e adequá-la ao seu funcionamento nos dias atuais. Teve-se o cuidado de **respeitar as modificações** introduzidas durante as obras de recuperação do imóvel, após o incêndio de 1945, por constituírem um capítulo da história da Biblioteca. (GARCIA, c. 1994, p. 24, grifo nosso).

A partir dessa obra, nota-se a atribuição do **Valor volível de memória ou de comemoração**, visto que a expressão Monumento Histórico associa a edificação ao período histórico do ciclo econômico da borracha vivenciado em Manaus, e por ser simbolicamente um exemplar representativo da cultura amazônica daquela época torna-se um bem público que necessita de maior atenção, justificando-se a ênfase aos restauros e manutenções realizadas no prédio e no acervo.

Percebe-se uma valoração quanto à estrutura originária da edificação, especialmente na expressão “*preservar as características de origem*”, visto que no projeto de intervenção foi enfatizado o intuito de “*respeitar as modificações*” realizadas no prédio em virtude do incêndio ocorrido em 1945, desconsiderando-se as ações naturais do tempo. O que é intensificado na palavra “*restauração*”, pois tal termo corresponde à “recomposição, restabelecimento de algo” (HOUAISS, 2015, p. 823) e, em virtude disso, ativa-se a memória acerca de tais aspectos prediais, depreendendo-se, a partir desse vocabulário normativo, as categorias: **Valor artístico, Valor de arte e Valor cognitivo**.

Outra obra relevante para esta investigação é: *A vida musical em Manaus na época da borracha (1850-1910)*, publicada em 1997 por **Márcio Páscoa**⁴³, amazonense, graduado em Música (UNESP), Doutor em Ciências Musicais e Históricas (UC/Portugal). Atualmente é docente na Universidade do Estado do Amazonas (ESAT/PPGLA), pesquisador e músico.

⁴³Mais informações sobre o autor estão disponíveis em: <<http://lattes.cnpq.br/3633926295444257>> e <<http://www.fapeam.am.gov.br/maestro-marcio-pascoa-fala-sobre-a-relacao-entre-musica-e-pesquisa/>>. Acesso em: 03/03/2021.

Neste livro, Páscoa discorre a respeito do panorama musical vivenciado no contexto manauara durante o período conhecido como ciclo da borracha. Organizado em duas partes, uma expõe o panorama sócio-histórico e a outra detalha especificidades da área musical em Manaus naquele período. A primeira parte foi estruturada em três capítulos, da qual destacamos *O Indivíduo e o Cotidiano*, especialmente a seção 2.2 *Hábitos e Mentalidades*, por conter um fragmento textual sobre a Biblioteca Pública do Amazonas. Nessa seção, o autor descreve de forma sucinta um histórico desta biblioteca, mencionando tanto a inauguração da Sala de Leitura quanto sua institucionalização enquanto Biblioteca Pública. Ele cita os idealizadores, o primeiro diretor, a composição do acervo bibliográfico, além de destacar aspectos da edificação,

Quando inaugurou-se o prédio, a 5 de setembro de 1910, a Biblioteca Pública já possuía cerca de 10.000 volumes, dos quais boa parte ainda não tinha sido catalogada. (...) O acervo da Biblioteca se fez compor ao longo de todos estes anos, de todas as obras que dissessem respeito ao Amazonas, incluindo inúmeras edições estrangeiras. (...).

Como não poderia deixar de ser nas construções de considerável finalidade, feitas em Manaus, a Biblioteca ganhou **prédio amplo e suntuoso**, digno da **importância** que lhe conferiu o desejo e o esforço popular, que teve seu início duas décadas atrás. A partir da primeira década do século XX, a Biblioteca Pública continuaria crescendo. Somando-se a ela as sete livrarias que existiam em Manaus, juntas ofereciam ao público jornais, revistas e livros da maioria dos países europeus, dos Estados Unidos e de todo o Brasil, numa variedade e quantidade invejável. (PÁSCOA, 1997, p. 60, grifo nosso).

O vocábulo *suntuoso* caracteriza o edifício como “luxuoso, magnífico” (HOUAISS, 2015, p. 891), do qual também é destacada a dimensão espacial por meio do termo *amplo*. Tais aspectos somados à *importância* atribuída às instalações da Biblioteca e ao seu acervo bibliográfico, que remetem à valoração correspondente às categorias: **Valor artístico; Valor de arte; Valor estético-histórico; Valor histórico; Valor utilitário ou de uso; Valor cognitivo.**

Outro livro de referência para os estudos de temática regional é a obra *Manaus História e Arquitetura (1852-1910)*⁴⁴, de autoria de **Otoni Mesquita**⁴⁵, amazonense, graduado em Gravura (Belas Artes/UFRJ), Mestre em História e Crítica da Arte (Artes

⁴⁴ Publicação reeditada. MESQUITA, Otoni. **Manaus: história e arquitetura** (1669-1915). 4ª ed revisada e ampliada. Manaus: Editora Valer, 2019.

⁴⁵ Mais informações sobre o autor constam no site: <<http://lattes.cnpq.br/9782950264061807>>, acesso em: 03/03/2021. Quanto a sua produção artística, sugere-se a leitura do artigo *Os mitos e ritos na poética visual de Otoni Mesquita: uma análise iconológica da persona com cabeça de cutia* (CORDEIRO, 2019), disponível em: <<https://revista.uniandrade.br/index.php/ScriptaAlumni/article/view/1480>>. Acesso em: 04/03/2021.

Visuais/UFRJ), Doutor em História Social (UFF). Foi docente no curso de Artes Visuais (UFAM); Coordenador do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas (SEC/AM). Publicou obras sobre história e estética arquitetônica de Manaus.

Nesta obra, organizada em cinco capítulos, Mesquita apresenta a história de Manaus ressaltando aspectos arquitetônicos provenientes do estilo eclético, características marcantes das construções públicas realizadas durante o período da *Belle Époque*. Além de expor os principais exemplares do estilo colonial e neoclássico edificadas durante o período provincial. Quanto à biblioteca, no capítulo IV foi dedicado um tópico específico, intitulado *Biblioteca Pública* (MESQUITA, 1999, p. 256, 1ª ed.) e *Biblioteca Pública do Amazonas* (MESQUITA, 2019, p. 244, 2ª ed.), seguido do tópico denominado *Aspecto Formal*.

Na primeira edição o autor iniciou o texto considerando a data de inauguração da Sala de Leitura (19/03/1871) como o marco inicial da história desta biblioteca. Na quarta edição, revista e ampliada, ele considerou os relatos de viajantes que estiveram na Amazônia como ponto de partida para suas reflexões. A partir dos quais Mesquita pressupõe os motivos primeiros que fomentaram a idealização desta instituição, bem como as efetivas ações em prol da concretude de um edifício para instalação da sala de leitura, posteriormente institucionalizada em biblioteca pública. As laudas dedicadas à história da Biblioteca Pública do Amazonas são fundamentadas com citações oriundas especialmente de fontes primárias, sobretudo com base em relatórios e mensagens governamentais, nos quais é possível identificar os principais diretores, a quantidade de exemplares do acervo, os horários de funcionamentos, entre outras informações relevantes. Assim, pela quantidade de edições, percebe-se o intuito do autor em agregar a maior quantidade de informações ao trabalho de pesquisa iniciado muito antes da publicação deste livro.

O autor também mencionou o período das restaurações mais recentes, pontuou os principais aspectos do estilo arquitetônico evidenciados na edificação, notórios no último parágrafo do tópico *Biblioteca Pública do Amazonas* e em todo o tópico *Aspecto Formal*, conforme citações abaixo:

Em 12 de abril de 1988, após **restauração**, o **prédio** da Biblioteca Pública do Amazonas foi tombado pelo decreto n.º 11. 033 como **Monumento Histórico** pelo Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas. Entre 2007 e 2013, o prédio foi novamente restaurado pelo Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, da Secretaria de Cultura do Estado, sob a orientação da arquiteta Regina Lobato e da restauradora Judeth Costa, que atuaram juntamente com a equipe do setor, como também em várias

outras obras recuperadas entre 1997 e 2017. Na Biblioteca Pública foram realizadas variadas **intervenções** de restauração e **manutenção** de **elementos decorativos** e cromatização das pinturas artísticas parietais do imóvel, sobretudo as **pinturas marmorizadas** que revestem as paredes da **edificação**, originalmente realizadas pelo artífice João Lúcio, já falecido. [...] [...] a maior parte das grandes **obras arquitetônicas** da época, assim como o **prédio** da Biblioteca Pública, apresentam **características classicizantes**, bastante próximas das tendências **renascentistas**, mas que no Brasil e sobretudo em Manaus são decorrentes de variados *revivals*, portanto incluídas entre as **obras ecléticas**. (MESQUITA, 2019, p. 250-251, grifo nosso).

As expressões *Monumento Histórico*, *elementos decorativos*, *pinturas marmorizadas*, *obras arquitetônicas*, *características classicizantes*, *renascentistas*, *obras ecléticas*, retomam os conceitos discorridos no primeiro e segundo capítulo dessa dissertação, especialmente as seções *1.3 O patrimônio cultural na perspectiva arquitetônica* e *2.3 O edifício-monumento: uma leitura iconográfica*. Quanto ao vocabulário normativo evidenciado ao longo dos dois tópicos e nos trechos supracitados, percebe-se a atribuição valorativa correspondente às categorias: **Valor cognitivo; Valor volível de memória ou de comemoração; Valor nacional; Valor utilitário ou de uso; Valor histórico; Valor estético-histórico; Valor artístico; Valor de arte**.

A Revista Arquivo do Amazonas é uma edição publicada pelo Arquivo Público do Amazonas, veiculada inicialmente em 1906, com intuito de divulgar documentos históricos e geográficos. Embora de forma descontínua por alguns anos, foi reeditada em 2017, em comemoração aos 120 anos da instituição, sob o título *Revista Archivos do Amazonas*. O **Arquivo Público do Estado do Amazonas**⁴⁶ é uma Coordenadoria Pública que preserva os documentos oficiais do Estado. No ato de sua criação (19/08/1897) foi vinculado à Diretoria de Estatística, posteriormente passou a ser subordinado à Secretaria de Estado da Administração, Coordenação e Planejamento – SEAD. A partir de 1947, até a presente data, funciona em sua sede própria, um casario histórico situado à Rua Bernardo Ramos, no entorno da Praça Dom Pedro II (ARQUIVO DO AMAZONAS, 2001, p. 11).

A publicação de n.º 12 da *Revista Arquivo do Amazonas* (2001) é uma edição dedicada à *Biblioteca Pública*, na qual foi apresentada a história desta instituição, de forma breve e objetiva. Além disso, são expostos manuscritos fac-similados que retratam ações em prol do efetivo funcionamento da primeira biblioteca pública em Manaus, em 1883, tais como registros de doações de exemplares diversos (livros, coleções, mapas) para compor o

⁴⁶Para outras informações sobre o Arquivo Público, sugere-se a consulta aos endereços eletrônicos: <<http://servicos.sead.am.gov.br/arquivopublico/>> e <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-publico-do-estado-do-amazonas>>. Acesso em: 04/03/2021.

acervo, recibos com descrições de quantias destinadas a aquisições de obras, entre outros documentos sobre a inauguração ou a respeito de pagamentos realizados. Por ser uma revista governamental, inicia-se com um pronunciamento do governador Amazonino Armando Mendes. O prefácio foi assinado por Lourenço dos Santos Pereira Braga, Secretário da SEAD. Em seguida, há uma breve apresentação sobre o Arquivo Público.

Nesta edição há uma seção com informações históricas sobre a Biblioteca Pública do Amazonas, seguida de um tópico expondo algumas curiosidades desta instituição. Os documentos manuscritos, datados de 1883, fac-similados enriquecem a publicação. Por fim, são expostos registros de fragmentos da obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, de Jean Baptiste Debret, referente ao acervo que restou após o incêndio no prédio da biblioteca em agosto de 1945, sobre esse episódio há registros jornalísticos de algumas publicações da imprensa local acerca do sinistro ocorrido em 22/08/1945. O histórico apresentado na revista evidenciou os marcos históricos mais importantes para a memória da Biblioteca Pública do Amazonas, conforme segue trecho abaixo:

A **Biblioteca Pública** foi criada em 1870 pela Assembléia Legislativa, presidida por Ramos Ferreira, e no ano seguinte passou a funcionar sob o governo de João Wilkens de Matos. A Biblioteca funcionara primeiramente na Catedral de Manaus e posteriormente foi transferida para o Liceu Amazonense, hoje Colégio D. Pedro II, e até para um armazém na praça atualmente denominada Heliodoro Balbi.

No último ano de seu governo, em 1895, Eduardo Ribeiro dedicou atenção à Biblioteca, que novamente foi transferida para a atual rua Monsenhor Coutinho, já no governo de Fileto Pires. Em 1905, no governo de Antônio Constantino Nery, foi instalada na hoje avenida Eduardo Ribeiro e iniciaram-se no mesmo ano as **obras da sede** atual. [...]

Coube ao jornalista e historiador Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha no governo de Antônio Bittencourt, em 1910, a tarefa de reorganizar a Biblioteca no dia 5 de setembro. [...]

Em agosto de 1945, o acervo da Biblioteca Pública somava 30 mil livros. Na noite do dia 22 um incêndio destruiu todo esse acervo, a exceção de um stand com 60 obras que se encontravam numa exposição. Entre essas obras raras, um missal manuscrito e iluminado em cores em pergaminho, obra atribuída aos mosteiros de Monte Cassino e os três tomos do in-fólio de Debret: *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, de 1934. Como interventor Federal, Álvaro Maia baixou decreto de incorporação de várias bibliotecas ao acervo destruído. Maia também doou 2,5 mil volumes de sua biblioteca particular e a população, junto com escritores e intelectuais, também participou deste mutirão de doações.

Em 21 de novembro de 1947, a Biblioteca Pública foi novamente aberta, após **restauração**, com um total de 45 mil volumes impressos. Dois anos depois foi inaugurada a sua Biblioteca Infantil. E em agosto de 1950, a Biblioteca Pública foi desmembrada do Arquivo Público, passando a constituir uma diretoria autônoma. (ARQUIVO DO AMAZONAS, 2001, p. 15, grifo nosso).

Nota-se que esta revista objetiva preservar a história e a memória da Biblioteca Pública do Amazonas, com intuito de revelar registros documentais que retratam o engajamento da sociedade amazonense em prol da materialização e perpetuação desta instituição tão marcante na visualidade da cidade de Manaus. Além de possibilitar “Uma viagem fascinante sobre o passado, com as primeiras instalações (...), as doações, o trabalho voluntário e a construção do **belíssimo prédio** atual no ciclo da borracha” (PEREIRA BRAGA *apud* ARQUIVO DO AMAZONAS, 2001, p. 9, grifo nosso). Diante do exposto nesta edição da revista, percebem-se atribuições valorativas, destacando-se as categorias: **Valor cognitivo; Valor volível de memória ou de comemoração; Valor nacional; Valor utilitário ou de uso, Valor histórico, Valor estético-histórico.**

A obra *Manaus entre o passado e o presente* é organizada em capítulos que abordam o espaço urbano de Manaus a partir de um breve histórico das principais construções públicas e particulares consideradas simbólicas ou representativas da história e da memória da cidade, dos quais são destacados: praças, igrejas, museus, monumentos históricos, escolas, bibliotecas, entre outros. É uma publicação que além de expor informações históricas também apresenta ilustrações e registros fotográficos antigos e atuais, tal como proposto no título. Prefaciada por Márcio Souza e assinada por **Durango Duarte**⁴⁷, gaúcho, graduado em Comunicação Social (UNINORTE), publicitário e pesquisador.

Neste livro, no *Capítulo IX – BIBLIOTECAS*, há um tópico dedicado à *Biblioteca Pública do Amazonas*, que é posta em evidência tanto na composição do quadro de imagens da capa quanto na foto de abertura do capítulo sobre as bibliotecas. Neste texto é retomado o histórico desta instituição pública. Quanto ao projeto arquitetônico, é atribuído ao “arquiteto paraense José Castro de Figueiredo” (DUARTE, 2009, p. 210). Esse autor menciona acerca da existência de um “Estábulo Público” (DUARTE, 2009, p. 211) em funcionamento no terreno no período anterior à construção da edificação da Biblioteca Pública do Amazonas. Além disso, esta obra também cita o Decreto n. 11.033 (12/04/1988) no qual o “**prédio** da Biblioteca Pública foi tombado como **Monumento Histórico do Estado**” (DUARTE, 2009, p. 212, grifo nosso). A respeito do contexto contemporâneo, considerando-se o período de publicação deste livro, o autor menciona que

⁴⁷Mais detalhes sobre a biografia do autor, sugere-se consulta aos endereços eletrônicos: <<https://blogdodurango.com.br/biografia/>>, <<https://idd.org.br/durango-duarte/>> e <<http://lattes.cnpq.br/1740686424420655>>. Acesso em: 03/03/2021.

Desde janeiro de 2007, a **Biblioteca Pública do Estado do Amazonas**, localizada na rua Barroso, n. 57, Centro, encontra-se fechada em razão de uma “**reforma**” em seu **prédio**. Contudo, passados dois anos, essa obra sequer foi iniciada. Enquanto isso, seu **acervo** encontra-se espalhado entre a Casa da Cultura, o Centro de Convenções, popularmente conhecido como Sambódromo, e o Centro Cultural Povos da Amazônia – CCPA, onde ficará armazenado até a conclusão das obras. (DUARTE, 2009, p. 212, grifo nosso).

Neste trecho, percebe-se uma crítica à última reforma realizada neste edifício, por ter sido realizada em um longo período marcado por constantes adiamentos referentes à data de finalização das obras e reabertura da biblioteca, justificando-se o uso das aspas no termo *reforma*⁴⁸. Quanto ao vocabulário normativo, são utilizados termos e expressões citados por autores que o antecedem, tais como: Sala de Leitura; Biblioteca Pública Provincial; Biblioteca Pública do Estado do Amazonas; acervo; construção do prédio; sede própria; palacete; palácio; prédio; restauração; reforma; Monumento Histórico. Neste sentido, podem ser identificadas as categorias: **Valor nacional; Valor histórico; Valor estético-histórico; Valor artístico; Valor de arte; Valor cognitivo; Valor utilitário ou de uso.**

A publicação mais recente sobre a biblioteca, intitulada *Biblioteca Pública do Amazonas*, é assinada por **Robério Braga**⁴⁹, graduado em Direito (UFAM), escritor, professor universitário. Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Cultura (SEC/AM) no período de 1997 a 2017, além de ter exercido outros cargos de gestão na administração pública. Assumiu a presidência da Academia Amazonense de Letras, instituição da qual é membro desde 1980. Neste livro, Braga apresenta inicialmente um contexto sócio-histórico da cidade de Manaus a partir de 1868, momento no qual houve os primeiros movimentos em prol da idealização da Sala de Leitura, bem como as ações que fomentaram a

⁴⁸ No período de paralisação das atividades da Biblioteca Pública do Amazonas surgiu o *Movimento Abre Biblioteca*, em 2012, com o intuito de cobrar providências do poder público acerca dos investimentos para conclusão da obra de restauro do edifício sede da Biblioteca Pública do Amazonas e, ainda, sensibilizar a população manauara a respeito da importância dessa biblioteca para a História e memória do Estado do Amazonas. Nesse sentido, diversas ações foram realizadas pelo grupo de idealizadores, entre as quais são mencionadas: elaboração de petição pública, em formato físico e eletrônico, ações culturais *Biblioteca na Rua e Mural Abre Biblioteca*, ocorridos em frente à biblioteca, apresentando à população local a importância da leitura e desse patrimônio histórico enquanto fomentador do saber. Assim, esse movimento deu visibilidade nacional e internacional às ações de restauro dessa edificação, culminando na reabertura do prédio em 2013. A esse respeito ver: MAGALHÃES, Soraia. Biblioteca Pública do Amazonas. **Revista Biblio**. Disponível em: <<https://biblio.cartacapital.com.br/biblioteca-publica-do-amazonas/>>. Acesso em: 01/12/2019.

⁴⁹ A respeito da biografia do autor, sugere-se consulta aos sites: <<http://lattes.cnpq.br/5421694925994724>>, <<http://www.braga.adv.br/roberio.html>> e <<https://d.emtempo.com.br/cultura/89481/roberio-braga-e-eleito-presidente-da-academia-amazonense-de-letas>>. Acesso em: 03/03/2021.

organização do acervo, o primeiro regulamento e a abertura da sala à sociedade amazonense.

Soma-se a essa narrativa um resgate histórico de uma breve biografia de todos os intelectuais e representantes políticos que estiveram diretamente ligados a idealização e materialização desta Biblioteca enquanto instituição pública, um espaço coletivo. Desta publicação destaca-se um trecho do capítulo dedicado ao processo de tombamento da edificação como patrimônio histórico da cidade de Manaus, que segundo Braga,

[...] foi no governo do professor José Lindoso (1979-82) que foi estabelecido no gabinete do vice-governador, à época o professor Paulo Pinto Nery, por proposta do autor, uma organização administrativa formal e permanente para a defesa do patrimônio cultural, sob a coordenação direta de uma secretaria de Estado criada para esse fim, porém vinculada diretamente ao vice-governador.

A Secretaria Executiva do Gabinete do Vice-Governador realizou então vários estudos visando à organização de processos de tombamento de bens de interesse cultural no território estadual, fossem eles de **valor histórico, estético ou arquitetônico**, e cuidou de ordenar, ampliar e aprimorar a modesta legislação existente.

Naquele período foram concluídos alguns processos e efetivados **tombamentos de edificações** de interesse para a **memória da cidade e do Estado**, em período delicado porque era tempo de grande **processo de expansão urbana e pressão imobiliária**. Dentre vários tombamentos, o **prédio da Biblioteca Pública** foi incluído em um rol de prédios de interesse para a **preservação patrimonial**, (...). Com essas razões e outras relativas às **características da edificação**, seus **adornos** como a escadaria, os forros em gesso, a claraboia, toda a estrutura de colunas de ferro, e a **função para a qual foi construída e vem sendo utilizada**, portanto, de caráter específico, a Biblioteca Pública foi incluída no rol de prédios da cidade de Manaus com interesse para a **preservação e defesa** pelo Estado, e inserido como **patrimônio do povo amazonense**, conforme decreto nº 11.033 de 12 de abril de 1988. (BRAGA, 2013, p. 165-166)

As palavras e expressões destacadas no trecho supracitado demonstram o interesse do Estado em estabelecer políticas públicas de valorização do patrimônio edificado, com intuito de preservar a memória e a história regional. As expressões “preservação e defesa”; “preservação patrimonial”, “patrimônio do povo amazonense” remetem às categorias: **Valor nacional; Valor cognitivo; Valor volúvel de memória ou de comemoração**. Quanto à expressão “era tempo de grande processo de expansão urbana e pressão imobiliária”, infere-se o **Valor econômico** associado ao prédio da Biblioteca Pública, especialmente pela localização do terreno, no Centro Histórico de Manaus.

O **Valor artístico, Valor de arte, Valor estético-histórico, Valor histórico** são evidenciados por meio do enunciado “características da edificação, seus adornos como a escadaria, os forros em gesso, a claraboia, toda a estrutura de colunas de ferro”. O **Valor utilitário ou de uso** é notório no enunciado “função para a qual foi construída e vem sendo

utilizada”, um espaço idealizado para leitura e socialização de conhecimentos e que, posteriormente, assumiu outras funções culturais.

Além disso, há um capítulo intitulado *A escadaria artística e a decoração*, no qual são apresentados os *adornos* elencados no trecho citado anteriormente, mas expostos com mais detalhes e enriquecidos pelas ilustrações e citações provenientes de relatórios técnicos acerca de restaurações realizadas na edificação e de outras fontes bibliográficas, observáveis nas palavras dele: “Interligando os dois pavimentos do **suntuoso edifício**, acha-se uma **escadaria imposta de forma solene**, em arco aberto para a porta principal, fabricada por Walter MacFarlane & Company” (BRAGA, 2013, p. 167, grifo nosso) e “a estrutura em ferro fundido que faz base para a claraboia composta com telhas de vidro. Trata-se de uma **peça decorativa e funcional**, datada de 1906” (BRAGA, 2013, p. 167, grifo nosso). As palavras e expressões destacadas evidenciam e respaldam as atribuições de valores mencionados anteriormente.

Ao longo da materialidade textual exposta, Braga reafirma a importância do prédio da Biblioteca Pública do Amazonas como um exemplar representativo da cultura regional, uma edificação memorial que, por meio de sua estrutura e elementos artísticos e funcionais, preservados e resguardados por meio do tombamento estadual como Monumento Histórico, comunica não apenas o período de riquezas relatado historicamente, mas também a apropriação dos sujeitos sociais por meio do uso cotidiano desta edificação que de fato tornou-a um bem público.

Ao considerarmos a totalidade de obras analisadas, percebe-se que o discurso de progresso continua sendo propagado, porém de forma memorialista. Nessa perspectiva, iniciou-se, a partir desses autores, a divulgação do decreto de tombamento e a ênfase aos aspectos formais, o que, conseqüentemente, reverberou o início de uma visão patrimonial desta edificação não apenas como um *Espaço de leitura*, mas, também, como um *Objeto arquitetônico e artístico*, propagando-o como um *Bem Patrimonial de uso coletivo*. Tudo isso é observável a partir das Categorias de Valor demonstrada no gráfico abaixo, no qual o **Valor volível de memória ou de comemoração** emerge e o **Valor nacional** assume nova dimensão em comparação ao gráfico anterior.

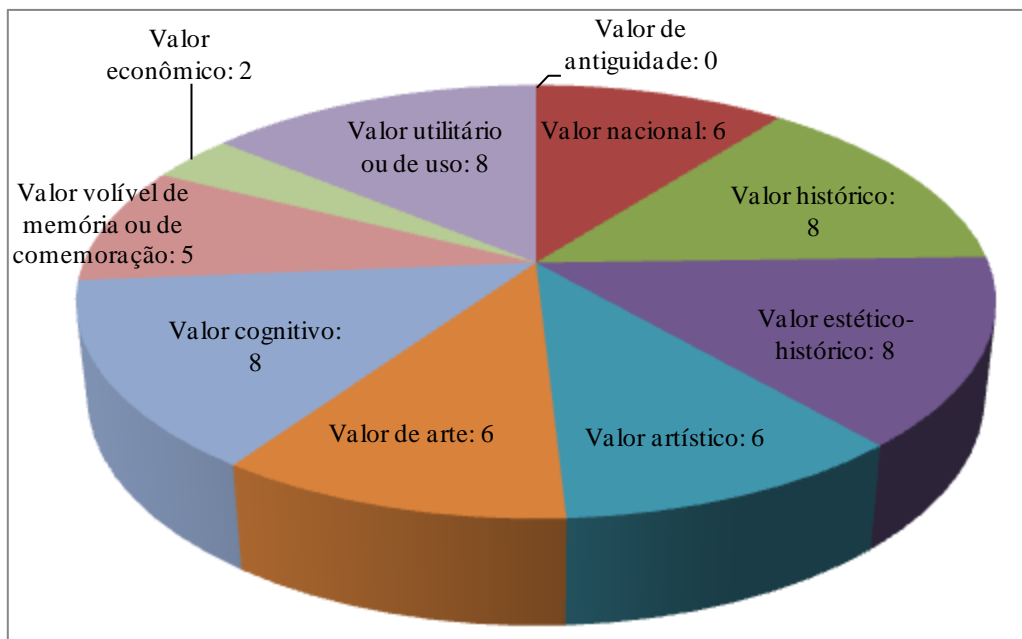


Gráfico 2: Categorias de Valor, provenientes do **discurso histórico**.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2021.

3.3 Discurso Jornalístico

Os textos propagados no cenário jornalístico, determinados por situações sociais do cotidiano, abrangem enunciados concretos por meio de uma linguagem simples e, neste caso, destinados a um público heterogêneo. De acordo com editoriais e notícias publicados nos portais de notícias dos jornais selecionados para esta pesquisa; a saber: *Jornal do Commercio*, *A Crítica* e *Amazonas Em Tempo*; é possível compreender a trajetória histórica destas instituições no contexto manauara.

O **Jornal do Commercio**⁵⁰, idealizado por Joaquim Rocha dos Santos, teve sua primeira edição publicada em 02/01/1904. A contar dessa data somam-se 117 anos de história na cidade de Manaus, a qual tinha por finalidade inicial ser “Neutro nas [lutas] dos partidos, dedicado aos interesses da honrada classe commercial do Amazonas” (*JORNAL DO COMMERCIO*, Anno I, número 2, p. 2, 04 de jan. de 1904)⁵¹. No editorial intitulado *A vida em Manaus transcrita para a história*, percebe-se a amplitude temática abordada nas edições posteriores, visto que este jornal passou a ser definido como o “guardião da

⁵⁰ Sobre a história do **Jornal do Commercio**, sugere-se a leitura da dissertação *Do burgo podre ao leão do Norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)*, de Priscila Ribeiro. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4023>>. Acesso em: 08/03/2021.

⁵¹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/170054/per170054_1904_00001.pdf>. Acesso em: 08/03/2021.

história e da luta de todos os amazonenses.” (EDITORIAL JORNAL DO COMMERCIO, p. A2, 2013)⁵².

Quanto ao jornal **A Crítica**⁵³, idealizado por Umberto Calderaro Filho, fundado em 19/04/1949, e pertencente à Rede Calderaro de Comunicação, no editorial *Jornalismo e Sociedade*, é apresentado como um veículo de comunicação propagador de um

jornalismo profissional, fundamentado em critérios éticos e técnicos, é uma ferramenta essencial na defesa de valores como a liberdade de expressão e de acesso a informações veiculadas de forma correta e responsável. Este tem sido o papel do Jornal A CRÍTICA ao longo de seus 70 anos completados hoje, atuando sempre na defesa dos interesses do Amazonas e de seus cidadãos. (EDITORIAL A CRÍTICA, 19 de abril de 2019)⁵⁴

Ao completar 67 anos de existência na imprensa local, em 2016, passou a propagar suas notícias também por meio do Portal A Crítica.

Quanto ao jornal **Amazonas Em Tempo**⁵⁵, de propriedade do Grupo Raman Neves de Comunicação (GRN), fundado em 06/09/1987 foi idealizado por Marcílio e Hermengarda Junqueira. Segundo o editorial intitulado *Amazonas em Tempo: 30 anos de jornalismo e evolução com a notícia*, desde a época de sua fundação este jornal foi proposto “como lema mostrar todos os lados da notícia, através de um jornalismo imparcial e compromissado com a verdade.” (EDITORIAL EM TEMPO, 06/09/2017)⁵⁶. Além de inovar, naquela época, tanto a respeito da impressão em cores quanto por sua diagramação e pela quantidade de cadernos de notícias. Quanto ao contexto digital, a partir de 2007 passou a publicar notícias em sua página eletrônica, Portal Em Tempo.

⁵² Disponível em: <<http://digital.maven.com.br/pub/acervo/#page/2>>. Acesso em: 22/07/2019.

⁵³ Mais informações sobre o jornal **A Crítica**, sugere-se a leitura do editorial De jornal impresso à era digital: são 67 anos da Rede Calderaro de Comunicação, disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/de-jornal-impresso-a-era-digital-rede-calderaro-de-comunicacao-comemora-67-anos>>. Acesso em: 08/03/2021.

⁵⁴ Disponível em: <<https://www.acritica.com/opinions/jornalismo-e-sociedade>>. Acesso em 22/07/2019.

⁵⁵ Mais informações deste jornal **Amazonas Em Tempo**, sugere-se a leitura da notícia *Amazonas EM TEMPO: 33 anos de história e informação de qualidade*, disponível em <<https://d.emtempo.com.br/amazonas/218958/amazonas-em-tempo-33-anos-de-historia-e-informacao-de-qualidade>>. Acesso em: 08/03/2021.

⁵⁶ Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/79852/amazonas-em-tempo-30-anos-de-jornalismo-e-evolucao-com-a-noticia>>. Acesso em 22/07/2019.

3.3.1 Jornal do Commercio

Quanto ao Jornal do Commercio, em uma busca no sítio eletrônico, por meio da palavra-chave “*biblioteca pública*”, foram evidenciadas as notícias: *Bem público, patrimônio coletivo*⁵⁷; *Câmara discute reorganização do centro histórico de Manaus*⁵⁸ e *Bibliotecas para livros e outras opções de lazer*⁵⁹. No entanto, das três publicações a que consta maior materialidade textual sobre a Biblioteca Pública do Amazonas é a última notícia citada.

Portanto, essa análise concentrou-se na notícia *Bibliotecas para livros e outras opções de lazer* (28/03/2019), assinada por Evaldo Ferreira e veiculada na página eletrônica do Jornal do Commercio⁶⁰. Esse texto parabeniza o bibliotecário David Carvalho tanto pela conquista do primeiro lugar do prêmio Genesino Braga, na categoria “Bibliotecário Destaque”, quanto por sua importante atuação na Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. David é o idealizador da *Feira de Troca de Livros e Gibis*, evento iniciado em 2016.

Nessa matéria é divulgada a 29ª edição desta Feira e, ainda, são listadas as atividades que foram ofertadas no domingo 31/03/2019, tais como: encenação de conto infantil, roda de leitura mediada e oficina de fanzine. São destacadas outras atividades oferecidas pela Biblioteca ao longo do ano, dentre as quais: exposições temáticas com obras do acervo, exposições fotográficas, projeções fílmicas e também é informado o uso desse espaço público para realizações de cursos gratuitos ou lançamentos de livros.

Nessa materialidade discursiva, destacam-se os seguintes enunciados:

1: “Quem pensa que as **bibliotecas públicas** são coisas do passado, com seus velhos **livros** empoeirados lotando prateleiras, se engana”

2: “Basta um pouco de criatividade e ação para que estes **espaços** sejam transformados em atraentes **locais de atividades e lazer**”

⁵⁷BERNARDO, Augusto; 29 de abril de 2009. Disponível em: <<https://www.jcam.com.br/Noticia/Bem-publico-patrimonio-coletivo-17804#.XmZEpqNKhdg>>. Acesso em: 09/03/2020.

⁵⁸Sem autoria individual, destaque para Publicação JC, 23 de maio de 2011. Disponível em: <<https://www.jcam.com.br/Noticia/Camara-discute-reorganizacao-do-centro-historico-de-Manaus-30748#.XmZFgqNKhdg>>. Acesso em: 09/03/2020.

⁵⁹FERREIRA, 28 de março de 2019. Disponível em: <<http://www.jcam.com.br/Noticia/Bibliotecas-para-livros-e-outras-opcoes-de-lazer-50066#.XUSZV9JKhdg>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

⁶⁰Notícia disponível em: <http://www.jcam.com.br/Noticia/Bibliotecas-para-livros-e-outras-opcoes-de-lazer-50066#.XTdWf45Khdh>. Acesso em: 21 jul. 2019

3: “David Carvalho (...) desde 2016, vem organizando uma série de eventos no **belo casarão** da rua Barroso”

4: “Durante a Feira, o público também pode aproveitar a **Bibliotour**, uma **visita** acompanhada por um guia na qual é possível conhecer a **história e arquitetura da Biblioteca**”

Constata-se no enunciado n. 1 a pressuposição da existência de um discurso socialmente construído a respeito do uso contemporâneo das bibliotecas. Nesse caso, o sujeito enunciativo traz à tona um discurso de não-valor atribuído às bibliotecas ao classificá-las como “coisas do passado”, apoiando-se em um discurso negativo acerca do uso dos livros impressos, ratificado no trecho “velhos livro empoeirados lotando prateleiras”. Todavia, esse discurso de não-valor, possivelmente propagado na sociedade, pode ser compreendido a partir das palavras de Voloshinov,

[...] trata-se antes de tudo de uma *unidade material do mundo*, que forma parte do horizonte dos falantes (...) e da *unidade das condições reais da vida*, que geram a *comunidade das valorações*: o pertencimento dos falantes a uma mesma família, profissão, ou classe social, a algum grupo social e, finalmente, a uma mesma época, posto que todos os falantes são contemporâneos. (2013, p. 80).

Neste caso, um público situado em um horizonte destoante do passado ou, ainda, que não contempla esse edifício-monumento em seu cotidiano. Portanto, instaura-se uma disputa de sentidos valorativos a respeito do que a visão jornalística supõe ser refletido na sociedade manauara acerca dos valores atribuídos à Biblioteca e ao que, de fato, o sujeito enunciativo apresenta discursivamente, ilustrado nos fragmentos: “se engana” (enunciado n.1); “Basta um pouco de criatividade e ação para que esses espaços sejam transformados” (enunciado n. 2); “belo casarão” (enunciado n. 3); “conhecer a história e arquitetura da Biblioteca” (enunciado n. 4).

No enunciado 2, inferimos que as bibliotecas não seriam atraentes aos olhos da sociedade contemporânea, considerando-se suas configurações primárias. Nesse sentido, segundo o enunciador, seria necessário transformar esses espaços em “locais de criatividade e lazer”, o que revela uma visão negativa, de um lugar não utilizado no cotidiano, mas constantemente refutada por uma visão positiva, de dinamicidade proposta por uma ressignificação desse espaço público, a partir dos eventos realizados, descritos no terceiro enunciado “David Carvalho (...) desde 2016, vem organizando uma série de eventos”.

Quanto às Categorias de Valor, a partir do vocabulário utilizado, destacam-se as categorias: **Valor cognitivo; Valor volível de memória ou de comemoração; Valor artístico; Valor estético-histórico; Valor histórico; Valor nacional.** Desse ponto de vista, percebe-se que a concepção de patrimônio é culturalmente construída, especialmente identificado nesse *corpus* analisado. Diante do exposto, percebe-se que neste jornal o discurso veiculado sobre a Biblioteca Pública do Amazonas reflete esta edificação como um *Centro Cultural de uso coletivo*.

3.3.2 Jornal A Crítica

Em alusão ao Dia Nacional da Biblioteca, a notícia *Bibliotecas de Manaus tentam sobreviver na era da Internet*⁶¹, publicada em 09/04/2015 e assinada por Auriane Carvalho, aborda a existência simultânea entre as bibliotecas edificadas e aquelas que surgiram a partir do contexto virtual. Essa coexistência é justificada pela fidelidade dos leitores a cada um dos segmentos mencionados, respaldando-se, ainda, por meio de relatos de frequentadores assíduos das bibliotecas públicas em Manaus, das quais são citadas: Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, Biblioteca Genesino Braga e bibliotecas escolares.

A Biblioteca Pública do Amazonas é posta em evidência por ser uma instituição “centenária” e considerada, por seus usuários, um “lugar mais calmo e tranquilo para estudar” ou um “espaço para fazer pesquisa ou ler”, além de possibilitar acesso, via internet, tanto ao acervo digitalizado de seu catálogo interno quanto à consulta de obras não contempladas em seu acervo bibliográfico “com mais de 300 mil obras”. Quanto à história dessa instituição, é mencionado a respeito das reformas realizadas na edificação, destacando a mais recente concluída em “janeiro de 2013”. Desta forma, ressaltam-se as categorias: **Valor nacional; Valor cognitivo; Valor utilitário ou de uso.**

A matéria *Bibliotecas de Manaus sofrem com o descaso e com a burocracia*⁶², publicada em 24/02/2016 e assinada por Silane Souza, retrata sobre as dificuldades no acesso ao acervo das bibliotecas públicas, devido às restrições burocráticas, quer seja pelo horário de funcionamento reduzido, pela documentação exigida para empréstimos de livros

⁶¹Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/bibliotecas-de-manaus-tentam-sobreviver-na-era-da-internet>>. Acesso em: 09/08/2019.

⁶² Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/bibliotecas-de-manaus-sofrem-com-o-descaso-e-com-a-burocracia>>. Acesso em: 02/08/2019.

literários ou pelo descaso atribuído ao poder público em prolongar, por longas datas, as últimas reformas realizadas nas edificações desta natureza, na cidade de Manaus. Neste texto, menciona-se sobre a reforma da Biblioteca Municipal João Pantoja Evangelista, além de criticar a inexistência de bibliotecas ou espaços de leitura tanto em escolas quanto em algumas faculdades.

Quanto à Biblioteca Pública do Amazonas é informado sobre o acervo disponível para consulta, “aproximadamente 350 mil **volumes**, entre livros, folhetos, jornais, periódicos, multimídia, teses, obras raras, obras especiais, projetos, plantas e mapas” e “mais de 800 **títulos** digitalizados para consulta via biblioteca virtual”. Além disso, é citado sobre o treinamento dos funcionários desta instituição em prol de “promover **acessibilidade** para pessoas com deficiência” com intuito de oferecer o melhor atendimento ao público usuário da biblioteca. Assim, percebe-se a atribuição valorativa que remete às categorias: **Valor cognitivo e Valor utilitário ou de uso**.

A publicação *Já leu? Que tal trocar?*⁶³, de 23/04/2016 e assinada por Silane Souza, refere-se à divulgação da primeira edição da Feira de Trocas de Livros e Gibis, realizada no domingo 24/04/2016 no horário das 9h às 13h, uma ação cultural que estimulou o hábito da leitura por meio da troca de exemplares de livros e/ou gibis, “além da troca de conhecimento, a difusão da leitura, assim como **tornar a biblioteca cada vez mais conhecida**” (SOUZA, 2016, grifo nosso), o que é intensificado nas palavras do diretor da Biblioteca Pública do Amazonas: “Tem gente que mora em Manaus e não conhece a **nossa Biblioteca Pública**. Outros nem sabem onde fica **localizada**. Nossa intenção com o evento é fazer com que a **instituição seja mais conhecida** e que haja maior **difusão do conhecimento e da leitura**” (SHARLES COSTA *apud* SOUZA, 2016, grifo nosso).

O regulamento da feira é exposto de forma detalhada em um tópico informativo sobre as regras de funcionamento e as orientações quanto à participação dos interessados no evento. Esta notícia evidencia a principal finalidade da instituição em fomentar a leitura e o conhecimento, estimulando a população local a conhecer as instalações e o acervo desta biblioteca a ponto de sentir-se pertencente a esse lugar, “nosso”, no fruir da leitura e na socialização dos conhecimentos adquiridos, quer seja neste evento mensal ou em outros momentos. Os enunciados destacados remetem, especialmente, às categorias: **Valor cognitivo; Valor utilitário ou de uso**.

⁶³Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/domingo-ja-leu-que-tal-trocar>>. Acesso em: 02/08/2019.

O texto *Aprovada: 'Feira de Troca de Livros e Gibis' conquista público amazonense*⁶⁴, publicado em 25/04/2016, também assinada por Silane Souza, apresenta os resultados da primeira Feira de Troca de Livros e Gibis, no qual divulga a aceitação do público, visto que “237 pessoas passaram pela Biblioteca Pública do Amazonas” e trocaram “819 de livros, e 205 de gibis”. O sucesso do evento foi enfatizado por meio de comentários de alguns participantes entrevistados. Dessa forma, percebem-se a atribuição dos valores: **Valor utilitário ou de uso** e **Valor cognitivo**, com maior evidência nesta materialidade textual, pois a partir dos resultados obtidos nesta edição propôs-se que o evento fosse “realizado no último domingo de cada mês”.

A matéria *Você sabe quanto vale o patrimônio público do Amazonas?*⁶⁵, publicada em 12/03/2017 foi assinada por Alik Menezes, aborda a relevância dos prédios históricos de Manaus, considerando-se as ações em prol da realização do inventário dos bens públicos do Amazonas descritos em banco de dados do Estado. O texto inicia-se com um questionamento: “Você já se perguntou qual a **dimensão do patrimônio** do seu Estado ou quantos prédios públicos existem?” (MENEZES, 2017, grifo nosso). Em seguida, ressalta-se que “pelo menos 1.545 **prédios** foram cadastrados pelo Sistema Ajuri, de responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração (Sead), segundo levantamento do próprio governo estadual” (MENEZES, 2017, grifo nosso) e justifica-se que esta quantidade não é exata devido ao inventário não ter sido finalizado, até a data de veiculação desta notícia.

São mencionados alguns prédios públicos que constam neste banco de dados referente ao patrimônio estadual, “imóveis de interesse de **preservação histórica ou artística**” (MENEZES, 2017, grifo nosso), com o intuito de identificar quais deles estão em desuso, se precisam de manutenção ou reforma, dentre os quais é listado o edifício sede da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. Por fim, há dois comentários de entrevistados que ratificam a importância histórica, estética e simbólica dos prédios públicos. Diante disso, notam-se as categorias: **Valor econômico; Valor histórico; Valor estético-histórico.**

⁶⁴Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/segunda-feira-intercambio-cultural>>. Acesso em: 02/08/2019.

⁶⁵Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/voce-sabe-quanto-vale-o-patrimonio-publico-do-amazonas-e-quantos-imoveis-o-estado-possui>>. Acesso em: 02/08/2019.

Na notícia *Biblioteca Pública oferece jornais impressos de mais de 150 anos para consulta gratuita*⁶⁶, publicada em 29/12/2017, não consta a autoria indicada a um sujeito enunciativo específico, há menção apenas ao endereço do Portal “ACRÍTICA.COM”. Neste texto, a Biblioteca Pública do Amazonas é apresentada como um lugar representativo da “**História do Estado**” e que “abriga um **acervo valioso** de publicações”, especialmente jornais veiculados na imprensa local, datados a partir de 1866, superando a quantidade de 30 mil periódicos entre exemplares de jornais que saíram de circulação e aqueles que se perpetuaram no contexto contemporâneo na cidade de Manaus, disponíveis para leitura no Salão Lourenço Pessoa (Sala de Periódicos). Quanto à edificação, é evidenciado que “a **Biblioteca Pública do Amazonas** impressiona os visitantes do Centro de Manaus com sua **beleza e estilo neoclássico**. Além de edições históricas de jornais e outras publicações impressas, a instituição abriga acervos diversos”. Neste texto há referências ao estilo arquitetônico deste prédio, com ênfase à sua concepção estética. A partir do vocabulário enunciado, é possível identificarmos as categorias: **Valor nacional; Valor histórico; Valor estético-histórico; Valor artístico; Valor de arte; Valor cognitivo; Valor volível de memória ou de comemoração; Valor utilitário ou de uso**.

O texto *Mais rigor contra o vandalismo: projeto de lei prevê a prisão de quem pichar monumentos*⁶⁷, publicado em 07/01/2018 e assinado por Alik Menezes, expõe as ideias propostas pelo senador Antonio Anastasia por meio do Projeto de Lei 8349/17, que prevê punição entre seis meses até três anos de prisão àquele que “destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial” (MENEZES, 2018). A opinião, de alguns moradores de Manaus é mencionada, a respeito das pichações e danos causados aos monumentos tombados, no intuito de justificar a importância desse projeto em tramitação, que propõe maior rigor às punições aos que danificarem o patrimônio histórico. Quanto à Biblioteca Pública do Amazonas é mencionado que “mesmo com vigias no **prédio**, os pichadores sujam a **fachada da construção** frequentemente”. Percebe-se, nesta notícia, que essa biblioteca é propagada como um monumento tombado, fazendo alusão ao Decreto n. 11.033, de 12 de abril de 1988. Partindo desse entendimento, justifica-se a importância de não pichar ou causar danos ao patrimônio histórico que pertence a todos. Logo, desse texto, podemos inferir as

⁶⁶Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/biblioteca-publica-oferece-jornais-impressos-de-mais-de-150-anos-para-consulta-gratuita>>. Acesso em: 02/08/2019.

⁶⁷Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/projeto-em-tramitacao-determina-prisao-a-quem-pichar-monumentos-historicos>>. Acesso em: 02/08/2019.

categorias: **Valor nacional; Valor histórico; Valor volível de memória ou de comemoração.**

A publicação *Vigésima edição da 'Feira de Troca de Livros e Gibis' acontece neste domingo (29)*⁶⁸, veiculada em 28/04/2018 no Portal “ACRÍTICA.COM”, divulga as atividades culturais a serem realizadas na vigésima edição da Feira de Troca de Livros e Gibis, realizada no domingo 29/04. Comparada à primeira, nesta edição são notórias as inovações proporcionadas aos frequentadores da Biblioteca Pública do Amazonas, das quais: “**lançamento de livro**”, atividades pedagógicas de “**incentivo à leitura**” infantil e a visita guiada “**Bibliotour: conheça a Biblioteca**” – que apresenta aos visitantes o estilo arquitetônico do prédio associado à história dessa biblioteca. Por se tratar da 20ª edição da feira, confirma-se a “*aprovação*” do público, especialmente dos leitores manauaras que perceberam neste evento uma forma viável de interação e socialização de conhecimento por meio da troca de exemplares de livros e gibis. O mais inovador em relação à primeira edição (24/04/2016) é, certamente, a possibilidade dos visitantes conhecerem a história da Biblioteca Pública do Amazonas a partir de uma experiência sinestésica *in loco*. Desta forma, são atribuídos a esta instituição: **Valor utilitário ou de uso; Valor volível de memória ou de comemoração; Valor cognitivo; Valor nacional; Valor histórico; Valor estético-histórico.**

Nesse viés, e tendo por base uma materialidade textual superior aos dados analisados na seção anterior, é possível compreender que o discurso veiculado no Jornal A Crítica também reflete o prédio da Biblioteca Pública do Amazonas como um *Centro Cultural de uso coletivo*, especialmente intensificado nas ações que visam “tornar a biblioteca cada vez mais conhecida” (A CRÍTICA – SOUZA, 23 de abril, 2016).

3.3.3 Jornal Em Tempo

A notícia *Reabertura da Biblioteca Pública é novamente adiada*⁶⁹, publicada em 18/01/2013 e assinada pelo Portal EM TEMPO, expõe os constantes adiamentos das últimas reformas realizadas nas edificações da Biblioteca Pública do Amazonas e na Biblioteca Municipal João Bosco Pantoja Evangelista. Neste texto menciona-se que, no

⁶⁸Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/vigesima-edicao-da-feira-de-troca-de-livros-e-gibis-acontece-neste-domingo-29>>. Acesso em: 02/08/2019.

⁶⁹Disponível em: <<http://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/567/reabertura-da-biblioteca-publica-e-novamente-adiada>>. Acesso em: 09/03/2020.

caso da Biblioteca Pública, este episódio ocorreu devido à ausência de laudo devidamente assinado pelo Corpo de Bombeiros. Embora, tenha sido divulgado que a data prevista para reinauguração seria 15/01/2013, até o dia 18/01 a vistoria nas instalações do edifício ainda não havia sido realizada, criando ainda mais expectativas nos frequentadores dessa instituição, visto que o “retorno do funcionamento do **espaço** é aguardado desde 2010, mas sempre é repassada uma nova data de **reabertura**” (EM TEMPO, 2013), neste caso, passou a ser o final do mês de janeiro a nova data prevista. Apesar da falta de informações referente aos motivos que justificassem a não liberação do laudo, nas datas anteriores, é possível perceber a ausência de políticas públicas que priorizem os projetos de restauro, manutenção e reformas de prédios públicos em Manaus. Quanto à ênfase às expectativas em relação à reabertura desta instituição, nota-se, especialmente, a atribuição valorativa: **Valor utilitário ou de uso.**

A publicação intitulada *Biblioteca pública volta a funcionar após cinco anos fechada*⁷⁰, veiculada pelo Portal EM TEMPO no dia 31/01/2013 com a colaboração de William Gaspar, ratifica a última data estabelecida para reabertura do edifício sede da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, conforme previsto na notícia supracitada, visto que

Fechada desde 2008 para **reforma**, a **Biblioteca Pública do Estado**, na rua Barroso, Centro, **voltou a funcionar** na manhã desta quinta-feira (31). Sem nenhum anúncio oficial, quem passou pelo local se surpreendeu ao ver as **portas abertas** desde às 8h.

De acordo com o titular da Secretaria Estadual de Cultura (SEC), Robério Braga, a biblioteca **funcionará** de segunda a sexta-feira no horário de 8h às 20h e no sábado, de 8h às 14h.

Além da **recuperação do prédio centenário**, o **acervo** de 65 mil livros aumentou para 350 mil.

O **prédio** ganhou ainda **sistema de proteção contra incêndio**, câmeras de vigilância em todas as instalações, sistema de som e aparelho para controle de visitantes com cartão magnético. (EM TEMPO, 31 de jan. de 2013, grifo nosso).

Os vocábulos *reforma* e *recuperação* remetem à categoria **Valor de arte**. Nas expressões e enunciados: “voltou a *funcionar*”, “portas abertas”, “*funcionará* de segunda a sexta-feira no horário de 8h às 20h e no sábado, de 8h às 14h”, “*prédio* ganhou ainda sistema de proteção contra incêndio, câmeras (...), sistema de som e aparelho para controle (...)”. Diante disso, percebe-se o **Valor utilitário ou de uso**. Quanto à expressão “prédio

⁷⁰ Disponível em: <<http://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/1127/biblioteca-publica-volta-a-funcionar-apos-cinco-anos-fechada>>. Acesso em: 09/03/2020.

centenário”, podemos inferir as atribuições valorativas: **Valor histórico; Valor volível de memória ou de comemoração; Valor cognitivo.**

A notícia *Em Manaus, feira de troca reúne diferentes gerações de leitores para troca de livros*⁷¹, publicada em 29/05/2016 e assinada pelo Portal EM TEMPO, apresenta os resultados da segunda edição da Feira de Troca de Livros e Gibis, realizada nas dependências da Biblioteca Pública do Amazonas, com apoio da Secretaria de Cultura (SEC/AM). No texto é destacada a perpetuação desta biblioteca mesmo após a popularização do acesso à internet, justificando a aceitação do público e a participação dos leitores de diversas gerações,

Nessa segunda edição foram trocados mais de mil exemplares dos mais diferentes gêneros e categorias, como gibis, livros de ficção, arte e literatura. A Feira de Troca de Livros acontece sempre no último domingo de cada mês, das 9h às 13h, e já se caracteriza como um **espaço** para troca de informações, cultura e lazer para as famílias amazonenses. (EM TEMPO, 29 de maio de 2016, grifo nosso).

A partir da quantidade de livros trocados neste evento, e considerando-se o enunciado: “se caracteriza como um **espaço** para troca de informações, cultura e lazer para as famílias amazonenses”, percebe-se que à Biblioteca Pública do Amazonas é atribuído o **Valor utilitário ou de uso**, propagando-a como uma edificação que faz parte do cotidiano dos amazonenses, não apenas como um espaço de leitura, mas também um espaço dinâmico, repleto de possibilidades para todos aqueles que adentrem suas portas aos domingos, durante as edições da Feira de Troca de Livros e Gibis. Esta percepção é respaldada, ainda, por meio de relatos de participantes desta edição do evento, dos quais é destacado o comentário de Taíze Vitoriano que, ao incentivar sua filha a trocar exemplares de gibis, menciona ser “importante ensinarmos o valor da **leitura** para nossos filhos, precisamos fazer com que eles entendam que através dos **livros** eles podem viajar e olhar além” (VITORIANO *apud* EM TEMPO, 29 de maio de 2016).

A esta matéria acrescenta-se o comentário do diretor da Biblioteca, enfatizando ser este evento uma forma de divulgar a existência, funcionamento e ações culturais ofertadas gratuitamente nesta instituição pública, pois “Essa ação ajuda com que muitos amazonenses conheçam a **nossa Biblioteca Pública**, que é um **patrimônio cultural** disponível para todos que moram e visitam nossa cidade” (COSTA *apud* EM TEMPO, 29

⁷¹Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/cultura/57649/em-manaus-feira-de-troca-reune-diferentes-geracoes-de-leitores-para-troca-de-livros>>. Acesso em: 02/08/2019.

de maio de 2016, grifo nosso). Na expressão “**nossa Biblioteca Pública**” é notório o sentimento de pertencimento enfatizado nas palavras de Sharles Costa, diretor da Biblioteca Pública, tendo em vista que o termo *nossa* intensifica a ideia de posse e, neste sentido, propaga essa percepção aos leitores deste jornal, que passam a identificá-la também como um *patrimônio cultural*. Logo, nesta materialidade textual, percebem-se as atribuições valorativas: **Valor nacional; Valor histórico; Valor cognitivo**.

A publicação *Bibliotecas tradicionais de Manaus caem no esquecimento*⁷², veiculada no Portal EM TEMPO no dia 26/03/2017 e assinada por Bárbara Costa, apresenta a popularização dos recursos digitais como o principal responsável pela ausência de leitores às dependências das bibliotecas edificadas, contrapondo-se ao posicionamento exposto na primeira notícia analisada no tópico 3.3.2 *Jornal A Crítica*. Partindo desse ponto de vista, a matéria é iniciada com um exemplo justificando o baixo número de frequentadores às dependências da Biblioteca Padre Agostinho Caballero Martin, instalada no primeiro andar da edificação na qual funciona a Casa da Cultura em Manaus, situada na Rua da Instalação – Centro.

Além disso, no intuito de respaldar esse posicionamento, é citado um relato do então Secretário de Cultura, Robério Braga, a respeito de possíveis justificativas a esse contexto de “*esquecimento*” das bibliotecas tradicionais. Segundo ele, os principais fatores de impacto seriam os recursos financeiros e a disponibilidade de tempo dos leitores. Nesse sentido, com intuito de atender a nova demanda, o Secretário informa sobre o acervo digital “Estamos periodicamente atualizando os **acervos** da biblioteca. Somente em dezembro do ano passado ela recebeu 150 novos **e-books** disponíveis para a população” (BRAGA *apud* COSTA; EM TEMPO 26 de março de 2017, grifo nosso). No tópico dedicado à Biblioteca Pública do Amazonas é mencionada a data e o lugar no qual foi instalada a primeira biblioteca em Manaus, enfatizando-se a disposição atual do acervo de “aproximadamente, 32 mil volumes” (COSTA; EM TEMPO 26 de março de 2017). Dessa forma, nota-se a atribuição valorativa: **Valor histórico e Valor utilitário ou de uso**.

O texto *Você acredita em fantasmas? Veja lugares mais 'assombrados' de Manaus*⁷³, publicada em 31/10/2018 e assinada por Bruna Chagas, apresenta uma abordagem diferente das matérias analisadas anteriormente. Esta matéria, em alusão ao

⁷² Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/72218/bibliotecas-tradicionais-de-manaus-caem-no-esquecimento>>. Acesso em: 02/08/2019.

⁷³ Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/cultura/82096/voce-acredita-em-fantasmas-veja-lugares-mais-assombrados-de-manau>>. Acesso em: 02/08/2019.

Halloween comemorado nesta data, retrata a possível existência de fantasmas em alguns espaços culturais em Manaus, dentre os quais são citados episódios ocorridos no Teatro Amazonas, Biblioteca Pública do Amazonas, Palácio Rio Negro, entre outros “lugares antigos”. Os “causos” vivenciados por dona Clara, a funcionária mais antiga da Biblioteca Pública do Amazonas, são relatados por Daniela Oliveira e Saulo Borges. Dentre os episódios estão livros “levitando” e aparições do “fantasma Thália Phedra”. Tais experiências aguçam o imaginário tanto daqueles que conhecem as dependências desta edificação quanto dos que pretendem visitá-la. Nesta perspectiva, pode-se depreender o **Valor cognitivo**.

A notícia *Conheça 15 pontos turísticos para 'viajar pela história' de Manaus*⁷⁴, publicada em 17/06/2019 e assinada por Lucyleny Rocha, apresenta quinze pontos turísticos da cidade de Manaus, dos quais são informados um breve histórico e a principal programação cultural oferecida aos visitantes nesses pontos turísticos. Quanto à Biblioteca Pública do Amazonas é mencionado sobre o estilo arquitetônico “neoclássico”; o ano de inauguração oficial da Biblioteca em 1910; detalhes sobre a decoração interna; são citados alguns marcos históricos desta edificação, tais “como o **incêndio** que quase a destruiu em 1945. **Reconstruído** dois anos depois, o **lugar** recebeu uma **restauração** parcial em 1985 e uma mais completa em 2013, quando **abriu novamente ao público**” (ROCHA, 2019, grifo nosso); além de mencionar a disponibilidade de acesso ao diversificado acervo bibliográfico e, ainda, as ações culturais realizadas, enfatizando-se a Feira de Troca de Livros e Gibis. A partir do vocabulário evidenciado nesta notícia, é possível identificarmos as atribuições valorativas: **Valor volível de memória ou de comemoração; Valor cognitivo; Valor nacional; Valor histórico; Valor estético-histórico; Valor artístico; Valor de arte; Valor utilitário ou de uso**.

A publicação *Biblioteca Pública tem atividades durante Virada Sustentável Manaus*⁷⁵, veiculado em 26/07/2019 e assinado por Bruna Oliveira, divulga a programação da 4ª edição da Virada Sustentável Manaus, que em 2019 teve algumas atividades realizadas nas dependências da Biblioteca Pública do Amazonas. Os organizadores deste evento ofereceram aos participantes diversas atividades culturais gratuitas, entre palestras temáticas, diálogos com escritores, experiências de socializações de conhecimentos, entre

⁷⁴ Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/economia-turismo/146797/conheca-15-pontos-turisticos-para-viajar-pela-historia-de-manaus>>. Acesso em: 02/08/2019.

⁷⁵ Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/cultura/166316/biblioteca-publica-tem-atividades-durante-virada-sustentavel-manau>>. Acesso em: 26/08/2019.

outras. Nesta notícia são notórias as possibilidades de apropriações dos espaços dessa biblioteca, tornando-se evidente o **Valor utilitário ou de uso** atribuído a essa edificação.

O texto *Conheça a programação da 2ª Semana do Livro e da Biblioteca em Manaus*⁷⁶, publicada em 12/10/2019 e assinada por Bruna Oliveira, divulga a realização da 2ª Semana do Livro e da Biblioteca, evento gratuito realizado na Biblioteca Pública do Amazonas e na Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, entre os dias 19 a 23 de outubro, com intuito de “incentivar a **leitura** e estimular a construção do **conhecimento** na cidade” (OLIVEIRA, 2019, grifo nosso). Neste texto foram enfatizadas as atividades disponibilizadas e seus respectivos horários, com repertório cultural dedicado tanto às crianças quanto aos adultos. Na Biblioteca Pública do Amazonas a programação contemplou: atividades lúdicas, oficinas, encenação teatral, roda de conversa, biblioterapia e a 36º Feira de Troca de Livros e Gibis. Nesta notícia é possível identificar o **Valor utilitário ou de uso**.

A matéria *Biblioteca Pública do Estado tem acervo inclusivo sem muitos adeptos*⁷⁷, publicada em 19/10/2019 e assinada por Nathalie Torres, divulga à sociedade manauara a existência de um novo espaço nas dependências da Biblioteca Pública do Amazonas, uma adaptação realizada na última reforma concluída em 2013, direcionado às “pessoas com deficiência física, auditiva ou visual” atendendo ao “público infantil e adulto” e disponibilizando acesso a um acervo diversificado, dentre os quais: livros em braile; audiolivros; livros com audiodescrição (da imagem e em Libras) e jogos interativos, provenientes de doações por meio do projeto *Acessibilidade em Bibliotecas Públicas*⁷⁸.

Para tornar esta Biblioteca cada vez mais acessível ao público, durante a última reforma também foram inseridos mapas de alto-relevo (Figuras: 6 e 7); um elevador e sinalizações nos pisos, conforme imagem abaixo.

⁷⁶Disponível em: <<http://d.emtempo.com.br/cultura/175302/conheca-a-programacao-da-2-semana-do-livro-e-da-biblioteca-em-manaus>>. Acesso em: 09/03/2020.

⁷⁷Disponível em: <<http://d.emtempo.com.br/cultura/176002/biblioteca-publica-do-estado-tem-acervo-inclusivo-sem-muitos-adeptos>>. Acesso em: 09/03/2019.

⁷⁸Mais informações sobre este projetos podem ser acompanhadas por meio do endereço eletrônico <<http://snbp.cultura.gov.br/acessibilidadeembibliotecaspublicas/>>. Acesso em: 10/03/2021.



Figura 42: Elevador e sinalização no piso do Salão Thália Phedra Santos, na Biblioteca.

Fonte: PENHA, Ariadner Ester F. S., 21 de agosto de 2019. Acervo da pesquisadora.

Este texto enfatiza que essas adaptações visam facilitar especialmente a mobilidade de “pessoas com deficiência” (TORRES, 2019), o que é intensificado nas palavras do bibliotecário da instituição, David Carvalho, “Temos sempre funcionários que estão disponíveis para o **atendimento** das pessoas que necessitam utilizar os meios de **acessibilidade**” (CARVALHO *apud* TORRES, 2019, grifo nosso). Por fim, há um tópico dedicado à Biblioteca Braile, que atualmente funciona no Bloco C, Centro de Convenções – Sambódromo, em Manaus. Nesta notícia, é explícita a atribuição do **Valor utilitário ou de uso**, visto que, a partir das transformações estruturais realizadas, a Biblioteca Pública do Amazonas tornou-se mais acessível ao atender todos os públicos leitores.

A matéria *Biblioteca Pública do Estado entre modernização e preservação*, publicada em 26/10/2019 e assinada por Nathalie Torres, descreve as principais atividades oferecidas atualmente na Biblioteca Pública do Amazonas e o respectivo público frequentador do espaço, além de divulgar o relançamento da Biblioteca Virtual do Amazonas. Inicialmente são mencionadas sobre a última reforma, as programações culturais realizadas, além do vasto acervo bibliográfico acessível a todos os interessados, visto que “a Biblioteca pública **preserva a história** e está aberta ao público de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, com entrada gratuita” (TORRES, 2019, grifo nosso), respaldando-se a partir de relatos do bibliotecário David Carvalho e de alguns visitantes, visto que “as **atividades culturais e programações especiais** da Biblioteca são os

principais responsáveis por fazer com que o público retorne ao **espaço**” (TORRES, 2019, grifo nosso).

Nesta notícia há um tópico intitulado *Passado e futuro da Biblioteca*, que menciona os primeiros frequentadores da sala de leitura, dentre os quais figuravam: “intelectuais, políticos e um público mais elitizado da capital na época” (TORRES, 2019), mas à medida que a Biblioteca se fortalecia, enquanto instituição pública, passou a diversificar e aumentar seu alcance social. Dessa forma, ampliou sua finalidade idealizada inicialmente, apenas de espaço de leitura e agregou outros valores, transformando-a também em “um **espaço** sobre a discussão de outros temas” (CARVALHO *apud* TORRES, 2019).

Além de “acompanhar o processo das **informações** que não param e assim popularizar cada vez mais o **conceito de biblioteca** na sociedade” (CARVALHO *apud* TORRES, 2019), no qual se inserem o processo de digitalização do acervo histórico e a ampliação dos serviços oferecidos aos leitores outras possibilidades de acesso a exemplares que, anteriormente, poderiam ser consultados apenas nas dependências da Biblioteca Pública do Amazonas. Considerando-se as palavras e expressões destacadas nos enunciados supracitados, evidenciam-se as categorias: **Valor nacional; Valor histórico; Valor volível de memória ou de comemoração; Valor utilitário ou de uso; Valor cognitivo.**

A partir do exposto, nota-se que a esfera jornalística ocupa um lugar privilegiado nessa interação entre os sujeitos enunciativos e os sujeitos leitores, especialmente por sua veiculação nos meios digitais e por ter um público-alvo mais abrangente, devido à instância imagética associada às características da imprensa, sobretudo acerca do uso e propagação do texto informativo.

Esse prédio público pode ser vislumbrado como um suporte memorial que, por meio da requalificação, a partir das visitas guiadas e apropriações desse espaço de leitura também como um espaço cultural, nos direciona a reviver uma memória-histórica, a tal ponto de compreendermos o que, nas palavras de Nora, seriam os “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”, pois “(...) nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos” (NORA, 1993, p. 13).

Partindo desse entendimento, percebe-se que o discurso jornalístico busca referenciais no discurso histórico e no discurso político contemporâneo (SEC/AM)

associando-os ao contexto social cotidiano para propagar a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas como um *Bem Cultural de uso coletivo*; *Centro Cultural*; *Espaço de Leitura*, *Lugar simbólico de memórias coletivas* que se transformou também em um *Espaço de cultura e lazer*, e que, embora mantenha sua finalidade primeira voltada à leitura, também assimila os usos cotidianos que a propagam como um *Lugar de pertencimento*.

Nessa perspectiva, legitima-se sua perpetuação na contemporaneidade e fortalece, pela palavra, a concepção patrimonial dos *bens culturais*, sendo feito um convite aos leitores dos portais jornalísticos a conhecerem a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas e se reconhecerem nela a partir das múltiplas possibilidades de socialização da leitura e do conhecimento, pois, como diria Voloshinov, a “palavra (...) é o modo mais puro e sensível de relação social” (1979, p. 34).

Considerando-se as categorias evidenciadas nesta seção, nota-se que a Biblioteca Pública do Amazonas agregou muitas funções ao longo de sua existência. Especialmente, em virtude desta edificação ter abrigado algumas instituições públicas e culturais que ampliaram suas atribuições valorativas, por estarem relacionadas à cultura, arte, entre outras atividades públicas e/ou administrativas.

A partir do vocabulário normativo identificado, no gráfico abaixo é possível visualizar as categorias percebidas no discurso jornalístico, destacando-se os valores: **Utilitário ou de uso** e o **Cognitivo** ao compararmos este gráfico aos outros dois anteriores.

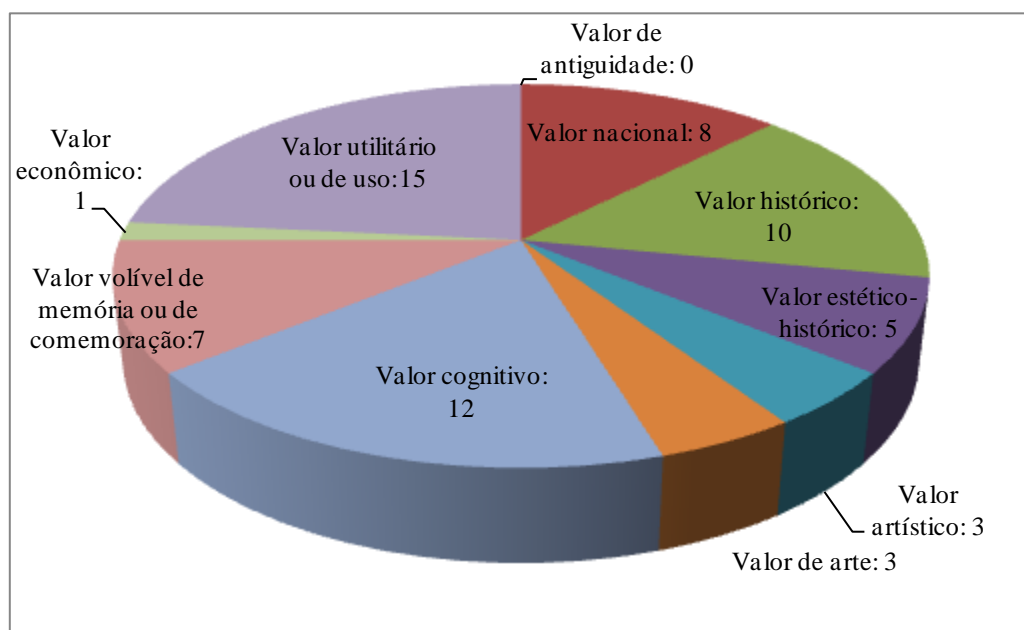


Gráfico 3: Categorias de Valor, provenientes do **discurso jornalístico**.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2021.

A seguir, evidencia-se o panorama analítico, por meio do quadro sinótico contendo um resumo geral das fases metodológicas propostas ao longo dessa pesquisa.

Esfera discursiva Processo analítico	Discurso Político (1883-1930)	Discurso Histórico (1947-2013)	Discurso Jornalístico (2013-2019)
Corpus (fontes primárias e secundárias)	Relatórios governamentais	Textos históricos	Notícias
Vocabulário Normativo (palavras-chave e expressões recorrentes)	Bibliotheca Publica Provincial Bibliotheca Publica do Amazonas “criação de uma biblioteca” edifício (apropriado/novo/ importante) palacete prédio belleza architectonica repartição estabelecimento consulta e leitura	história da Biblioteca Pública Biblioteca Pública do Amazonas Salão de Leitura prédio / edifício (belo/imponente/ suntuoso) Palácio para os livros leitura acervo incêndio restauração manutenção preservação reforma Monumento Histórico tombamento patrimônio (bibliográfico/histórico/ arquitetônico) elementos decorativos pinturas marmorizadas novas funções	Biblioteca Pública do Amazonas belo casarão história arquitetura acervo difusão da leitura acessibilidade lugar espaço (multiuso/dinâmico) exposições temáticas patrimônio estadual monumento preservação histórica ou artística reforma recuperação restauração prédio histórico atividades culturais Feira de Troca de Livros e Gibis Bibliotour visita guiada “popularização do conhecimento” “tornar a biblioteca cada vez mais conhecida”
Categorias de Valor (atribuições mais significativas)	Valor histórico Valor estético-histórico Valor artístico Valor cognitivo Valor utilitário ou de uso	Valor volível de memória ou de comemoração Valor histórico Valor estético-histórico Valor cognitivo Valor utilitário ou de uso	Valor utilitário ou de uso Valor cognitivo Valor histórico Valor nacional Valor volível de memória ou de comemoração
	Biblioteca Pública Provincial Biblioteca Pública do Amazonas	Biblioteca Pública do Estado do Amazonas	Biblioteca Pública do Estado do Amazonas

<p>Interpretação Intertextual</p> <p>(Percepções valorativas)</p>	<p>Abrangendo uma Sala; nas dependências da Igreja Matriz (1883) e em seu edifício sede (1910)</p> <p>Símbolo arquitetônico do poder econômico e político do Amazonas. Edificada como um exemplar testemunhal histórico do período de riquezas no Estado.</p> <p>Propagado como um Patrimônio Público.</p> <p>Legado deixado por representantes políticos que, embora inicialmente seletivo e restrito aos intelectuais naquele período, foi idealizado para fomentar o letramento literário e intelectual da sociedade amazonense naquele contexto e às gerações posteriores.</p>	<p>Abrangendo uma Sala, nas dependências do edifício sede até c. 1979</p> <p>Edificação simbólica e memorial, representativa do contexto histórico referente ao período reconhecido como Ciclo da Borracha (AM)</p> <p>Propagado como um Bem Patrimonial de uso coletivo.</p> <p>Monumento Histórico (Tombado em 1988).</p> <p>Objeto arquitetônico e artístico (aspectos formais).</p>	<p>Abrangendo toda a edificação da Biblioteca</p> <p>Edificação simbólica e memorial.</p> <p>Lugar/Espaço de leitura; cultura; lazer; memórias sociais coletivas</p> <p>Propagado como um Bem Cultural de uso coletivo.</p> <p>Uma espécie de Centro Cultural (dinâmico / multiuso).</p>
--	---	--	---

Quadro 7: Síntese do processo analítico intertextual.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2021.

Desse ponto de vista, ressalta-se a permanência valorativa associada à leitura, perpetuada ao longo da história da Biblioteca Pública do Amazonas que, por ter sido idealizada especificamente como espaço de leitura (Sala/Biblioteca), inicialmente ocupou apenas uma sala no prédio construído para abrigar seu acervo bibliográfico e ampliar o letramento literário e intelectual dos leitores, na cidade de Manaus. Conseqüentemente, esta instituição assumiu seu espaço e, de fato, ocupou seu lugar tanto na totalidade da edificação quanto no contexto social amazonense.

Tal acontecimento pode ser comprovado tanto por sua materialidade arquitetônica na visualidade manauara atual quanto por sua história, especialmente quando comparada à de outros bens patrimoniais tombados, visto que alguns não exercem mais suas finalidades originárias, a exemplo disso podemos citar o Palácio da Justiça⁷⁹ cujas dependências não funcionam mais para o exercício jurídico.

⁷⁹Um breve histórico sobre o Palácio da Justiça pode ser acessado em: <<https://cultura.am.gov.br/portal/centro-cultural-palacio-da-justica/>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de pesquisa surgiu a partir de uma inquietação acerca da atribuição valorativa associada ao patrimônio cultural material e suas reverberações no contexto manauara. Além disso, pretendia-se desenvolver este estudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo teorias das Letras e das Artes. Neste caso, foi possível a partir da aproximação das teorias iconográfica e intertextual para a análise proposta nesta pesquisa, que buscou contemplar e analisar o patrimônio cultural artístico utilizando uma metodologia discursiva com intuito de investigar a percepção valorativa atribuída ao patrimônio edificado, propagada por meio de textos divulgados em algumas esferas discursivas regionais.

Esta investigação não pretendeu ser total, e nem poderia, visto ser inviável abarcar todos os dados, fontes ou perspectivas analíticas em uma única pesquisa e em prazo delimitado. Além disso, ao longo do processo de pesquisa e análise dos dados constatou-se que há inúmeras maneiras de ler/interpretar o patrimônio cultural material. Nesse sentido, foi necessário definir, para este estudo, a análise valorativa de um único patrimônio material, para o qual selecionou-se o edifício sede da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas (BPAM).

Dessa forma, para alcançarmos o objetivo proposto, de investigar a percepção valorativa proveniente de discursos atribuídos à BPAM ao longo do percurso histórico de existência dessa edificação, também foi necessário delimitar o *corpus* teórico em virtude da quantidade de materialidades textuais coletadas em fontes primárias e secundárias. Quanto ao processo analítico, percebeu-se que para contemplarmos este edifício como um objeto artístico era essencial apresentarmos uma apreciação estética, uma leitura/interpretação artística. A partir desses estudos observaram-se referências tanto aos idealizadores quanto ao contexto histórico, ressaltados por meio de aspectos específicos do patrimônio edificado.

Diante disso, adotou-se a teoria iconográfica (PANOFSKY) para a leitura dos aspectos artísticos e arquitetônicos, considerando-se registros fotográficos e fac-similados. Quanto à análise discursiva, utilizou-se a teoria intertextual (SKINNER) associada ao Vocabulário Normativo (SKINNER, NASCIMENTO) com intuito de classificar as principais Categorias de Valor (ARGAN; CHOAY; RIEGL) atribuídas à Biblioteca Pública do Amazonas, propagados por meio de textos provenientes das esferas discursivas

política, histórica e jornalista; a fim de identificar e compreender as percepções valorativas associadas a esta edificação.

Ao longo desse estudo foi possível perceber que os monumentos arquitetônicos fomentaram a materialidade visual do legado de seus idealizadores ao simbolizar e representar o contexto sociocultural de uma época, além do anseio por conservá-los, perpetuando-os como “lugares de memória” (NORA, 1993). Assim, ampliaram-se as possibilidades visuais contemplativas desses bens culturais presentes no cotidiano contemporâneo, visto que as investigações das origens dessas edificações corroboram na compreensão do contexto sócio-histórico e dos processos estilísticos daqueles que os edificaram.

Ao responder o problema de pesquisa proposto – quais os valores atribuídos à BPAM ao longo do período de sua existência? – a partir dos resultados que se revelaram na materialidade discursiva política, destacamos as valorações relacionadas ao contexto histórico, intelectual, arquitetônico e de uso das dependências da edificação da BPAM, evidenciados especialmente a partir das Categorias de Valor: histórico; estético-histórico; artístico; cognitivo; e utilitário ou de uso. Dessa maneira, foi possível perceber que, naquele contexto sócio-econômico, havia uma interação entre os pares, na qual os representantes políticos apresentavam aos demais líderes um parecer acerca de sua atuação na gestão pública. Considerando-se a totalidade dos relatórios analisados, há breves pronunciamentos quanto à Biblioteca, mas que demonstram o interesse em valorizá-la como patrimônio histórico e cultural do Amazonas, notório nos contextos de construção, reconstrução (após incêndio), tombamento como Monumento Histórico, e restauros/reformas realizadas, visto que ao transformar-se em uma instituição com instalações próprias, passou a significar e ressignificar aspectos histórico-culturais coletivos, perpetuando-se como um patrimônio, especialmente, por meio de políticas públicas de preservação/manutenção tanto desse edifício monumental quanto de seu acervo bibliográfico e iconográfico.

Quanto ao discurso histórico, notou-se o anseio em perpetuar a memória histórica dos patrimônios públicos erigidos na capital amazonense, a partir de um contrastante cenário imagético entre o contexto passado e o contemporâneo, visível por meio das imagens que se coadunam com os textos históricos analisados. Nesse sentido, propaga-se a história da BPAM com intuito de preservá-la como um bem patrimonial de uso coletivo, o que é evidenciado por meio das categorizações de valor: volível de memória ou de

comemoração; histórico; estético-histórico; cognitivo e utilitário ou de uso. Logo, esta esfera discursiva salienta a importância histórica desta Biblioteca enquanto instituição pública para a História regional e nacional, ressaltando-se o tombamento como Monumento Histórico (Decreto Nº. 11.033, de 1988) e aspectos formais artísticos e arquitetônicos.

Na esfera jornalística foram divulgados alguns marcos temporais indispensáveis para a compreensão da história da Biblioteca Pública do Amazonas, por meio da apropriação de discursos pré-construídos e propagados nas esferas histórica e política, esta última proveniente de textos veiculados pela SEC/AM e veiculados em algumas notícias. Neste sentido, propaga-se a BPAM à sociedade como um bem cultural de uso coletivo, que proporciona não apenas um espaço de leitura e difusão de conhecimento, mas também possibilita novas experiências no espaço edificado/preservado/perpetuado. Diante do exposto, percebe-se que este edifício-monumento representa e significa a cidade de Manaus em um singular que a torna “plural” (NASCIMENTO, 2014), visto que os líderes políticos do Amazonas vislumbravam prédios públicos que representassem não apenas o progresso proporcionado pelo desenvolvimento econômico vigente no Amazonas nos séculos XIX e XX, mas também a projeção intelectual e artística almejada para as gerações futuras, conforme visto no discurso político e histórico e que se reverbera no discurso jornalístico.

Para além da análise exposta, considerando-se minha experiência empírica e profissional na educação básica da rede pública de ensino (SEMED/Manaus), na qual sou professora de Língua Portuguesa, associando-as aos conhecimentos adquiridos tanto no curso de Mestrado em Letras e Artes do PPGLA (UEA) quanto no Grupo de Pesquisa Intercidade, identificou-se ao longo do processo analítico uma atribuição muito significativa, que pode ser definida como uma nova categoria: *Valor Pedagógico*, visto que este espaço educativo não formal pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem associados à educação formal em contextos interdisciplinares, das quais destacamos projetos de interação entre as disciplinas de Letras (Línguas e Literaturas), Artes, História e Geografia.

Este diálogo é proposto devido à história e às instalações da Biblioteca Pública do Amazonas revelarem traços significativos acerca da biografia urbana de transformações espaciais da cidade de Manaus, por meio da significação patrimonial material que essa construção e seu acervo simbolizam e representam para a História do Amazonas e, como

diria Bakhtin (2003), por possibilitar um contexto real e significativo de interação que, neste caso, pode ser apreendido neste espaço de leitura e letramentos literários e culturais.

Ademais, pelo caráter interdisciplinar suscitado nesta pesquisa, esta investigação pode ser ampliada e responder a tantos outros problemas de pesquisa e, assim, preencher lacunas que as interpretações patrimoniais, visuais e discursivas sugerem ou que, a partir desta leitura, possam ter emergido, porque este estudo não contemplou a análise de discursos não oficiais atribuídos à Biblioteca Pública do Amazonas, especialmente em virtude da amplitude que teria esta pesquisa, sendo necessária a delimitação da análise dos textos provenientes de discursos oficiais: político; histórico e jornalístico. Portanto, pesquisas futuras sobre a BPAM podem contemplar outras percepções a partir da análise da imaterialidade associada a esta edificação; estudos a respeito do acervo bibliográfico ou de obras visuais expostas de forma permanente e/ou transitória que utilizaram as dependências do edifício, entre outras questões suscitadas durante a leitura dessa dissertação.

A partir das teorias adotadas para a análise dos dados coletados (fontes primárias e secundárias) e considerando-se a experiência empírica da pesquisadora no espaço investigado, esta dissertação apresenta apenas uma possibilidade de leitura teórico-metodológica acerca da atribuição valorativa associada aos bens culturais, contribuindo para o escopo das investigações interdisciplinares propostos no Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (PPGLA-UEA), especificamente na área de concentração *Representação e Interpretação*, na linha de pesquisa *Arquivo, Memória e Interpretação*.

Pesquisas semelhantes a esta podem ser realizadas a partir de outros espaços, quer seja na cidade de Manaus ou em outras cidades. Ao fomentar reflexões acerca da importância valorativa atribuídas aos bens públicos, tais estudos evidenciam possibilidades de significá-los e/ou ressignificá-los, contrapondo-os a outros espaços públicos ou privados tombados ou não tombados. A partir disso, é possível difundir a história/memória dos patrimônios edificados que permeiam nosso olhar e, de alguma forma, se fazem presentes em nosso cotidiano por meio da materialidade arquitetônica e/ou discursiva. Além de proporcionar o debate a respeito da elaboração e aplicação de políticas públicas de preservação e salvaguarda de bens culturais tombados e, conseqüentemente, sobre o conceito de valor patrimonial que é refletido no conceito de bens culturais no contexto atual.

REFERÊNCIAS

Artigos, Dissertações, Folheto, Informativo, Livros e Teses

ABBAGNANO, Nicola. Valor. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª ed. brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti – 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ANDRADE, Moacir. Manaus: 100 anos de arquitetura. 1996. Disponível no acervo da Biblioteca Pública Municipal João Bosco Pantoja Evangelista.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução Pier Luigi Cabra. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

AULETE, Caldas. **Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa**: edição de bolso [atualização do Banco de Palavras, Conselho dos Dicionários Caldas Aulete, editor responsável Paulo Geiger, apresentação Evanildo Bechara.]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008; Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBALHO, Celia Regina Simonetti. Biblioteca Pública do Estado do Amazonas: a construção de sentido de seu edifício. **Informação & Sociedade**; v. 12, n. 1, 2002.

BIBLIOTECA Genesino Braga. Informativo. **Secretaria de Estado de Cultura (SEC/AM)**. Disponível em: <https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/r065_roteiro_cultural_biblioteca_ge>. Acesso em: 03/03/2021.

BIBLIOTECA Pública: realizações e projetos. **Revista do Arquivo do Amazonas**. Edição Biblioteca Pública, v. 1, nº 1. Manaus: Secretaria de Estado da Administração, Coordenadoria e Planejamento. Coordenadoria de Arquivo Público, 1906. Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Cultura do Amazonas/Gerência de Acervos Digitais. Edição fac-símile disponível na Biblioteca Virtual do Amazonas; original na Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.

BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. Disponível em: <https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/dicionario_amazonense_de_biografias>. Acesso em: 18/02/2021.

BRAGA, Genesino. **Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas**. Série Conselho Nacional de Pesquisas: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. 1ª ed. Manaus: Editora Belém, 1957. Versão PDF. Disponível em <http://portalentretextos.com.br/download/livros-online/genesino_brag1222.pdf>. Acesso em: 12/06/2019.

BRAGA, Genesino. **Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas**. 2ª ed. Manaus: Imprensa Oficial, 1989.

BRAGA, Robério. **Biblioteca Pública do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado/Rego Edições, 2013.

BRAGA, Robério (Org.). **Símbolos do Amazonas**. Manaus: Editora Valer / Edições Governo do Estado do Amazonas, 2001.

BURDEN, Ernest. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. Tradução Alexandre Ferreira da Silva Salvaterra. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BUSSAGLI, Marco. **Atlas ilustrado de la arquitectura**. Susaeta Ediciones, 2004.

CALABRESE, Omar. **A linguagem da arte**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

CAMPBELL, James W. P. **A biblioteca: uma história mundial**. Fotografias de Will Pryce; Tradução de Thais Rocha. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

CHEVALIER, Jean. **Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Tradução: Vera da Costa e Silva [et al.], 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação da Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Tradução João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CRAGOE, Carol Davidson. **Como decifrar arquitetura: um guia visual completo dos estilos**. Tradução: Ricky Goodwin. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. **Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais**. Rev. Adm. Pública vol.48 n.5 Rio de Janeiro, Sept./Oct. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000500002>. Acesso em: 22/11/2019.

DE CASTRO, Ana Claudia Veiga. **Das biografias urbanas à cultura das cidades: Richard Morse e a formação da metrópole paulista**. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), n. 22, p. 22-29, 2016.

DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura da Borracha na Amazônia (1850-1920)**. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Orgs.). **Arquitetura na formação do Brasil**. Brasília: Edição UNESCO, 2006.

DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura Nortista: a presença italiana no início do século XX**. Manaus: SEC, 1998.

DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. 1.ª ed. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

FIDANZA, Felipe Augusto. **Álbum do Amazonas: 1901-1902**. Manaus. Disponível em: <<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>. Acesso em: 29/07/2020.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FRANZINELLI, Elena. Características morfológicas da confluência dos rios Negro e Solimões (Amazonas, Brasil). **Revista Brasileira de Geociências**. 41(4): 587-596, dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2317-48892011000400587&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 17/06/2020.

GARCIA, Etelvina. **Biblioteca Pública do Estado do Amazonas**. Folheto. Manaus: Editora Sérgio Cardoso & Cia LTDA, s/d. Secretaria da Educação, Cultura e Desportos do Estado do Amazonas. Disponível no acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

GESTER, Carolina de Souza Leão Macieira. **Ladrilhos Hidráulicos em Belém: subsídios para a sua conservação e restauração**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2013. Disponível em: <https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/dissertacao_carolina_gester.pdf>. Acesso em: 18/06/2020.

GOMES, Joaquim Ivanir; MELO, Ana Telma Souza de; SILVA, Elke Micheline Anijar. Durabilidade de 15 Espécies de Madeiras Amazônicas em Contato com o Solo em Ambiente Sombreado. **Revista Comunicado Técnico**, Belém, 148, p. 1-4, dez., 2005. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/390412/1/com.tec.148.pdf>>. Acesso em: 01/12/2019.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia (org.). **Pequeno dicionário Houaiss de Lexicografia**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. 7ª ed. revista. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

MAGALHÃES, Soraia. Biblioteca Pública do Amazonas. **Revista Biblio**. Disponível em: <<https://biblio.cartacapital.com.br/biblioteca-publica-do-amazonas/>>. Acesso em: 01/12/2019.

MARGALHO, Luciano Ferreira (et al). Conhecendo Espécies de Plantas da Amazônia: Pau-amarelo (*Euxylophora paraensis* Huber - Rutaceae). **Revista Comunicado Técnico**, Belém, 247, p. 1-6, ago., 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de>>

publicacoes/-/publicacao/992344/conhecendo-especies-de-plantas-da-amazonia-pau-
amarelo-euxylophora-paraensis-huber---rutaceae>. Acesso em: 01/12/2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia José Lustosa da Cunha Paranaguá**. 2020. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1221-Jose_Lustosa_da_Cunha_Paranagua>. Acesso em: 21/02/2021.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2005_MESQUITA_Otoni_Moreira_de-S.pdf>. Acesso em: 21/02/2021.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura (1669-1915)**. 4^o ed. revisada e ampliada. Manaus: Editora Valer, 2019.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

NASCIMENTO, Maria Evany. **Do discurso à cidade: políticas de patrimônio e a construção do espaço público no Centro Histórico de Manaus**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design, 2014. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=24969@1>>. Acesso em: 26/03/2018.

NASCIMENTO, Maria Evany. **Manaus em poesia**. 2^a ed. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2019.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte da Renascença. In: **Significado nas artes visuais**. Tradução: Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. 4^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PÁSCOA, Márcio. **Cronologia Lírica de Manaus**. Coordenação de pesquisa: Luciane Páscoa. Manaus: Editora Valer e Edições Governo do Estado do Amazonas, 2000.

PÁSCOA, Márcio. **A vida musical em Manaus na época da borracha (1850-1910)**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1997.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. O Ecletismo e seus Contemporâneos na Arquitetura do Rio de Janeiro. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

PINHEIRO, Geraldo. Como Nasceu a Biblioteca Pública do Amazonas. **Arquivos Coletânea de documentos para a História do Amazonas**, n. 45, ano I, vol. I, junho de 1947. Associação Comercial do Amazonas: Manaus, Amazonas. Disponível na Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.** Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROZISKY, Cristina Jeannes. **Arte decorativa:** forros de estuques em relevo, Pelotas 1876-1911. Pelotas: Ed. UFPel, 2017.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura do ferro no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1986.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno.** Revisão técnica Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. Motivos, intenciones e interpretación. In: CRESPO, Enrique Bocado (org.). **El giro contextual:** cinco ensayos de Quentin Skinner, y seis comentarios. Madrid: Editorial Tecnos (Grupo Anaya), S.A., 2007.

SKINNER, Quentin. Significado Y Comprensión en la Historia de las ideas. In: CRESPO, Enrique Bocado (org.). **El giro contextual:** cinco ensayos de Quentin Skinner, y seis comentarios. Madrid: Editorial Tecnos (Grupo Anaya), S.A., 2007.

VOLOSHINOV, Valentin. (BAKHTIN, Mikhail). **Marxismo e filosofia da linguagem:** Problemas fundamentais do Método sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1979.

VOLOSHINOV, Valentin Nikolaievich. **A Construção da Enunciação e Outros Ensaios.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

WALTY, Ivete Lara Camargos; FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda Ferreira. **Palavra e imagem:** leituras cruzadas. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Artigos Constitucionais, Decretos, Leis, Relatórios Técnicos

AMAZONAS. Decreto n. 11.033, de 12 de abril de 1988. **Lex:** Estabelece o tombamento como Monumento Histórico e do Estado do Amazonas do edifício sede da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. Diário Oficial do Estado do Amazonas. Ano XCIV, n. 26.460, p. 5, 14 de abril de 1988. Disponível em: <<http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublica.do;jsessionid=C0595EE06632B4CAFFCD0673F2A404F2>>. Acesso em: 11/10/2019.

AMAZONAS. Lei n. 254, de 9 de agosto de 1899. **Lex:** Estabelece a reorganização da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, a partir da criação do edifício sede. Edição fac-símile. Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Cultura do Amazonas/Gerência de Acervos Digitais.

AMAZONAS. Lei n. 1.528, de 26 de maio de 1982. **Lex:** Estabelece a criação do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_1.528_de_26_de_maio_de_1982.pdf>
 . Acesso em: 22/11/2019.

AMAZONAS. Processo n. 001/84, de 26 de março de 1984. **Lex:** Solicitação de tombamento da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas e acervo ao Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas – CEDPHA, Amazonas, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09/11/2019.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. **Lex:** Estabelece a organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 30 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 16/10/2019.

BRASIL. Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937. **Lex:** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 15/11/2019.

CASTRO, Márcia Honda N. Capacitação técnica em conservação e restauração para atividades de monitoramento e fiscalização de bens culturais móveis e integrados. Exercício sobre o forro estucado: forro do hall central, 2º andar. **SEI Nº 1457359** - Superintendência do IPHAN no Estado do Amazonas, 2018. Versão impressa referente ao Ofício nº 1054/2019/IPHAN-AM-IPHAN. Processo nº 01490.000282/2019-51.

GUIMARÃES, Clementino José Pereira. Lei n. 205, de 17 de maio de 1870. **Lex:** Estabelece a criação de uma sala de leitura que servirá de núcleo à Biblioteca Pública da Província. Collecção das Leis da Província do Amazonas. Tomo XVIII, parte I, s/n, 1870. Edição fac-símile. Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Cultura do Amazonas/Gerência de Acervos Digitais.

MANAUS. Decreto n. 7.176, de 10 de fevereiro de 2004. **Lex:** Estabelece o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus. Diário Oficial do Município de Manaus. Ano V, n. 1.018, caderno I, p. 1, 14 de junho de 2004. Disponível em: <http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2004/junho/dom20041018cad1.pdf/at_download/file>. Acesso em: 11/10/2019.

Relatórios dos Presidentes da Província e Governadores do Amazonas

BACELLAR, Pedro de Alcantara. Mensagem lida perante a Assembléa Legislativa na abertura da primeira sessão ordinária da decima legislatura, a 10 de julho de 1919.

BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. **Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes**, por ocasião abertura da primeira sessão ordinária da sétima legislatura, em 10 de julho de 1910, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1911.

CARVALHO, Raymundo Affonso de. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas**, na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura pelo Presidente do Congresso Legislativo em exercício de Governador do Estado, 10 de julho de 1908. Manáos: Imprensa Official, 1908.

CARVALHO, Raymundo Affonso de. **Mensagem lida perante o Congresso do Estado**, por ocasião da abertura da sessão extraordinaria pelo Governador do Estado, 28 de dezembro de 1907. Manáos: Typographia a vapor do Amazonas, 1907.

NERY, Antonio Constantino. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas**, na abertura da terceira sessão ordinaria da quinta legislatura, em 10 de julho de 1906. Manáos: Imprensa Official, 1906.

NERY, Antonio Constantino. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas**, na abertura da primeira sessão ordinaria da sexta legislatura, em 10 de julho de 1907. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1907. Acervo *Center for Research Libraries*.

NERY, Antonio Constantino. **Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes**, por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinaria da 5ª legislatura, em 10 de julho de 1905, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Volume I. Manáos: Typographia a vapor do Amazonas, 1905.

NERY, Antonio Constantino. **Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes**, por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura, em 10 de julho de 1905, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Volume II. Manáos: Typographia a vapor do Amazonas, 1906.

NERY, Silverio José. **Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes**, na abertura da 1ª sessão da 4ª legislatura, em 10 de julho de 1901. Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1902.

NERY, Silverio José. **Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes**, por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinaria da 5ª legislatura, em 10 de julho de 1904, acompanhada dos relatórios dos chefes das repartições do Estado. Manáos: Impresso na Typographia do AMAZONAS, 1905.

PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas**, na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura, em 25 de março de 1883. Manáos: Impresso na TYP do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1883. Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Cultura do Amazonas/Gerência de Acervos Digitais.

PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem lida perante a Assembléa Legislativa**, por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura, em 10 de julho de

1914, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Publica, 1914.

RAMALHO JÚNIOR, José Cardoso. **Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes**, em sessão ordinária em 10 de julho de 1899. Manaus: Imprensa Official, 1899.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Mensagem lida perante o Congresso Amazonense**, na Sessão de Instalação em 1 de julho de 1892. Manaus: Typ. do Amazonas, 1892.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Mensagem lida ao Congresso do Estado do Amazonas**, em 10 de julho de 1894. Manaus: Imprensa Official do Estado do Amazonas, 1894.

SÁ, Alfredo. **Mensagem á Assembléa Legislativa do Estado**, em sua reunião extraordinária de 15 de dezembro de 1925. Manaus: Imprensa Pública, 1925.

Textos jornalísticos e institucionais

A NOVA Biblioteca Pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, 21 de nov. de 1947. Acervo cedido pelo Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Cultura do Amazonas/Gerência de Acervos Digitais.

BIBLIOTECA Pública oferece jornais impressos de mais de 150 anos para consulta gratuita. **Portal A Crítica**, Manaus, 29 de dez. 2017. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/biblioteca-publica-oferece-jornais-impressos-de-mais-de-150-anos-para-consulta-gratuita>>. Acesso em: 02/08/2019.

BIBLIOTECA Pública reabre após quase cinco anos em restauro, no AM. **Portal G1 AM**, Manaus, 31 de jan. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/01/biblioteca-publica-do-amazonas-reabre-apos-cinco-anos-em-obras.html>>. Acesso em: 01/12/2019.

BIBLIOTECA pública volta a funcionar após cinco anos fechada. **Portal Em Tempo**, Manaus, 31 de jan. 2013. Disponível em: <<http://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/1127/biblioteca-publica-volta-a-funcionar-apos-cinco-anos-fechada>>. Acesso em: 09/03/2020.

BIBLIOTHECA Publica. **Diário do Amazonas**, Manaus, 6 de set. 1910. Anno I, n 178, p.1. Acervo disponível no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA.

CARVALHO, Auriane. Bibliotecas de Manaus tentam sobreviver na era da Internet. **Portal A Crítica**, Manaus, 9 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/bibliotecas-de-manaus-tentam-sobreviver-na-era-da-internet>>. Acesso em: 09/08/2019.

'CARNAVAL das Letras' movimentava Biblioteca Pública com oficinas, filmes e música. **Portal A Crítica**, Manaus 4 fev. 2019. Disponível em:

<<https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/carnaval-das-letras-movimental-biblioteca-publica-com-oficinas-filmes-e-musica>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CHAGAS, Bruna. Você acredita em fantasmas? Veja lugares mais 'assombrados' de Manaus. **Portal Em Tempo**, Manaus, 31 de out. 2018. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/cultura/82096/voce-acredita-em-fantasmas-veja-lugares-mais-assombrados-de-manau>>. Acesso em: 02/08/2019.

COSTA, Bárbara. Bibliotecas tradicionais de Manaus caem no esquecimento. **Portal Em Tempo**, Manaus, 26 de mar. 2017. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/72218/bibliotecas-tradicionais-de-manau-caem-no-esquecimento>>. Acesso em: 02/08/2019.

DESAPARECEU, na voragem do fogo, a nossa biblioteca. **Jornal do Commercio**, Manaus, 23 de ago. de 1945. Edição 13.913B. BNDigital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=sinistro%20na%20Biblioteca%20P%c3%bablica&pagfis=148103>. Acesso em: 20/11/2019.

DOMINGO tem 'Feira de Troca de Livros e Gibis' na Biblioteca Pública. **Portal Em Tempo**, Manaus, 28 jun. 2019. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/cultura/162268/domingo-tem-feira-de-troca-de-livros-e-gibis-na-biblioteca-publica>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

DOMINGO tem 'Feira de Troca de Livros e Gibis' na Biblioteca Pública. **SEC**, Manaus, 28 jun. 2019. Disponível em: <<https://cultura.am.gov.br/portal/domingo-tem-feira-de-troca-de-livros-e-gibis-na-biblioteca-publica/>>. Acesso em: 20/07/2019.

EM MANAUS, feira de troca reúne diferentes gerações de leitores para troca de livros. **Portal Em Tempo**, Manaus, 29 de maio 2016. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/cultura/57649/em-manau-feira-de-troca-reune-diferentes-geracoes-de-leitores-para-troca-de-livros>>. Acesso em: 02/08/2019.

ESTATÍSTICA, Bibliotheca, Archivo Publico, Imprensa Official e Munismática. **Correio do Norte**: órgão independente, 9 de set. de 1910. Ano II, n. 538. BNDigital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228095&pesq=Bibliotheca%20Publica&pasta=ano%20190>>. Acesso em: 15/11/2019.

FERREIRA, Evaldo. Bibliotecas para livros e outras opções de lazer. **Jornal do Commercio**, Manaus, 28 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.jcam.com.br/Noticia/Bibliotecas-para-livros-e-outras-opcoes-de-lazer-50066#.XTdWf45Khdh>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

MENEZES, Alik. Você sabe quanto vale o patrimônio público do Amazonas? **Portal A Crítica**, Manaus, 12 de mar. de 2017. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/voce-sabe-quanto-vale-o-patrimonio-publico-do-amazonas-e-quantos-imoveis-o-estado-possui>>. Acesso em: 02/08/2019.

MENEZES, Alik. Mais rigor contra o vandalismo: projeto de lei prevê a prisão de quem pichar monumentos. **Portal A Crítica**, Manaus, 07 de jan. 2018. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/projeto-em-tramitacao-determina-prisao-a-quem-pichar-monumentos-historicos>>. Acesso em: 02/08/2019.

NOTA. **Jornal do Commercio**, Manaus, 22 de set. de 1945. Edição n. 13.938, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%2222%20de%20agosto%22&pasta=ano%20194&pagfis=148255>. Acesso em 16/10/2020.

OLIVEIRA, Bruna. Biblioteca Pública tem atividades durante Virada Sustentável Manaus. **Portal Em Tempo**, Manaus, 26 de jul. 2019. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/cultura/166316/biblioteca-publica-tem-atividades-durante-virada-sustentavel-manaus>>. Acesso em: 26/08/2019.

OLIVEIRA, Bruna. Conheça a programação da 2ª Semana do Livro e da Biblioteca em Manaus. **Portal Em Tempo**, Manaus, 12 out. 2019. Disponível em: <<http://d.emtempo.com.br/cultura/175302/conheca-a-programacao-da-2-semana-do-livro-e-da-biblioteca-em-manaus>>. Acesso em: 09/03/2020.

REABERTURA da Biblioteca Pública é novamente adiada. **Portal Em Tempo**, Manaus, 18 de jan. 2013. Disponível em: <<http://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/567/reabertura-da-biblioteca-publica-e-novamente-adiada>>. Acesso em: 09/03/2020.

ROCHA, Lucyleny. Conheça 15 pontos turísticos para 'viajar pela história' de Manaus. **Portal Em Tempo**, Manaus, 17 de jun. 2019. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/economia-turismo/146797/conheca-15-pontos-turisticos-para-viajar-pela-historia-de-manaus>>. Acesso em: 02/08/2019.

SEINFRA conclui obras da Biblioteca Pública do Estado. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus – **SEINFRA**, Manaus 15 de out. 2012. Disponível em: <<http://www.seinfra.am.gov.br/seinfra-conclui-obras-da-biblioteca-publica-do-estado/>>. Acesso em: 01/12/2019.

SEVERIANO, Adneison. Nova Biblioteca Pública do AM ganha acessibilidade e mais 285 mil livros. **Portal G1 AM**, Manaus 04 de dez. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/12/nova-biblioteca-publica-do-am-ganha-acessibilidade-e-mais-285-mil-livros.html>>. Acesso em: 10/02/2021.

SOUZA, Silane. Bibliotecas de Manaus sofrem com o descaso e com a burocracia. **Portal A Crítica**, Manaus, 24 de fev. 2016. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/bibliotecas-de-manaus-sofrem-com-o-descaso-e-com-a-burocracia>>. Acesso em: 02/08/2019.

SOUZA, Silane. Já leu? Que tal trocar? **Portal A Crítica**, Manaus, 23 de abr. 2016. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/domingo-ja-leu-que-tal-trocar>>. Acesso em: 02/08/2019.

SOUZA, Silane. Aprovada: 'Feira de Troca de Livros e Gibis' conquista público amazonense. **Portal A Crítica**, Manaus, 25 de abr. 2016. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/segunda-feira-intercambio-cultural>>. Acesso em: 02/08/2019.

TORRES, Nathalie. Biblioteca Pública do Estado entre modernização e preservação. **Portal Em Tempo**, Manaus, 26 de out. 2019. Disponível em: <<http://d.emtempo.com.br/amazonas/176806/biblioteca-publica-do-estado-entre-modernizacao-e-preservacao>>. Acesso em: 09/03/2020.

TORRES, Nathalie. Biblioteca Pública do Estado tem acervo inclusivo sem muitos adeptos. **Portal Em Tempo**, Manaus, 19 de out. 2019. Disponível em: <<http://d.emtempo.com.br/cultura/176002/biblioteca-publica-do-estado-tem-acervo-inclusivo-sem-muitos-adeptos>>. Acesso em: 09/03/2019.

VIGÉSIMA edição da 'Feira de Troca de Livros e Gibis' acontece neste domingo (29). **Portal A Crítica**, Manaus, 28 de abr. 2018. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/vigesima-edicao-da-feira-de-troca-de-livros-e-gibis-acontece-neste-domingo-29>>. Acesso em: 02/08/2019.

APÊNDICE A – Marcos históricos da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

HISTÓRICO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO AMAZONAS	
Referência: AMAZONAS. Processo n. 001/84, de 26 de março de 1984. Lex: Solicitação de tombamento da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas e acervo ao Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas – CEDPHA, Amazonas, 1984.	
ANO	ACONTECIMENTO
1868	Gustavo Adolpho Ramos Ferreira sugeriu a criação da Biblioteca Pública à Assembleia Legislativa.
1870	30/04 – Aprígio Martins de Menezes, deputado, apresentou o Projeto de Lei ao Plenário do Legislativo para criar a Biblioteca Pública. 17/05 – Clementino José Pereira Guimarães, Presidente da Província, sancionou a Lei Nº 205, que estabelece a criação de uma sala de leitura no Liceu Amazonense (atual Colégio Amazonense Dom Pedro II) como núcleo da Biblioteca Pública da Província.
1871	Janeiro – Foram adquiridos livros e mobília para sala de leitura. 19/03 – Foi inaugurada a Sala de Leitura , no Liceu, situado à Travessa da Imperatriz. 25/03 – Publicado o Regimento Interno da Sala de Leitura.
1871-1872	No período entre 1871 e 1872 a Sala de Leitura ficou sob a responsabilidade de José Ferreira Fleury, Secretário da Diretoria da Instrução Pública, apoiado por um bibliotecário e um porteiro. Quanto ao acervo, iniciaram-se as atividades com uma média de 1200 exemplares de livros.
1874	Domingos Monteiro Peixoto, Presidente da Província, destinou verba de dois contos de réis para aquisição de livros para o acervo da Sala de Leitura.
1876	Antônio dos Passos Miranda, Presidente da Província, relata a desatualização do acervo da Sala de Leitura e o descaso por não ter sala própria, tendo que dividir o espaço da sala com a Diretoria da Instrução Pública.
1880	Outubro – Sátiro de Oliveira Dias, Presidente da Província, denuncia a inexistência física/material da Sala de Leitura.
1882	27/05 – José Lustosa da Cunha Paranaguá, Presidente da Província, direcionou verba orçamentária (exercício 1882-1883), destinada ao pagamento de pessoal (bibliotecário e porteiro), expediente e para compras de utensílios necessários ao seu funcionamento, conforme Lei Nº 582 assinada por ele nesta data.
1883	03/03 – Lourenço Pessoa é nomeado como bibliotecário da instituição. 25/03 – A Biblioteca Pública Provincial é inaugurada no lado oriental do Consistório da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. 29/03 – Antônio José Barbosa, deputado, apresentou Projeto de Lei para a construção do edifício sede da Biblioteca Pública Provincial. 04/06 – Esse projeto é transposto por meio da Lei Nº 608, que estabelecia quarenta contos de réis direcionados à construção do edifício e indenização da planta baixo.
1884	Janeiro – Contabilizam-se 5.000 exemplares de obras no acervo e média de 192 leitores. Fevereiro – Antônio Manuel de Souza Oliveira assume o cargo de bibliotecário. 16/05 – Lei Nº 640 autorizou a conclusão das obras do Liceu Provincial, o qual também abrigará a Biblioteca.
1885	Carlos Pereira de Pinho assume a função de bibliotecário. Entre o início de 1885 e final de 1886 ele elabora o Catálogo referente ao acervo da biblioteca.
1886	O exercício do biênio 1885-1886 desconsiderou a verba que seria destinada à construção do edifício da Biblioteca, citando apenas “cinco contos e oitocentos mil réis, para pessoal e expediente” (p. 18). Permanecendo a Biblioteca no Consistório da Igreja Matriz.
1887	25/06 – Conrado Jacob de Niemeyer, Presidente da Província, por meio da Lei Nº 780, reestruturou o quadro de pessoal da Biblioteca em: 1 diretor; 1 amanuense; 1 porteiro. Carlos Pereira de Pinho assume a função de diretor dessa instituição.
1888	09/07 – Jorge Augusto de Brito Inglês assumiu a direção da Biblioteca Pública. Entre os dias 02 a 12/07 Raimundo Amâncio de Miranda assumiu o exercício da Presidência da Província e determinou a transferência da Biblioteca situada no Consistório da Igreja Matriz para as novas instalações do Liceu Amazonense. 11/12 – Raimundo Amâncio de Miranda assumiu novamente a presidência no Amazonas e instituiu uma Comissão Examinadora da situação da Biblioteca, formada por João Brígido dos Santos Júnior, Júlio Pinto de Almeida e Gorgônio dos Santos.

1889	Março – A comissão apresenta parecer favorável tanto acerca do acervo quanto ao atendimento oferecido. 15/11 – A partir da implementação da República, a Biblioteca perdeu o status que havia conquistado referente ao espaço, às verbas, aos funcionários e, por fim, aos livros, dos quais muitos foram extraviados ou emprestados e não devolvidos ao acervo.
1892	23/07 – Eduardo Gonçalves Ribeiro assumiu o Governo do Amazonas extinguiu a Diretoria da Biblioteca em setembro, culminando em seu esquecimento no período de cerca de quatro anos, no qual seu acervo esteve nas dependências do Liceu Amazonense.
1894	01/05– Eduardo Gonçalves Ribeiro autorizou a compra do terreno para construção do edifício. 11/05 – O Governo do Amazonas compra o terreno da Rua Barroso da firma Marques Valente & Cia “pela quantia de 45.000\$000” (p. 20), no qual, posteriormente, foi construída a Biblioteca Pública Provincial.
1895	17/10 – Eduardo Gonçalves Ribeiro, por meio do Decreto Nº 86 criou a Diretoria da Biblioteca Pública do Amazonas, composta de 1 diretor; 1 secretário; 1 porteiro; 1 contínuo. Estabeleceu regras para o regulamento interno e acerca do horário de funcionamento, das 11h às 14h e 18h às 20h, admitindo a frequência apenas de pessoas maiores de 14 ano (p. 20). Neste ano, passou a funcionar em uma casa situada à Praça da Constituição (atual Heliodoro Balbi) na esquina com a Rua Guilherme Moreira.
1897	Março – Fileto Pires Ferreira, Governador, expõe ao Congresso dos Representantes a situação de descaso e abandono da Biblioteca, sugerindo nova mudança de endereço e aquisição de novo acervo, em consonância com a reivindicação do Diretor da Biblioteca Justiniano Serpa. Dezembro – Fileto Pires Ferreira extinguiu a Biblioteca e submeteu seu restrito acervo à Repartição de Estatística, conforme Decreto Nº. 208.
1898	01/01 – A Biblioteca foi destituída do caráter de Repartição Pública Autônoma. Neste ano, assumiu uma seção na Repartição de Estatística, funcionava no mesmo endereço da Estatística e Arquivo Público, na Rua do Progresso (Atual Monsenhor Coutinho), sob a responsabilidade do Bibliotecário Wilson Silveira Coelho.
1899	09/08 – José Cardoso Ramalho Júnior, Governador, sancionou a Lei Nº 254, desvinculando a Biblioteca da Repartição de Estatística e estabelecendo sua reorganização, estruturada com um novo acervo de obras e um quadro de funcionários contemplando: 1 diretor; 1 sub-diretor; 5 amanuenses; 1 porteiro; 1 contínuo; 4 serventes; em edifício a ser construído como sede própria.
1900	03/01– A partir do Decreto 375-B, a Biblioteca volta a ser uma diretoria independente. Passando a ser dirigida por Raul de Azevedo. Porém, neste ano, continuou funcionando na Repartição de Estatística.
1901	No terreno da Rua Barroso “Foi construído, no local, uma cocheira, que mais tarde foi demolida” (p. 62) com intuito de construir o prédio da Biblioteca Pública Provincial.
1904	Outubro – Antônio Constantino Nery, Governador, extinguiu a Diretoria da Biblioteca e anexou-a, como seção temporária, à Diretoria de Estatística, Arquivo e Biblioteca, estabelecendo um novo regulamento. Esse retrocesso ocorreu em virtude da inviabilidade de consultas às obras, pois os livros estavam desgastados e/ou truncados. Os principais exemplares foram transferidos ao novo endereço, na Av. Eduardo Ribeiro, onde foram arquivados até a finalização das obras na sede oficial na Rua Barroso.
1905	Início das obras de construção do edifício sede da Biblioteca , em terreno ao lado da Imprensa Oficial, situado na Rua Barroso, entre a Av. Sete de Setembro e a Rua Henrique Martins. Antônio Constantino Nery, Governador, autorizou “a construção do edifício, sendo dela encarregado o Dr. Emygdio José Ló Ferreira (o livro nº 102, diz empreiteiro). O custo da obra foi orçada em 1.157:130\$308 (O livro 109 dá o custo de 1.157:130\$803 – Mil cento cinquenta e sete contos cento e trinta mil oitocentos e três reis)” [sic]. (p. 62), conforme registros do ITERAM.
1907	Nesse ano a Biblioteca ainda estava em obras, porém é citado o “término de sua construção” (p. 63). *15/11 – Não é mencionada a inauguração parcial do edifício idealizado para abrigar a Biblioteca, inaugurado inicialmente pelas instituições Arquivo Público e Repartição da Estatística.
1908	15/09 – Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, Governador, sancionou a Lei Nº 573, que subordinava a Repartição de Estatística, Biblioteca, Imprensa Oficial e Numismática a uma única diretoria. 22/10 – Por meio do Decreto Nº 884, a Biblioteca e a Numismática constituíram uma única seção, composta de um bibliotecário, um porteiro e um servente.
	26/07 – Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha assume a Diretoria da Repartição de Estatística, Biblioteca, Imprensa Oficial e Numismática.

1910	<p>05/09 – Solenidade de inauguração da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas em seu edifício sede, “na ala direita do pavimento térreo com um acervo de mais de 20.000 volumes” (p. 63), durante a gestão governamental de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt.</p> <p>06/09 – A Biblioteca é aberta ao público amazonense. A partir desse dia, Bento Aranha organizou internamente a Biblioteca, adquiriu livros para o acervo, por meio de doações de outras bibliotecas, e comprou mobiliário com verbas públicas (Biênio 1910-1911).</p> <p>22/11 – A Lei Nº 647 separa a Imprensa Oficial da Repartição de Estatística, Biblioteca, e Numismática.</p>
1912	Fevereiro – Benjamim Lima assume o cargo de Diretor da Repartição de Estatística, Biblioteca, Imprensa Oficial e Numismática.
1913	Janeiro – Heitor Beltrão assume o cargo de Diretor da Repartição de Estatística, Biblioteca, e Numismática.
1914	<p>Janeiro – A Assembleia Legislativa instala-se no andar superior, ocupando esse espaço até 1964.</p> <p>07/10 – A Imprensa Oficial é novamente agregada à Repartição de Estatística, Biblioteca, e Numismática, por meio da Lei Nº 761 sancionada pelo Governador Jonathas Pedrosa. Nessa data, José Duarte Sobrinho foi nomeado Diretor da Repartição e o bibliotecário José Chevalier Carneiro de Almeida assumiu a chefia da Biblioteca.</p>
1916	14/06 – Foi elaborado um novo Regulamento para a Biblioteca Pública, considerando-se o trabalho de catalogação realizado por José Chevalier Carneiro de Almeida.
1918	17/01 – A Sociedade Amazonense de Homens e Letras (atual Academia Amazonense de Letras) foi instalada no espaço do Salão Nobre, pavimento superior da Biblioteca.
1921	24/10 – A partir do Decreto Nº 1.418, foi reorganizada a Repartição do Arquivo Público, Biblioteca e Imprensa Oficial.
1925	<p>Março – É estabelecido novo horário de atendimento na biblioteca, manhã (8h-11h), tarde (14h-17h) e noite (19h-21h), atendendo às expectativas dos leitores.</p> <p>É mencionado que o prédio foi reformado durante o governo do interventor Dr. Alfredo Sá (p. 63).</p>
1927	Dezembro – José Chevalier Carneiro de Almeida foi nomeado Diretor da Repartição do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Oficial.
1929	Nesse ano a Biblioteca registrou a frequência de 4.095 leitores.
1930	José Chevalier Carneiro de Almeida reassumiu o cargo de bibliotecário.
1935	<p>Fevereiro – Marcionillo Lessa assumiu a direção da Repartição do Arquivo Público, Biblioteca e Imprensa Oficial.</p> <p>03/05 – Foram acrescentadas algumas obras para o acervo da Biblioteca, entre livros, revistas e jornais.</p>
1936	<p>Genesino Braga é nomeado chefe da Biblioteca.</p> <p>Ao acervo foram acrescentadas diversas obras, dentre as quais: livros, enciclopédias, jornais e revistas.</p>
1943	<p>31/03 – Por meio do Decreto-Lei Nº 988 foi instituída a Diretoria do Arquivo e Biblioteca Pública.</p> <p>Genesino Braga foi nomeado Diretor dessa nova Repartição, auxiliado por “1 Bibliotecário-Chefe, 3 Bibliotecários e 1 Datilógrafo” (p. 40).</p> <p>A Biblioteca recebeu verbas orçamentárias para aquisições de livros.</p> <p>Inaugurou-se a Biblioteca Infantil.</p> <p>Entre 1943-1944 registrou-se cerca de 34.500 leitores, frequentadores assíduos da Biblioteca.</p>
1945	<p>“Nesse ano o acervo da Biblioteca Pública somava 30.000 livros” (p. 41)</p> <p>22/08 – Houve o incêndio na ala direita da Biblioteca (lateral entre a esquina da Rua Barroso e Av. Sete de Setembro). Registrando-se a perda total do acervo, excetuando 60 exemplares que estavam em uma Exposição-Feira em “terreno pertencente à Capitania dos Portos”.</p> <p>23/08 – Iniciou-se a restauração do prédio.</p> <p>A partir desse dia, diversas ações foram feitas para arrecadar livros para o novo acervo. Álvaro Maia doou 2.500 livros, 400 obras foram cedidas por Repartições Públicas diversas, 2.000 exemplares foram doados por estudantes e pela sociedade manauara. Além disso, a direção entrou em contato com instituições nacionais e internacionais solicitando doações de obras.</p> <p>No espaço que era ocupado pelo Arquivo Público, transferido para a Praça Dom Pedro II, passou a dispor o novo acervo da Biblioteca. Quanto à Assembleia Legislativa, não há menção ao sinistro ocorrido com os documentos constantes em seu arquivo na ala superior.</p>
1947	21/11 – A Biblioteca foi reinaugurada , após o restauro, com acervo de “45.000 volumes

	impressos, incluindo livros, folhetos e periódicos” (p. 45).
1949	Fevereiro – Foi inaugurada a Biblioteca Infantil. Neste ano, registrou-se a frequência de 28.053 leitores.
1950	18/08 – A partir da Lei Nº 677, a Biblioteca desmembra-se do Arquivo Público e passa a ser uma instituição independente.
1953	15/12 – A Lei Nº 243 ampliou o quadro funcional da Biblioteca, a saber: “Diretor, Secretário, 2 Bibliotecários-Chefes, 7 Bibliotecários, 9 Bibliotecários Auxiliares, 1 Porteiro e 2 Serventes” (p. 46).
1955	Janeiro – Foi instituído, nas dependências da Biblioteca, o curso de Biblioteconomia do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA).
1956	15/03 – Registrou-se um acervo composto de 74.451 exemplares de obras diversificadas. Reforma parcial do edifício. Plínio Ramos Coelho, Governador, em seu pronunciamento à Assembleia Legislativa mencionou tanto o restauro realizado no prédio quanto a ampliação do acervo “Foram feitos reparos na porta principal do edifício, janelas do hall de entrada, colocadas as portinholas nas janelas dos porões e adquiridas, por meio de doações locais, dos Estados e do Estrangeiro, 3.618 volumes.” (p. 47).
1959-1960	Foi realizado restauro na pintura do edifício da Biblioteca, conforme solicitado pelo Governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo.
1964	Maria Luiza de Magalhães Cordeiro assumiu a direção da Biblioteca Pública do Amazonas. A Assembleia Legislativa deixou de funcionar no andar superior, “em virtude do teto, do salão sul, ter começado a ruir, fato este que culminou com o desabamento total pouco tempo após ser a sala desocupada.” (p. 49).
1965	15/03 – Até esta data, o reparo do teto do salão sul ainda não havia sido realizado. Além disso, é citada a ausência de vidraças em janelas no andar térreo, expondo tanto o acervo bibliográfico quanto a estrutura do edifício às adversidades e ações da natureza. É realizada reforma no prédio; instalado o auditório Alberto Rangel e a Pinacoteca do Estado do Amazonas; além de ampliação do acervo, durante o governo de Arthur Cesar Ferreira Reis. Maria Luiza de Magalhães Cordeiro criou a Biblioteca itinerante, com intuito de incentivar a leitura, nos bairros de Manaus. Esse projeto consistia no empréstimo de livros a estudantes e comunitários, durante a permanência de carros volantes nas dependências das escolas estaduais.
1970	Maria Auxiliadora Xerez assumiu a direção da Biblioteca. A Biblioteca, que antes respondia à Secretaria de Educação e Cultura, passa a ser subordinada à Fundação Cultural do Estado do Amazonas (atual SEC/AM).
1973	Wilma Greijal assumiu a direção da Biblioteca.
1975	Thália Phedra Borges dos Santos foi nomeada Diretora da Biblioteca
1978	Ressaltam-se as precárias condições de conservação do prédio da Biblioteca devido à ausência de investimentos públicos. (p. 52) A Biblioteca atendia as demandas dos leitores no horário das 8h às 22h, seg. a sexta-feira, e das 8h às 16h, aos sábados.
1979	A Pinacoteca do Estado do Amazonas foi inativada. No entanto, suas obras ainda permaneceram nas dependências da Biblioteca. (p. 54)
1980	Janeiro – O acervo de literatura geral e amazonense, exposto nas estantes da Biblioteca, foi disponibilizado aos leitores também para empréstimo.
1982	Setembro – Iniciou-se uma reforma no prédio, porém foi paralisada por cerca de oito meses devido à ausência de verbas públicas.
1983	14/03 – Hilma Reis Kouyoumji assumiu, provisoriamente, a direção da Biblioteca após a morte de Thália Phedra Borges dos Santos. Junho – Lucila Cláudia Brandão Gonçalves é nomeada Diretora da Biblioteca.

Síntese dos marcos históricos da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas (1868-1983), ampliado.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2020.